ORGANIZADORES

Marcus Pierre de Carvalho Baptista · Max Lanio Martins Pina
Maria Juliana de Freitas Almeida · Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

LIVRO DE RESUMOS EXPANDIDOS

VII Semana de História

da UEG Porangatu



DEBULHAR



ANAIS
05 a 07 de maio de 2026

Unidade Universitária de Porangatu
Porangatu – Goiás

ANAIS DA VII SEMANA DE HISTÓRIA DA UEG PORANGATU

"O local enquanto espaço de produção da História"

I ENCONTRO DE DISCENTES E EGRESSOS

ORGANIZADORES:

Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Max Lanio Martins Pina
Maria Juliana de Freitas Almeida
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Porangatu, Goiás
2016

Estes Anais reúnem todos os trabalhos apresentados pelos seus autores, oralmente, de forma presencial ou remota, durante o evento. Aqueles trabalhos cujos autores não compareceram ou não enviaram o texto para publicação foram excluídos. Se ressalta que o conteúdo dos trabalhos publicados é de exclusiva responsabilidade dos autores, incluindo a revisão de língua portuguesa e de normalização. Se procedeu somente, quando necessário, com a padronização da estrutura dos trabalhos a partir do modelo disponibilizado pelo evento.

© 2026 Editora Debulhar
© Os organizadores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Anais do I Encontro de Discentes e Egressos e VII Semana de História da UEG Porangatu [recurso eletrônico]: o local enquanto espaço de produção da história / organizadores: Marcus Pierre de Carvalho Baptista, Max Lanio Martins Pina, Maria Juliana de Freitas Almeida, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista. – Teresina, PI: Debulhar, 2026.
236 p. : il.

Evento realizado de 05 a 07 de maio de 2026, na Unidade Universitária de Porangatu da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Porangatu - GO.

ISBN 978-65-82009-53-2

1. História – Congressos. 2. História local. 3. Ensino de História. 4. Memória e identidade. 5. Teoria da História. I. Semana de História da UEG Porangatu (7. : 2026). II. Baptista, Marcus Pierre de Carvalho (Org.). III. Pina, Max Lanio Martins (Org.). IV. Almeida, Maria Juliana de Freitas (Org.). V. Baptista, Elisabeth Mary de Carvalho (Org.). VI. Título.

CDD 981

Bibliotecária: Larissa Andrade, CRB 3/1179

Editor
Márcio Douglas de Carvalho

Conselho Editorial
Deilson do Carmo Trindade
Eduardo Marandola Júnior
Eva P. Bueno
Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Francisco Gleison da Costa Monteiro
Francisca Verônica Cavalcante
Johny Santana de Araújo
Marta Gouveia de Oliveira Rovai
Rômulo Luiz Xavier
Sandra Augusta de Melo
Thiago Alves Dias
Túlio Henrique Pereira
Vanessa Soares Negreiros

Revisão
Os autores

Estágio editorial
Caio Felipe Rodrigues

Diagramação
Ricardo Reis

Capa
Alexandre Mesquita

DEBULHAR

CNPJ: 67.929.300/0001-20
www.editoradebulhar.com.br
debulhar@editoradebulhar.com.br
@editoradebulhar
(86) 9 8147-8117

REALIZAÇÃO

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Unidade Universitária de Porangatu
Coordenação do Curso de História

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Marcus Pierre de Carvalho Baptista

EIXOS TEMÁTICOS

EIXO 1
A HISTÓRIA EM SUAS MÚLTIPLAS ABORDAGENS E DESAFIOS

Coordenação:
Profa. Dra. Maria Juliana de Freitas Almeida

EIXO 2
EDUCAÇÃO, ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Coordenação:
Prof. Dr. Max Lanio Martins Pina

EIXO 3
MEMÓRIA, ENSINO E IDENTIDADE

Coordenação:
Prof. Dr. Marcus Pierre de Carvalho Baptista

COMISSÃO ORGANIZADORA

ALUNOS

Adelaine da Silva Moreira, André Victor Almeida Silva, Anna Caroline Medrade de Oliveira, Cibele Juliana Lima Farias, Claudiney Leles de Souza, Claudionora Aparecida Carvalho Ribeiro, Daniella Alves dos Santos, Eduarda Costa Santos, Euripedes Marques de Melo Neto, Helen Messias de Oliveira, Joana Dark Alves dos Santos, João Vitor Vieira dos Santos, Jordana Silva Gomes, Karynny Cardoso da Silva, Kayo Damião Leles Ribeiro, Lucas Dias da Silva, Rafaela Silva Borges, Reinaldo Oraque Silva.

PROFESSORES

Prof. Dr. Wendel de Souza Borges, Prof. MSc. Bruno Henrique Machado Oliveira, Prof. MSc. Fernando Bonifácio Ferreira, Profa. MSc. Denise Maria de Mendonça Dourado, Profa. Esp. Rosilônia Pereira Dias.

APOIO

Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEHIS)
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

SUMÁRIO

13 APRESENTAÇÃO

14 PROGRAMAÇÃO

16 RESUMOS EXPANDIDOS

17 EIXO TEMÁTICO 1
A História em suas múltiplas abordagens e desafios

18 A fabricação da primeira santa das Américas: poder, discursos e estratégias na canonização de Santa Rosa de Lima
Alex Rogério Silva

28 A opressão inerente: a violência do regime escravista para além do castigo
Caio Rodrigues de Sousa
Evandro Araújo Fontinele
Pedro Machado Marreiros dos Santos

34 Classes em movimento: a formação do operariado organizado na São Paulo da Primeira República Brasileira (1889-1930)
Lívia Eduarda Ferreira da Silva
João Paulo Charrone

42 **A discussão em torno do divórcio no periódico *A Imprensa* (1925-1933)**
Felipe de Almeida Moita Sepúlveda Carvalho
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

50 **Tirando Teresina para dançar: notas sobre a institucionalização da dança erudita na capital do Piauí (1970-1990)**
João Vitor dos Santos
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

57 **O padre e a princesa: limites de acesso ao acervo do Museu Imperial de Petrópolis e os impactos na pesquisa histórica sobre Princesa Isabel**
Lenilson Rocha Portela
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

64 **O campo brasileiro: luta pela terra e pelo território – a trajetória de Padre Josimo e os conflitos agrários contemporâneos**
Maria Aparecida Gomes Martins
Rodrigo Alberto Lopes
Euclides Alves de Oliveira de Souza

73 **EIXO TEMÁTICO 2**
Educação, ensino de história: desafios contemporâneos

74 **A ONHB e a História do Brasil contemporâneo**
Ítala Teixeira de Sousa
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

81 **A perspectiva dos profissionais das equipes intersetoriais de Montes Claros-MG sobre a PNAISARI**
Alex Resende de Moura
Sidelmar Alves da Silva Kunz
Marcus Pierre de Carvalho Baptista

94 **Receios e anseios dos educadores de uma Escola Família Agrícola: desafios para o modelo no Piauí**
Caio Rodrigues de Sousa
Evandro Araújo Fontinele
João Paulo Charrone
Pedro Machado Marreiros dos Santos

100 **O ENCCEJA como política pública de certificação na Educação de Jovens e Adultos (EJA): panorama em Formosa-GO – notas preliminares**
Sidelmar Alves da Silva Kunz
Frizete de Oliveira
Marcus Pierre de Carvalho Baptista

110 **Neoliberalismo e educação: uma análise das políticas educacionais no estado do Piauí no governo de Rafael Fonteles**
Caio Rodrigues de Sousa
Evandro Araújo Fontinele
Pedro Machado Marreiros dos Santos

115 **Evasão escolar no cenário das políticas educacionais, inclusão escolar e saúde mental**
Glaucia Barros Stechi
Sidelmar Alves da Silva Kunz
Marcus Pierre de Carvalho Baptista

125 A Wikipédia como recurso pedagógico: dimensões histórico-geográficas na educação básica
Edson Osterne da Silva Santos
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista
Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Brenda Rafaele Viana da Silva

133 Evasão escolar e seus reflexos na socioeducação: fatores socioeconômicos e unidades socioeducativas
Glaucia Barros Stechi
Sidelmar Alves da Silva Kunz
Marcus Pierre de Carvalho Baptista

146 Entre o técnico e o crítico: reflexões sobre o ensino tecnicista e o papel emancipador da História no Ensino Médio
Carlos Eduardo da Silva Mendes
Pedro Rangel Ferreira Silva

154 EIXO TEMÁTICO 3
Memória, ensino e identidade

155 Entre a cruz e a pena: o olhar missionário sobre os indígenas nas páginas da revista Cayapós e Carajás
Luis Rafael da Silva Valadão

163 Memória e ensino: a construção da identidade regional em Goiás no século XX
Luiz Felipe Gomes de Oliveira
Daniella Alves dos Santos
Luis Rafael da Silva Valadão

172 **Lei nº 10.639/03 e o ensino de Geografia da África: desafios curriculares e possibilidades da linguagem cartográfica crítica**
Matheus Henrique Pereira da Silva

183 **As marcas do passado: a história de Porangatu revelada na sua toponímia**
Maria Juliana de Freitas Almeida
Max Lanio Martins Pina

195 **Entre o lembrar e o ensinar: relações entre a educação básica e o Museu Ângelo Rosa de Moura – Anexo Arqueológico Jaguatirica em Porangatu/GO**
Kayo Damião Leles Ribeiro
Marcus Pierre de Carvalho Baptista

202 **Entre memória, afeto e patrimônio: o sentido na escolha pela docência em História**
Max Lanio Martins Pina

210 **O Cerrado brasileiro na perspectiva dos povos indígenas: território, vida e sustentabilidades outras**
Yara Goncalves Santos Pereira

217 **Análise ambiental integrada da Bacia do Ribeirão Funil (Porangatu–GO): avaliação das pressões antrópicas com base em dados de monitoramento da SANEAGO 2021–2025**
Breno Henrique da Silva Barbosa
Amom Chrystian de Oliveira Teixeira

226 **"O nosso receio do cholera-morbus": discutindo as relações entre o cólera e o medo desta na província de Goiás no final do período oitocentista**
Marcus Pierre de Carvalho Baptista

APRESENTAÇÃO

A **VII Semana de História e I Encontro de Discentes e Egressos da UEG Porangatu** nasce enquanto um convite à promoção e à construção de um espaço de debate, reflexão e diálogos. Mais do que um evento acadêmico trata-se de uma proposta de crescimento pessoal e profissional, constituição de sociabilidades e troca de experiências nas distintas possibilidades descortinadas através do campo da História.

O evento, portanto, ao promover um diálogo profícuo entre docentes, discentes, egressos e membros da comunidade em geral tem por **objetivo** reforçar aspectos contemporâneos que assinalam nosso ofício ao evidenciar as novas discussões possíveis no metiê historiográfico, especialmente a partir das perspectivas da História Local.

Deste modo, convidamos a todos e todas a participarem da **VII Semana de História** e **I Encontro de Discentes e Egressos da UEG Porangatu.**

Coordenação Geral / Organizadores

PROGRAMAÇÃO

05 / 05 / 2026 (TERÇA-FEIRA)

NOITE

19:00 h – **Solenidade de Abertura**

19:30 h – **Palestra de Abertura**: *"Fazia tudo de novo": Camponeses e Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso (1950–1964)*

Palestrante:
Prof. Dr. Renato Dias de Souza (UEG)

Local: Auditório da Unidade Universitária de Porangatu

06 / 05 / 2026 (QUARTA-FEIRA)

MANHÃ

08 – 12:00 h – **Apresentação de trabalhos** – Remoto

Eixo 1 – A História em suas múltiplas abordagens e desafios

Link de acesso: meet.google.com/yay-ggec-uad

TARDE

14 – 17:00 h – **Apresentação de trabalhos** – Remoto

Eixo 2 – Educação, Ensino de História: desafios contemporâneos

Link de Acesso: meet.google.com/mds-jiis-g

NOITE

19 – 22:00 h – **Apresentação de trabalhos** – Presencial

Eixo 3 – Memória, Ensino e Identidade

Local: Auditório da Unidade Universitária de Porangatu

07 / 05 / 2026 (QUINTA-FEIRA)

NOITE

19 – 22:00 h – **Mesa redonda de encerramento:** *O que vem depois? Experiências e perspectivas para o profissional formado em História*

Debatedores:
Prof. MSc. Iago Brasileiro da Silva Rocha
Prof. Dr. Gleisson Ferreira
Prof. MSc. Bruno Henrique Pereira de Oliveira

RESUMOS EXPANDIDOS

EIXO 1

A HISTÓRIA EM SUAS MÚLTIPLAS ABORDAGENS E DESAFIOS

A FABRICAÇÃO DA PRIMEIRA SANTA DAS AMÉRICAS: PODER, DISCURSOS E ESTRATÉGIAS NA CANONIZAÇÃO DE SANTA ROSA DE LIMA

Alex Rogério Silva
Servidor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Doutor em Estudos de Literatura (UFSCar)
Doutorando em História (UNESP)
E-mail: alex.rogerio@uftm.edu.br / alex.rogerio@unesp.br

Resumo:
Este estudo analisa a construção social da santidade de Santa Rosa de Lima (1586-1617) no contexto do Vice-Reino do Peru. A investigação fundamenta-se nos Processos Apostólicos de Canonização (1630-1632 e 1670), tratando-os como fontes que revelam as tensões e os interesses sociopolíticos na Lima colonial do século XVII. Utilizando o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg e a técnica prosopográfica, o trabalho afasta-se de uma visão meramente hagiográfica para propor a santidade como uma "produção social" moldada por diversos agentes históricos. Os resultados parciais indicam que a trajetória jurídica de Rosa rumo aos altares foi marcada pelo rigor burocrático pós-tridentino e pela busca de legitimação das elites criollas, que visavam afirmar o prestígio do Peru no cenário católico global. Simultaneamente, o culto atendia às necessidades de intercessão divina dos setores populares. Conclui-se que a imagem de Rosa foi moldada para servir tanto à disciplina eclesiástica quanto às ambições de identidade da sociedade colonial, consolidando-a como o primeiro modelo de santidade americana.

Palavras-chave: santidade; Santa Rosa de Lima; América Colonial; processos de canonização; história social.

INTRODUÇÃO

A compreensão do fenômeno da santidade no âmbito da História Social exige o distanciamento de uma visão meramente hagiográfica ou teológica, propondo-se, em vez disso, uma análise do "santo" como uma construção social moldada por interesses políticos, econômicos e culturais. Etimologicamente, o termo "santo" remete àquilo que possui proximidade com o sagrado, definindo indivíduos que, por suas virtudes ou martírio, superaram a condição humana comum[1]. Contudo, a legitimação dessa condição passou por profundas transformações ao longo dos séculos.

Se na Alta Idade Média a aclamação de um santo ocorria majoritariamente pela *vox populi* (vontade popular), a partir do século XI a Igreja iniciou um movimento de centralização desse poder em Roma[2]. Esse processo de institucionalização visava não apenas controlar as crenças populares, mas também assegurar que os modelos de vida propostos servissem como ferramentas de reforço à doutrina eclesiástica[3].

No período moderno, sob a égide do Concílio de Trento (1545-1563)[4], a santidade tornou-se uma peça fundamental da Contrarreforma. O modelo de santidade foi renovado[5]

1 OLIVEIRA, Thiago Maerki de. **Hagiografia e Literatura: um estudo da Legenda Maior Sancti Francisci, de Boaventura de Bagnoregio**. 2011. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013, p. 11. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/909830. Acesso em: 02 abr. /2026.

2 OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção negra:** santos pretos e catequese no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008, p. 93-94.

3 RUST, Leandro Duarte. **A Reforma Papal (1050-1150):** trajetórias e críticas de uma história. São Paulo: Annablume, 2011.

4 PROSPERI, Adriano. **El Concilio de Trento: una introducción histórica**. Turin: Giulio Einaudi, 2001.

5 De acordo com Leandro Karnal, "Este talvez seja o protótipo do santo do

para combater o protestantismo, privilegiando figuras que encarnavam a "Igreja Militante"[6]. É nesse contexto de rigor institucional e disputas de fé que se insere a trajetória de Isabel Flores y Oliva, a *Santa Rosa de Lima*, que viveu entre 1586 e 1617 no Vice-Reino do Peru. Lima, à época, era descrita como um verdadeiro "laboratório de santidade"[7], empreendendo vários processos episcopais de santificação que refletiam as tensões e ambições da sociedade colonial espanhola.

OBJETIVO

Este trabalho ancora-se na investigação de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), sob orientação da Profa. Dra. Ana Raquel Marques da Cunha Martins Portugal, e tem como objetivo analisar o processo de construção da santidade de *Santa Rosa de Lima* a partir de seus *Processos Apostólicos de Canonização*[8],

final do século XVI, e, por consequência, modelo para os cristãos modernos. Disciplinador, penitente, caridoso, inflexível com os desvios, violento até o extremo em caso de heterodoxia e capaz de vender sua baixela de prata para socorrer as vítimas da fome." KARNAL, Leandro. **Teatro da fé: representação religiosa no Brasil e México do século XVI.** São Paulo: Editora Hucitec, 1998, p. 60, 61.

6 HSIA, Ronnie Po-Chia. **El mundo de la renovación católica (1540-1770).** Madrid: Ediciones Akal, 2010, p. 157.

7 PÉREZ, Pedro Guibovich; PINILLA, Ramón Mujica; WUFFARDEN, Luis Eduardo; ARAOZ, José Flores (org.). **Santa Rosa de Lima y su Tiempo.** Banco de Crédito de Lima, 1995.

8 De acordo com Igor Salomão Teixeira, "[...] Os processos de canonização são recursos jurídicos de investigação que foram progressivamente implantados a partir do século XII e que, no século XIV, atingiram uma forma mais elaborada de uso e sistematização por parte do papado. Além disso, trata-se de um procedimento inquisitorial contemporâneo aos de investigação contra heresias. O que significa dizer que estamos tratando de um período no qual o ato de inquerir era considerado como via oficial de aprovação ou condenação." TEIXEIRA, Igor Salomão. **Como se constrói um santo: a canonização de Tomás**

realizados em dois momentos distintos: entre 1630-1632[9] e em 1670[10]. Busca-se investigar como os depoimentos e as provas de milagres foram articulados para legitimar Rosa como a primeira santa das Américas, identificando os agentes e os interesses sociopolíticos envolvidos nessa "fabricação" santoral.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se nos aportes teóricos da História Social e Cultural. A análise documental recai sobre os depoimentos contidos nos *Processos Apostólicos de Canonização*[11], tratados como fontes que preservam "rastros" e "indícios" das tensões sociais limenhas do século XVII. Para tal, aplica-se o paradigma indiciário proposto por Carlo

de Aquino. Curitiba: Prismas, 2014, p. 34.

9 HART, Stephen M. **Edición crítica del Proceso Apostólico de Santa Rosa de Lima (1630-1632**): Congr. Riti Processus 1573, Archivum Secretum Vaticanum. Lima, Peru: Catedra Vallejo, 2017.

10 HART, Stephen M. **Edición crítica del Segundo Proceso Apostólico de Santa Rosa de Lima "Rosa a Sancta Maria III Ord. S. Dominici:** Supplementa Proc." (1670). Congr. Riti Processus 2208, Archivum Secretum Vaticanum. Lima, Peru: Catedra Vallejo, 2019.

11 TEIXEIRA, Igor. Os processos de canonização como fonte para a história social. **Signum**, v. 14, n. 2, p. 131-150, 2013. Disponível em: https://abrem.org.br/index.php/signum/article/view/97. Acesso em: 03 abr. 2026.

Ginzburg[12], associado à técnica prosopográfica[13] (biografia coletiva) para mapear a rede de testemunhas e apoiadores da causa de Rosa. A análise busca compreender a santidade não como um dado teológico, mas como uma "produção social", conforme as perspectivas sociológicas de Pierre Delooz[14] e as análises históricas de André Vauchez[15].

12 Cláudio Fernandes sintetiza o conceito de paradigma indiciário: "Para Ginzburg, a História não pode ser acessada diretamente, mas sim através de fontes que são os "indícios" ou "restos" de eventos passados. Ginzburg, em seu ensaio, conseguiu perceber que há uma forma de conhecimento que pode estar na fronteira entre o conhecimento rígido das ciências naturais – que operam por demonstração e verificação empírica dos dados analisados – e as formas criativas, como a literatura, poesia, mitos etc. Entre essas duas instâncias, está o paradigma, isto é, o modelo, indiciário, que trabalha rastreando sinais tal como um caçador. Para a História, ou "ciência da história", tal paradigma é imperativo, haja vista que o objeto de estudo do historiador é o passado. E, sendo passado, não há como acessá-lo diretamente, só há como tangenciá-lo por meio daquilo que nos ficou, dos "restos" desse passado. Grosso modo, dos indícios dos eventos passados. Desse modo, a história é um saber, ou uma ciência, indireto. Não há, para Carlo Ginzburg, como enquadrar a História fora dessa reflexão sobre paradigma indiciário." FERNANDES, Cláudio. **História e Paradigma Indiciário**. Disponível em: https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/historia-paradigma-indiciario.htm. Acesso em: 03 abr. 2026.

13 De acordo com Lawrence Stone, "A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinadas por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação." STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, jun. 2011, p. 115. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31689. Acesso em: 04 abr. 2026.

14 DELOOZ, Pierre. Pour une étude sociologique de la sainteté canonisée dans l'Église Catholique. **Archives de Sciences Sociales des Religions.** Paris: CNRS, Année 7, n. 13, p. 17-43, jan./jun. 1962.

15 VAUCHEZ, André. **La Sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Age**: d'après les procès de canonisation et les documents hagiographiques. 2 ed. Roma: École française de Rome, 1981.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Rosa de Lima faleceu aos 31 anos, em 1617, deixando para trás uma "fama de santidade" consolidada por uma vida de penitências extremas, misticismo e auxílio aos necessitados[16]. A investigação episcopal sobre suas virtudes começou apenas oito dias após seu falecimento, sob a liderança da Ordem Dominicana. No entanto, a trajetória jurídica rumo aos altares foi marcada por interrupções e exigências burocráticas rigorosas impostas pelo papado pós-tridentino.

Em 1630, iniciou-se o Primeiro Processo Apostólico, que coletou 188 depoimentos. Contudo, a causa foi suspensa devido ao decreto do Papa Urbano VIII, que exigia um intervalo de cinquenta anos entre a morte do(a) candidato(a) e a abertura do processo[17]. A retomada ocorreu apenas na década de 1660, em um novo cenário teológico marcado pela "virada médica", em que os milagres precisavam de validação científica para serem aceitos[18].

As discussões durante o processo revelam as dificuldades enfrentadas: o "Advogado do Diabo" questionou a validade de milagres e apontou falhas processuais[19]. Dos milagres relatados inicialmente, apenas 28 foram aprovados para

16 DUTHURBURU, José Antonio Del Busto. **Santa Rosa de Lima**. Lima: Fondo Editorial de la PUCP, 2016.

17 ZARRI, Gabriella. **Finzione e Santità tra medioevo ed età moderna**. Torino: Rosenberg et Sellier, 1991, p. 231-263.

18 Paolo Zacchia (1584–1659), precursor da medicina legal, consolidou em sua obra *Quaestionum Medico-Legalium* a "virada médica" na avaliação de milagres. Ao sistematizar a perícia nos processos de canonização, estabeleceu que diagnósticos naturais deveriam preceder a declaração de fenômenos sobrenaturais, integrando o saber clínico à jurisprudência eclesiástica da Idade Moderna. ZACCHIA, Paolo. ***Totius Status Ecclesiastici Proto-Medici Generalis: Quaestionum Medico-Legalium, Tomus Primus.*** Lyon: Anisson & Possuel, 1726.

19 HART, Stephen M. **Santa Rosa de Lima**: la evolución de una santa**.** Lima: Editorial Cátedra Vallejo, 2017.

reexame, e destes, cinco foram oficialmente reconhecidos pela Igreja como ocorridos na América. O *Segundo Processo Apostólico*, em 1670, evidenciou as curas ocorridas na Itália, o que expandiu a fama da santa para a Europa.

Os resultados parciais da pesquisa indicam que a canonização de Rosa, ocorrida em 1671, não foi apenas uma vitória religiosa, mas uma forma de legitimação política para as elites *criollas* de Lima, que buscavam afirmar a importância do Vice-Reino do Peru no cenário global do catolicismo. Para os setores populares, por outro lado, o culto representava a esperança de intercessão divina em uma sociedade marcada pela desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos processos de canonização de *Santa Rosa de Lima* permite concluir que a santidade é um fenômeno histórico dinâmico, profundamente atrelado às estruturas de poder da Época Moderna. A transição do reconhecimento popular para o controle burocrático de Roma evidencia o uso do sagrado como ferramenta de disciplina e coesão social[20]. No caso de Rosa, sua imagem foi moldada para atender tanto ao rigor doutrinário do Concílio de Trento quanto às necessidades de identidade e prestígio da sociedade colonial limenha. Através da análise indiciária, percebe-se que cada testemunho nos processos é um fragmento de um mundo em disputa, onde a fé e a política se entrelaçam na construção do primeiro modelo de santidade americana.

20 PROSPERI, Adriano. **Tribunali della coscienza: inquisitori, confessori, missionari**. Turim: Einaudi, 1996.

REFERÊNCIAS

DELOOZ, Pierre. Pour une étude sociologique de la sainteté canonisée dans l'Église Catholique. **Archives de Sciences Sociales des Religions.** Paris: CNRS, Année 7, n. 13, p. 17-43, jan./jun. 1962.

DUTHURBURU, José Antonio Del Busto. **Santa Rosa de Lima**. Lima: Fondo Editorial de la PUCP, 2016.

FERNANDES, Cláudio. **História e Paradigma Indiciário**. Disponível em: https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/historia-paradigma-indiciario.htm. Acesso em: 03 abr. 2026.

HART, Stephen M. **Edición crítica del Proceso Apostólico de Santa Rosa de Lima (1630 1632)**: Congr. Riti Processus 1573, Archivum Secretum Vaticanum**.** Lima, Peru: Catedra Vallejo, 2017.

HART, Stephen M. **Edición crítica del Segundo Proceso Apostólico de Santa Rosa de Lima "Rosa a Sancta Maria III Ord. S. Dominici:** Supplementa Proc." (1670). Congr. Riti Processus 2208, Archivum Secretum Vaticanum. Lima, Peru: Catedra Vallejo, 2019.

HART, Stephen M. **Santa Rosa de Lima**: la evolución de una santa. Lima: Editorial Cátedra Vallejo, 2017.

HSIA, Ronnie Po-Chia. **El mundo de la renovación católica (1540-1770).** Madrid: Ediciones Akal, 2010, p. 157.

KARNAL, Leandro. **Teatro da fé**: representação religiosa no Brasil e México do século XVI. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, Thiago Maerki de. **Hagiografia e Literatura**: um estudo da Legenda Maior Sancti Francisci, de Boaventura de Bagnoregio. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/909830. Acesso em: 03 abr. 2026.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção negra**: santos pretos e catequese no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

PÉREZ, Pedro Guibovich; PINILLA, Ramón Mujica; WUFFARDEN, Luis Eduardo; ARAOZ, José Flores (org.). **Santa Rosa de Lima y su Tiempo.** Lima: Banco de Crédito de Lima, 1995.

PROSPERI, Adriano. **El Concilio de Trento**: una introducción histórica. Turin: Giulio Einaudi, 2001.

PROSPERI, Adriano. **Tribunali della coscienza**: inquisitori, confessori, missionari. Turim: Einaudi, 1996.

RUST, Leandro Duarte. **A Reforma Papal (1050-1150)**: trajetórias e críticas de uma história. São Paulo: Annablume, 2011.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n.º 39, jun. 2011, p. 115. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31689. Acesso em: 03 abr. 2026.

TEIXEIRA, Igor Salomão. **Como se constrói um santo**: a canonização de Tomás de Aquino. Curitiba: Prismas, 2014.

TEIXEIRA, Igor. Os processos de canonização como fonte para a história social. **Signum**, v. 14, n. 2, p. 131-150, 2013. Disponível em: https://abrem.org.br/index.php/signum/article/view/97. Acesso em: 03 abr. 2026.

VAUCHEZ, André. **La Sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Age**: d'après les procès de canonisation et les documents hagiographiques. 2 ed. Roma: École française de Rome, 1981.

ZACCHIA, Paolo. ***Totius Status Ecclesiastici Proto-Medici Generalis****: Quaestionum Medico-Legalium, Tomus Primus.* Lyon: Anisson & Possuel, 1726.

ZARRI, Gabriella. **Finzione e Santità tra medioevo ed età moderna**. Torino: Rosenberg et Sellier, 1991.

A OPRESSÃO INERENTE: A VIOLÊNCIA DO REGIME ESCRAVISTA PARA ALÉM DO CASTIGO

Caio Rodrigues de Sousa
Graduando em História (UFPI)
E-mail: caio.sousa@ufpi.edu.br

Evandro Araújo Fontinele
Graduando em História (UFPI)
E-mail: evandro.fontinele@ufpi.edu.br

Pedro Machado Marreiros dos Santos
Graduando em História (UFPI)
E-mail: pmmsanto20@gmail.com

Resumo:
Este presente artigo tem como finalidade evidenciar as diversas formas de opressão, violência e controle social que foram cruciais na formação e manutenção do sistema escravista constituído na América Afro-Portuguesa. Sob a óptica de alguns autores clássicos e contemporâneos, procuramos deixar um esboço da atroz organização escravocrata e suas formas de controle para com os escravizados. Argumenta-se que a violência exercida pelos senhores de escravo era muito mais que castigo, constituindo-se parte essencial do regime escravista. A violência tornou-se inerente ao funcionamento econômico da colonização portuguesa no Brasil.

Palavras-chave: história do Brasil; escravidão; violência escravista.

INTRODUÇÃO

A violência exercida aqui, pelos portugueses, contra os indígenas e, sobretudo contra os escravizados trazidos do continente africano, fora mais que física, foi além do "simples" castigo sempre contado nos livros didáticos de história. Existem diversas formas de se exercer dominação sobre um determinado grupo ou povo, e os escravocratas não excluíam nenhuma possibilidade. A violência, em suas mais variadas formas, e o controle social formaram a base indispensável da manutenção colônia-metrópole e senhor-escravo nesse período.

Nosso objetivo é compreender a forma complexa que se organizou o sistema escravista no Brasil Afro-Português, mais especificamente as variadas formas de violência, opressão e controle exercidas pelos senhores de escravo, colonos e autoridades coloniais no sentido de acumular riquezas para a metrópole.

O deslocamento de um continente a outro sem condições mínimas de conforto ou qualquer tipo de resquício de humanidade – por parte dos colonizadores – evidencia que a violência já se iniciara muito antes da chegada ao Novo Mundo. A pesquisa possui uma metodologia fundamentalmente bibliográfica, ancorando-se em autores clássicos e contemporâneos, como Cardoso (1982), Lara (2023), Sodré (1963), Novais (1990) e Mattoso (2003).

DESENVOLVIMENTO

Desde o início da colonização portuguesa no Brasil até o século XIX, diversas formas de opressão foram essenciais para constituição e manutenção do sistema escravista presente na colônia. Do tráfico negreiro até a violência física direta,

a dominação do corpo negro, enquanto mercadoria, foi primordial a favor do enriquecimento da metrópole. Segundo Novais (1990), a colonização do Antigo Regime foi, pois, o universo paradisíaco não livre, o eldorado enriquecedor da Europa.

O comércio de escravos acontecia em plena rua, numa praça ou lugar semelhante. E como havia dito, "peças" essas eram vendidas, e como mercadoria representavam para o comprador, ao adquiri-las, propriedade. O escravizado era exposto como numa vitrine, sendo apalpado e analisado. Ser transportado de forma atroz não é menos nem mais apenas uma forma direta de violência, e não tem nada mais violento que ser forçado a perder sua humanidade, ser transformado em um mero produto e logo depois ser entregue às mãos do desconhecido opressor.

Há evidências suficientes de que, os escravizados trazidos pra cá, não vieram de forma passiva, ou que, os aqui já estabelecidos apenas observaram tudo como meros espectadores. Mattoso (2003) discorre sobre as formas como eles escapavam desse sistema, o suicídio era uma dessas formas de escape desse brutal cenário, a situação em que eram submetidos afetava-os de todos os modos, fisicamente, psicologicamente e estruturalmente. A formação complexa do sistema escravista afetava inclusive a identidade do escravizado: a fim de nele imputar uma nova personalidade, de acordo com o que pensava seu dono. Essa identidade nova era de fato a identidade social da família do senhor.

Cardoso (1982) atenua concomitante que o escravo é visto pelo seu dono como um objeto, um acessório da terra, um animal humano, a objetificação de um capital; em suma, como um simples instrumento de produção. Se como mercadoria objetifica-se o escravizado, não resta nele humanidade e, segundo a lógica escravista, não teria por quê. A violência se torna "natural", indissociável ao escravismo colonial. A

plantation se constituía para muito além de uma simples terra ou plantação, ela era uma forma extremamente complexa de transformação do escravizado em objeto de produção e, como uma mercadoria em abundância, o corpo preto era facilmente descartável.

O tráfico africano era o mecanismo básico necessário para prover a força de trabalho, e um dos principais no processo de relações e acumulação (Cardoso, 1982). Uma das principais características da plantation era sua mão-de-obra escrava abundante. Mecanismos que não estavam relacionados necessariamente com a economia também foram essenciais nesse processo de produção, o que se chamava comumente de "tratamento dos escravos" era mais uma forma de controle social que se exercia sobre os escravizados, como vigilância, repressão e reguladores da ordem escravista.

Sodré (1962), na mesma perspectiva que Cardoso, pontua que para o senhor, o escravizado é a fonte de sua riqueza, o escravizado torna-se tanto o trabalhador como o meio de produção. Assim, os atos de fuga, as formas de resistência, não apenas negavam simbolicamente a escravidão, mas também material e economicamente. Os senhores viviam um temor constante de reações e revoltas dos seus cativos e criaram instrumentos para garantir sua sobrevivência econômica e social. Introduzida a violência preventiva, essa reduzia o escravizado à humildade e obediência, uma violência velada pelo uso da persuasão a fim de impor limites ao sujeito que outrora se revoltava (Mattoso, 2003).

O não registro dos documentos dos escravos por parte dos senhores também não pode ser encarado como uma forma de violência, uma vez que sua história não era "registrada"? No mundo colonial escravista, quem é dominado durante séculos tende a ser silenciado, sufocado na não verbalização da sua própria existência. No Brasil, segundo Lara (2023),

esses registros de fontes escravas são escassos, mais ainda, os não publicados.

Os castigos, formas de violência e todo tipo de repressão não eram sentidos apenas pelos homens, tais formas de controle também estavam presentes na vida sexual dos escravizados, sobretudo do gênero feminino. As mulheres, muitas vezes, adotavam o aborto como caminho a fim de evitar a escravidão do seu filho. Os senhores faziam o que podiam para tornar os contatos sexuais difíceis, os dormitórios eram separados entre homens e mulheres com o intuito de barrar esses relacionamentos, mas não eram impossíveis de acontecer. As escravizadas no Brasil sempre tiveram poucos filhos, seus corpos eram violentados, mesmo que indiretamente, pelo controle excessivo de seus donos (Mattoso, 2003).

CONCLUSÃO

Como posto, é notadamente visível que a opressão do regime escravista se constituía de formas muito mais diversas que normalmente apresentam os livros de história por muito tempo considerados essenciais, até mesmo os livros didáticos. Kátia Mattoso, abordando a violência sexual, vai além do castigo, da violência física. Silvia Lara, traz uma concepção mais contemporânea a respeito desses debates e que segundo ela, noções de humanidade e violência são históricas, constituídos por agentes históricos em movimento que fazem e se refazem cotidianamente na vida material.

Quando os senhores, controlando por meio da persuasão, do psicológico e da obediência, não colhiam frutos, era simplesmente mais fácil "apelar" para a violência física. Isso não significa, pelo contrário, que a violência do sistema escravista de resumia ao castigo ou a violência física direta. O grande feito edificador desse tipo de organização foi a

construção de uma sociedade que não poderia funcionar sem a violência e o controle social, tornando, assim, a violência, algo inerente.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A Afro-América**: a escravidão no novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência:** escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Campinas: UNICAMP, 2023.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

CLASSES EM MOVIMENTO: A FORMAÇÃO DO OPERARIADO ORGANIZADO NA SÃO PAULO DA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930)

Lívia Eduarda Ferreira da Silva
Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Mestranda
E-mail: eduardalivi800@gmail.com

João Paulo Charrone
Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Doutor
E-mail: charrone@ufpi.edu.br

Resumo:
O artigo analisa a formação da classe operária em São Paulo durante a Primeira República (1889-1930). Em um cenário de desigualdade, o proletariado organizou-se sob a influência do anarquismo, que promovia a "ação direta" e o sindicalismo revolucionário. A presente análise destaca a transição do mutualismo para os sindicatos, fortalecidos pela imprensa operária (*A Plebe*). Esse processo culminou na Greve Geral de 1917, impulsionada pela carestia e pelo assassinato de José Martinez. A mobilização consolidou os trabalhadores como sujeitos históricos, possibilitando conquistas salariais e desafiando a hegemonia das oligarquias agrárias.

Palavras-Chave: movimento operário; anarquismo; imprensa operária.

INTRODUÇÃO

A transição do Império para a República no Brasil, em 1889, foi marcada por um cenário de profunda instabilidade econômica, social e política. Embora o novo regime tenha

idealizado a promessa de modernidade e democracia inspiradas no modelo liberal norte-americano, as mudanças não alteraram as estruturas socioeconômicas. A recém-proclamada República consolidou uma realidade desigual, com uma população majoritariamente negra marginalizada no pós-abolição e uma economia dependente de capitais estrangeiros e da exportação de produtos agrícolas. É nesse contexto entre a promessa de progresso e a exploração cotidiana que emerge o movimento operário brasileiro, buscando organização e resistência.

Diante desse contexto, este trabalho propõe analisar o processo de formação da classe trabalhadora durante a Primeira República, investigando as correntes ideológicas que moldaram sua atuação – com destaque para o positivismo, o socialismo e o anarquismo. A investigação busca mapear as estratégias de luta desenvolvidas no período, percorrendo o caminho que vai das primeiras associações de auxílio mútuo até a eclosão da Greve Geral de 1917, marco fundamental da insurgência operária no país.

Para sustentar tal análise, a fundamentação teórica ancora-se na perspectiva de E. P. Thompson, que entende a classe trabalhadora como um processo histórico e cultural ao longo do tempo, e não como uma categoria fixa e imutável. Essa visão dialoga com a produção de historiadores como Cláudio Batalha (2000, 2003), Caio Prado Júnior (1984), Tiago Bernadon de Oliveira (2009), cujas obras são essenciais para discutir a cultura operária, o sindicalismo revolucionário e o papel fundamental da imprensa na construção da consciência de classe. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e documental, fundamentada na revisão bibliográfica e na análise de fontes primárias, especialmente jornais operários como *A Plebe* e *A Voz do Trabalhador*, que atuavam como a expressões diretas das demandas do proletariado brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

A estrutura socioeconômica da Primeira República brasileira caracterizou-se pela manutenção do modelo agrário-exportador, no qual o antigo monopólio português foi substituído por uma crescente dependência dos capitais britânicos e francês para o financiamento de plantações e obras de infraestrutura. Segundo Caio Prado Júnior (1984, p. 206),

> Destinavam-se aqueles empréstimos a realizar e consolidar a autonomia política do país, e assegurar com isto a liberdade do seu comércio, o que significava então o predomínio mercantil inglês. Verifica-se isto, aliás, no interesse direto que o próprio governo britânico tomou na operação, induzindo e estimulando os capitalistas ingleses a fornecerem os créditos necessários. A Inglaterra, bem como outros países europeus que a acompanharão pouco depois, achava-se ainda na fase de sua expansão puramente comercial, e queria mercados para suas indústrias em acelerado crescimento; e era a isto que se subordinava sua política e sua ação no Brasil, como no exterior em geral. (1984, p. 206)

Dessa forma, nota-se a tentativa de garantia da autonomia brasileira, porém dentro de um modelo de dependência econômica, substituindo o monopólio português pelo britânico. Além disso, a República vai permanecer com a base econômica imperial focada na exportação de matérias-primas e produtos primários (café, borracha, açúcar etc.).

No campo político, o federalismo serviu como base para a concentração de poder nas mãos das elites agrárias regionais, as chamadas oligarquias, ao passo que o analfabetismo era utilizado para restringir o direito ao voto, alienando a maior parte da sociedade do processo decisório.

Nessa conjuntura, é no final do século XIX, com a conturbada ascensão da República brasileira e a crescente

desilusão diante das promessas de mudanças sociais e políticas, que diversas correntes ideológicas emergem como resposta às lutas por melhorias sociais e trabalhistas. Segundo Batalha (2000), três correntes terão grande destaque e adesão dos operários e outros grupos sociais nessa Primeira República: positivismo, socialismo e o anarquismo. O positivismo, de caráter cooperativista e sem criticidade em relação ao sistema político, manifestava-se através do sindicalismo reformista. "Uma das principais preocupações para 'conservar melhorando' rumo ao Estado Positivo referia-se ao proletariado, que deveria constantemente ser 'incorporado' à sociedade através da suaelevação espiritual e moral pela educação". (Oliveira, 2009, p. 34). Dessa forma, a relação entre o capital e o trabalho seguia as bases do liberalismo; para os positivistas, não deveria haver nenhum tipo de intervenção do Estado. O acordo entre trabalhador e patrão se daria de homem para homem, livres e iguais.

Por outro lado, os socialistas, e a parte mais politizada dos reformistas levantavam a bandeira da conquista de direitos através da participação no processo eleitoral.

O programa do Partido Operário Brasileiro de 1893 justifica seu lançamento com base no argumento de que "a emancipação econômica da classe trabalhadora é inseparável da sua emancipação política". E propunha em seu programa a eleição direta para todos os cargos eletivos pelo sufrágio universal e a possibilidade de revogação dos mandatos, assim como a extensão do direito de voto a todos os indivíduos que atingissem o "estado civil" (21 anos). (Batalha, 2003, p. 174)

Contudo, o socialismo possuía bastante influência do positivismo, e garantir mudanças significativas por meio desse processo era quase impossível, visto que a Constituição de 1891 assegurava o direito ao voto apenas aos alfabetizados – realidade que não condizia com o Brasil da época, uma vez que a população, em sua grande maioria, vivia em situação

de miséria. Muitos ainda estavam marcados pelo regime da escravidão e não possuíam condições de ter acesso à educação de qualidade que garantisse a alfabetização.

Portanto, o socialismo nos anos iniciais da República não apresentava propriamente uma ideia de revolução, mas sim um caráter reformista, que buscava a conquista de direitos por meio da legislação. Segundo Oliveira (2009, p. 38), os manifestos da época não demonstraram influência de Marx, mas sim uma mistura de diversos conceitos e autores, muitas vezes antagônicos.

Contudo, foi o anarquismo que ganhou maior protagonismo ao defender a "ação direta" e a organização sindical como ferramentas para a revolução social, priorizando greves e táticas de resistência em vez da negociação institucional. Os anarquistas compreendiam a importância da organização, da propaganda e da educação do operário para que houvesse uma revolução social – ao contrário do que comumente se pensa, tratando o anarquismo como um simples movimento espontâneo e desordenado. Segundo Batalha (2003, p. 30) isso é perceptível nos debates em torno das formas de organização da ação direta, sendo o sindicato uma ferramenta de luta que conduziria rumo à anarquia.

Esse engajamento político refletiu-se na mudança das primeiras sociedades de ajuda mútua, que possuíam caráter assistencialista, para o sindicalismo revolucionário. A criação da Confederação Operária Brasileira (COB), em 1906, marcou um esforço de unificação nacional das lutas, utilizando o jornal *A Voz do Trabalhador* como principal veículo de difusão ideológica. Concomitantemente, a identidade dessa classe era construída em espaços de sociabilidade para além das fábricas, como em festas, práticas de esportes, feiras, entre outros. No entanto, a base para essa construção se dava através da imprensa operária. Periódicos como *A Plebe* não eram apenas informativos; funcionavam como instrumentos

de educação política, denúncia de condições precárias e mobilização direta.

O auge do processo organizacional resultou nas mobilizações entre 1917 e 1920. Problemas como a carestia agravada pela Primeira Guerra Mundial, exploração do trabalho infantil e feminino, o operariado brasileiro alcançou um nível de paralisação grandioso. Em São Paulo, o estopim da Greve Geral de 1917 foi o assassinato do operário José Gimenez Martinez pela polícia. O episódio transformou o luto em uma insurgência massiva, resultando em conquistas significativas, como o aumento salarial de 20% e garantias contra a demissão de grevistas, consolidando de vez a classe trabalhadora como um ator político incontornável na história do Brasil.

CONCLUSÃO

A formação da classe operária em São Paulo consolidou-se como um processo heterogêneo e singular, extremamente marcado pelos resquícios da escravidão e da imigração europeia. Por meio das fontes, pode-se identificar uma evolução nas formas de organização, que transitaram das práticas assistencialistas de auxílio mútuo para o sindicalismo combativo e fundamentado no anarquismo. Essa transição mostra que a consciência de classe não surgiu de forma espontânea, mas foi sendo construída continuamente, a partir das experiências cotidianas de exploração e resistência.

Ao longo do estudo, ficou evidente que a classe operária não se formou apenas dentro das fábricas, mas houve uma mudança das práticas assistencialistas (mutualismo) para um sindicalismo combativo. A disputa entre positivismo, socialismo e anarquismo foi fundamental nesse processo, sendo que o anarquismo ganhou protagonismo ao oferecer a estratégia da “ação direta” como resposta mais eficaz em um

cenário no qual o sistema político, dominado pelas oligarquias, excluía e alienava a maioria trabalhadora.

Nesse sentido, a análise desenvolvida permite concluir que a imprensa operária desempenhou o papel de um "campo de cultura e política" fundamental, sendo o espaço onde o trabalhador se transformou, efetivamente, em sujeito histórico. Embora o Estado tenha reagido a essa organização por meio de repressões e de leis que expulsavam estrangeiros, a Greve Geral de 1917 mostrou a força da solidariedade de classe. O movimento enfrentou a hegemonia das oligarquias da Primeira República, mas também evidenciou a capacidade de organização de um operariado que, mesmo sob vigilância e repressão, conseguiu influenciar os rumos da história social do Brasil.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. *In:* DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (org.). **Brasil Republicano:** Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo oligárquico. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018. p. 165-197.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O Movimento Operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).** 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 30. ed. São Paulo: Brasilense, 1984.

A DISCUSSÃO EM TORNO DO DIVÓRCIO NO PERIÓDICO *A IMPRENSA* (1925-1933)

Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Professor Titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Doutor em História (UFF).
E-mail: franciscoufpi@gmail.com

Felipe de Almeida Moita Sepúlveda Carvalho
Graduando em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI)
E-mail: felipeamsc@ufpi.edu.br

Resumo:
O jornal *A Imprensa* circulou em Teresina durante as décadas de 20 e 30. Nesse período, ocorre um recrudescimento da discussão sobre o divórcio nos periódicos piauienses, em relação ao século anterior. Veículo atento à conjuntura internacional, a publicação oferece um ponto de acesso ao modo como parte da intelectualidade piauiense se relacionava, no final da década de 1920, com mudanças na legislação conjugal discutidas em outras partes do mundo e que então obtinham maior espaço no debate político nacional. Objetiva-se, por meio deste trabalho, analisar as representações em torno do divórcio utilizadas naquele periódico, à luz da teoria de Roger Chartier.

Palavras-chave: divórcio; política; cultura; publicação periódica.

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DO TEMA

O casamento no Brasil durante a Primeira República (1889-1930) havia conservado em relação ao Império seu estatuto de vínculo indissolúvel. Ainda que fosse permitida a separação do casal mediante o processo, litigioso ou amigável, do desquite (o qual somente poderia ser aplicado em consequência de adultério, tentativa de assassinato, maus-tratos, injúria grave ou abandono voluntário, por dois anos contínuos, do domicílio conjugal), isso não implicava em dissolução do vínculo matrimonial, segundo o Código Civil de 1916, o que anulava juridicamente a possibilidade de contrair novo casamento (Spengler; Schaefer, 2020).

Essas convenções eram legitimadas pela crença predominante entre os juristas referente a uma suposta natureza dos sexos e dos deveres que lhes seriam correspondentes: enquanto à mulher, mais frágil, caberia a administração do lar, bem como gerar e educar os futuros cidadãos, o homem somente encontraria realização no ambiente exterior à casa, responsável que era pelo sustento da família (Maluf; Mott, 1998). Isso, contudo, não impediu a realização de debates na sociedade civil, inclusive em âmbito parlamentar, acerca da questão do divórcio, o que reverberou na cena intelectual piauiense, inclusive no setor jornalístico.

A ampliação do interesse por parte dos letrados piauienses pela causa do divórcio é atestada pelo aumento na frequência numérica das citações nos jornais do período: a pesquisa com o termo “divórcio” no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional aponta que, das 244 ocorrências da palavra, pelo menos 189 estão presentes em publicações realizadas durante a Velha República-1889

a 1930 (Hemeroteca Digital, 2026). O crescimento dessa discussão encontra um ambiente contrastado, no Piauí, entre o apego à tradição patriarcal, legitimada simultaneamente pela Constituição de 1891, pelo Código Civil de 1916 e pela Igreja Católica, e o interesse das elites do início da República em "[...] reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos" (Sevcenko, 1998, p. 20).

No Piauí, o jornal *A Imprensa* é um dos periódicos que coloca em pauta a questão do divórcio sob um prisma distanciado da evocação religiosa. Isso não impede, contudo, sua ligação com uma intelectualidade conservadora-grupo do qual Simplício Mendes é um representante que possui texto publicado naquele título, tampouco com uma organização política contrária ao divórcio, como é o caso do Partido Republicano Piauiense – PRP (A Imprensa,1933, p. 4). *A Imprensa*, portanto, não escondia sua orientação a respeito do assunto, o que o torna objeto privilegiado para a compreensão das representações acerca do divórcio no estado do Piauí.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho foi analisar a construção de representações em torno do divórcio, à luz da teoria das representações de Roger Chartier, no jornal piauiense *A Imprensa*, sob o recorte temporal 1925-1933.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A noção de representação, segundo Le Goff, se refere a uma abstração de uma realidade exterior percebida pelo

sujeito ou pelo coletivo (Barros, 2005). Para Chartier, as representações são impostas por meio de um processo de violência simbólica, ligado à desigualdade e ao conflito entre os interesses de diferentes grupos, percebidos como contraditórios (Chartier, 2021 *apud* Guimarães, 2021). A função das representações, portanto, estaria ligada à naturalização de relações de dominação intergrupais a partir da consolidação de imagens do passado no imaginário coletivo.

METODOLOGIA

No sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi pesquisado o termo "divórcio", associado ao jornal *A Imprensa* e ao período 1925-1933. Realizou-se uma filtragem dos resultados, com vistas a considerar somente aqueles em que o termo pesquisado corresponderia à anulação do matrimônio. Operou-se uma classificação das citações restantes de acordo com o contexto em que a notícia foi veiculada (se num artigo de opinião, numa notícia, e de acordo com o território a que se refere o excerto, nacional ou internacional, bem como a posição em que o trecho ocupa na página disponibilizada). Foram então identificadas as representações promovidas, de modo a apontar a sua significação pretendida.

DESENVOLVIMENTO

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi identificada uma tendência do jornal *A Imprensa* a publicar casos relacionados a divórcio em outros países, um deles na primeira menção encontrada ao termo (A Imprensa, n. 4, p. 2). Nesse caso, é apresentada a posição de ministros

religiosos dos Estados Unidos contra o divórcio, e citada literalmente a opinião de um clérigo contra a facilidade, vista por ele como excessiva naquele país, em se contrair casamentos. Como a notícia dá a entender ao mencionar serem os religiosos de diferentes credos, entre eles existem professantes de identidades religiosas diversas da católico-romana. Assim, o excerto, ao mesmo tempo que promove seu intento moralizante, ao ressaltar o divórcio como algo negativo, aponta para o que os autores veriam como uma falha dos Estados Unidos, nação predominantemente protestante, em relação ao Brasil, país majoritariamente católico: a facilidade exagerada em contrair casamentos.

Na segunda ocorrência de caso estrangeiro mencionado, o periódico menciona a aprovação, pelo Parlamento da Turquia, da proibição da poligamia e da restrição ao divórcio (A Imprensa, n. 70, p. 2). Em ambos os casos, a publicação coloca outros países como exemplo a ser divulgado. Isso aponta para o interesse editorial ali presente em direcionar, por meio desses casos, o rumo que o Brasil deveria seguir no que dizia respeito àquela temática. No entanto, o fato de os trechos mencionados estarem na página de classificados, em posições de menor destaque (como no canto superior direito da página) indica que, do ponto de vista dos responsáveis pela publicação, o divórcio ainda era um assunto a ser pouco comentado.

Observa-se uma mudança nessa conjuntura quando a temática passa a ser abordada pelo Congresso. Por três edições, é mencionado um debate que teria ocorrido no ano de 1926 na Câmara dos Deputados em torno da "questão do divórcio" (A Imprensa, n. 95, p. 1). Destaca-se aqui que é a primeira vez em que o jornal *A Imprensa* insere o termo em sua folha de rosto, ainda que persista o pouco detalhamento. Na edição 96, contudo, aparece o mais longo artigo até então publicado a esse respeito (naquele jornal), apresentando a

posição de deputados contrários à aprovação do divórcio, com a exceção de um Manoel Villaboin que o apoia, desde que "[...] para solucionar casos muito especiais" (A Imprensa, n. 96, p. 4). Assim, justifica-se o debate em torno do tema polêmico, desde que constitua exceção e não regra.

A partir da edição 112 o jornal demonstra ter ampliado a importância que dava ao tema. Ao longo de 4 números seguidos, é publicada uma dissertação de Simplício Mendes sobre o que o autor entendia como a inadequação do divórcio ao contexto brasileiro. Na primeira parte, coloca o Brasil numa linha do tempo de sociedades, como Grécia e Roma, que teriam alcançado o auge quando protegeram suas tradições e entrado em decadência quando incorporaram costumes que lhes seriam estrangeiros (A Imprensa, n. 112, p. 1). O texto com que Mendes encerra sua dissertação coloca o que o intelectual entende como necessidade coletiva acima das individuais, e aponta que o Brasil, por ser, em suas palavras, país de uma "sub-raça – derivada de três ramos diversos da família humana", não disporia de um grau civilizacional suficientemente avançado para a instituição do divórcio em sua legislação, sendo a educação único meio seguro para sanar os desvios comportamentais dos brasileiros (A Imprensa, n. 115, p. 1). Assim, percebe-se que Mendes compartilha das representações promovidas por ideologias correntes à época, como o positivismo de Auguste Comte, o qual coloca a necessidade de cada sociedade em cumprir uma série de etapas civilizacionais (Salomão, 2016). Além disso, Mendes também mobiliza noções do racismo científico, que colocava como um risco para a sociedade brasileira a mistura de diferentes raças, associada ao perigo da degeneração (Santos; Silva, 2018).

CONCLUSÃO

O jornal *A Imprensa* se propôs, desde seus primeiros meses de publicação, a consolidar um viés contrário à aprovação do divórcio. Para isso, mobilizou representações acerca de países considerados modelo, seja por estarem em estágio de reação contra os efeitos sociais da aprovação do divórcio (aumento no número de separações, no caso dos Estados Unidos), seja por aprovarem legislações que o restringiam (caso da Turquia). Além disso, possibilitou a publicação de textos de Simplício Mendes, intelectual conservador, e se colocou a favor da tese anti-divórcio do PRP-Partido Republicano Piauiense.

Foram também utilizadas representações provenientes do positivismo e do racismo científico, presentes nos textos de Mendes. No entanto, é preciso ressalvar que, dada a ausência de maior detalhamento no jornal, não é possível, no estado atual da pesquisa, confirmar a autenticidade das assertivas veiculadas como "fatos" pelo periódico. Verificou-se, também, uma mudança de editoração: enquanto as primeiras menções ao divórcio apareciam de forma discreta, quase escondida, nos anos posteriores já eram tema de primeira página, sinalizando o aumento da importância conferida pelos editores ao tema.

REFERÊNCIAS

A IMPRENSA. Teresina-PI. 1925-1933.

BARROS, José D`Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. Diálogos-**Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

GUIMARÃES, Valéria dos Santos. Entrevista com Roger Chartier – representações das práticas, práticas da representação. **Revista História**, São Paulo, v. 40, e2021065, p. 1-11, 2021.

HEMEROTECA DIGITAL. Biblioteca Nacional. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 01 maio 2026.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 367-422.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. Influências do positivismo na formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro. **Revista Econômica**, v. 18, n. 1, p. 1-16, jun. 2016.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 513-620.

SPENGLER, Fabiana Marion; SCHAEFER, Rafaela Matos Peixoto. Divórcio: evolução histórica e legislativa com destaque às inovações do Código de Processo Civil**. Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 142-164, jun. 2020.

TIRANDO TERESINA PARA DANÇAR: NOTAS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DANÇA ERUDITA NA CAPITAL DO PIAUÍ (1970-1990)

João Vitor dos Santos
Mestrando em História do Brasil (PPGHB-UFPI)
Graduado em História (UFPI)
E-mail: joaovsantos146@ufpi.edu.br

Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Professor Titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Doutor em História Social (UFF)
E-mail: franciscosnascimento@ufpi.edu.br

Resumo:
O artigo analisa o processo de institucionalização da dança erudita em Teresina entre 1970 e 1990, investigando a transição da prática de atividade recreativa para campo profissional. Assim, o objetivo é compreender como o fomento à dança reconfigurou a cinesia corporal e a produção cultural local, integrando-a ao circuito nacional. No tocante à metodologia, o estudo consiste em pesquisa histórica de cunho qualitativo, pautada na análise de fontes hemerográficas, bibliográficas e, primordialmente, na história oral, por meio de depoimentos de bailarinos pioneiros, de forma que os resultados demonstram que a criação de escolas independentes, como as de Lenir Argento e Helly Batista, e a posterior intervenção estatal via Escola de Dança do Estado e Balé da Cidade, foram fundamentais para a legitimação da dança como saber técnico-profissional. Amparados pela fundamentação teórica na perspectiva certeauniana das "artes de fazer" (Certeau, 2014) e na história cultural, dialogando com autores como Sandra Pesavento (2005) e Edwar Castelo Branco (2024), bem como

com pesquisas acerca da dança em Teresina desenvolvidas por Roberto Freitas (2024), conclui-se que esse processo permitiu a subversão de estigmas sociais e a consolidação da área como patrimônio artístico relevante ao poder público piauiense.

Palavras-chave: Teresina; dança; arte; cultura; história e memória.

INTRODUÇÃO

Nas três últimas décadas do século XX, os esforços empreendidos para o fomento à constituição da dança enquanto horizonte de produção cultural na cidade de Teresina resultaram na demarcação da prática para além das atividades recreativas e do mero acessório performático das produções cênicas. A partir dos anos 1970, o advento de espaços e metodologias próprias da dança acabou por propor nova usabilidade da cinesia corporal e artística, fato cabeceado por piauienses que, em contato com diferentes perspectivas em torno de tal arte, produziram novas possibilidades do ato e efeito da prática da dança. A questão vai ao encontro da perspectiva certeauniana das criações cotidianas do indivíduo, na qual se contrapõe certa passividade do sujeito frente aos sistemas disciplinadores à possibilidade de criação advinda de uma forma ativa de consumo, uma "antidisciplina" operada pelos praticantes ordinários da cultura (Bochetti, 2015, p. 45). O presente trabalho discute o processo de institucionalização da dança erudita em Teresina entre 1970 e 1990, ancorado nas memórias de bailarinos que narram o cenário da dança aos moldes institucionais na capital piauiense, cujo quadro remonta às dificuldades de acesso a informações metodológicas e trocas artísticas com outras regiões do país. Entre 1970 e 1990, a criação de escolas para a instrução formal

e a formação de um público consumidor do ensino e dos espetáculos construíram capítulo importante da história da dança no Piauí, inscrito nas artes do fazer cotidiano (Certeau, 2014).

DAS ESCOLAS AOS PALCOS, A HISTÓRIA SE FAZ MOVIMENTO

A instalação da primeira escola de dança da capital ocorreu em 1972, quando Lenir Argento retornou ao estado após anos no Sudeste e, sob os auspícios de um "Piauí Novo" que se lançava moderno, investiu na edificação de um espaço de instrução de dança clássica, arte que praticara no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Teresina ensaiou seus primeiros movimentos rumo à institucionalização da dança, ancorando-se nas gramáticas rigorosas do balé tradicional – apesar de as reverberações das linguagens modernas já se fazerem presentes nas grandes companhias internacionais – num espaço que funcionou até os fins dos anos 1990, formando toda uma geração de artistas. Dos meados dos anos 1970 à primeira metade dos anos 1980, as pequenas escolas que surgiram atendiam a pretensões de recreação, amadorismo ou atividade voltada às utilidades anatômicas do corpo e benefícios da compostura social. Todavia, com a virada de expectativas em relação à dança, ao que se delineiam perspectivas de labor e mercado, Teresina passou a ser interpretada por seus bailarinos como em atraso em relação a outros centros nos quais as formas de fazer eram tidas como mais sofisticadas.

As memórias dos bailarinos revelam que, nos anos 1980, a ausência de recursos e a distância geográfica dos grandes centros tornavam o acesso às informações metodológicas extremamente difícil. A metodologia técnica, os roteiros coreográficos e as noções anatômicas resumiam-se ao

conhecimento dos maitres, repassado por meio da oralidade. Tal percepção deixa transparecer uma caracterização provinciana da cidade, apesar de os jornais estamparem uma capital movimentada em complexo cenário político, o que corrobora as considerações acerca da existência de múltiplos tempos inscritos no espaço e nos sujeitos habitantes (Pesavento, 2005, p. 15). O sintoma de uma configuração técnica dada aos moldes informais fez muitos bailarinos deixarem Teresina em busca do que havia de moderno na esfera da dança. Artistas como Helly Batista, Frank Lauro, Eleonora Paiva e Marcelo Evelin deslocavam-se a outras regiões para aprimoramento pedagógico e artístico, e o conhecimento absorvido era empregado no cenário dançante de Teresina quando do retorno. Ainda assim, o cenário provinciano perpetuou-se até meados dos anos 1990, com a dependência de fitas de VHS para o aprendizado, recurso que não supria a experiência da troca educacional presencial. A dança, estando no campo das atividades dotadas da subjetivação acionada pelas sensações físicas e pelo engrandecimento que justifica a violência contra o próprio corpo (Gonçalves; Turelli; Vaz, 2012, p. 154), provocava a necessidade do contato entre o bailarino e o profissional responsável por seu preparo.

No contexto de expansão do mercado da dança, os profissionais almejavam a certificação de tal arte como política de Estado. Entre 1983 e 1984, artistas atuantes reuniram-se com representantes do poder público a fim de implementar escola profissional subsidiada pelo governo, com a proposta de contemplar alunado das camadas baixas e médias-baixas. Em agosto de 1985, a Escola de Dança do Theatro 4 de Setembro foi inaugurada, representando abertura para a possibilidade de popularização da elitizada dança clássica, sonhada por tantas crianças e adultos que até então não haviam tido a oportunidade de contemplá-la quanto menos de praticá-la (Freitas, 2003, p. 22). A intervenção do poder público perfez a

incidência do entusiasmo vigente ao ponto desta figurar entre os setores por onde recursos governamentais circulariam, no almejo político de se apresentar um Piauí nivelado ao moderno. A Escola de Dança do Estado conferiu à classe artística certa possibilidade de segurança profissional, embora as trocas de governos tenham sido motivo de tensão. A formalização dos cargos por concurso público na década de 1980 representou momento emblemático, porém não obteve edição futura, prevalecendo a instabilidade respondida pelo arrojo pessoal dos bailarinos.

Paralelamente, a fundação de espaços de instrução configurava ação oriunda de iniciativas dos próprios bailarinos no intuito de construírem mercado em que o trabalho com a arte pudesse suprir necessidades imediatas. A Escola de Ballet Helly Batista (1989) e a Academia de Ballet Júlio César (1992) constituem exemplos emblemáticos. A divulgação dessas escolas contou com meios de comunicação de massa, notadamente a televisão, cuja expansão marcou a vinculação do exercício de redefinição do Brasil à condição histórica de emergência da pós-modernidade brasileira (Castelo Branco, 2024, p. 86). Aos clarins dos anos 1990, as ações visavam deliberadamente o desenvolvimento da dança na capital, acentuando-se os investimentos em trazer companhias e bailarinos renomados à Teresina – como Ana Botafogo, Paulo Rodrigues, a Cisne Negro Cia. de Dança e o Ballet Stagium – sob intenções de possibilitar contato com referências, chamar a atenção do público e fortalecer a presença de Teresina no mapa da dança nacional. O destaque ficou por conta do Balé da Cidade de Teresina, premiado entre 1996 e 2000 em eventos como o Festival Passo de Arte e o Festival de Dança de Joinville. Os êxitos foram utilizados como respaldo para reivindicar investimentos públicos, demonstrando que, ao se mostrar serviço de qualidade atestado pelos prêmios, tornava-se

possível cobrar e se impor perante a classe dirigente (Freitas, 2024).

CONCLUSÃO

No varar do caminho concernente à dinamização dos âmbitos da dança em Teresina nas três últimas décadas do século XX, a capital do Piauí tornou-se palco de transformações graduais à maneira de sua institucionalização aos moldes das belas artes, estampando cronologia que vai dos impulsos diletantes dos anos 1970, perpassando os estímulos de expansão das possibilidades de trabalho e consumo dos anos 1980, chegando ao expressivo manifesto das ações que intencionaram a integração da arte produzida regionalmente com o circuito nacional da dança na década de 1990. No limiar da virada do século, os impulsos catalisadores não se davam apenas pelos entusiastas envolvidos diretamente com o trabalho no campo ou por uma espécie de mecenato; o envolvimento do poder público concebeu condição legitimada nos termos de investimento e atenção governamental. Na periodização de trinta anos, é possível traçar diagrama histórico no qual se encontram tanto a realidade de um momento inicial composto pelas pequenas academias quase amadoras, quanto, aos fins daquele século, uma Teresina constituída por instituições e projetos públicos voltados à instrução e promoção da dança, contando com companhia de dança oficial – o Balé da Cidade de Teresina – que prescreve a condição profissional dos artistas e afirma a dança como bem de relevância ao poder público.

REFERÊNCIAS

BOCHETTI, André. Entre golpes e dispositivos: Foucault, Certeau e a constituição dos sujeitos. **História da Historiografia,** Ouro Preto, v. 8, n. 18, ago. 2015.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de paupéria:** Torquato Neto e a invenção da Tropicália. 2. ed. Teresina: Cancioneiro, 2024.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Roberto. A história da dança. Teresina: **Revista Cadernos de Teresina**: a cidade da Dança. Ano 15, n. 36, ago. 2003.

FREITAS, Roberto. **Dança, Teresina Dança**: mapeando espaços de vida que se movem com dança. Parnaíba: Acadêmica Editorial, 2024.

GONÇALVES, Michelle Carreirão; TURELLI, Fabiana Cristina; VAZ, Alexandre Fernandez. Corpos, dores, subjetivações: notas de pesquisa no esporte, na luta, no balé. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 03, jul./set. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 2, n. 4, ago./dez. 2005.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. Instituições públicas e produção cultural em Teresina (PI) nas décadas de 1970 e 1980. **História Oral**, v. 21, n. 1, p. 7-26, jan./jun. 2018.

O PADRE E A PRINCESA: LIMITES DE ACESSO AO ACERVO DO MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS E OS IMPACTOS NA PESQUISA HISTÓRICA SOBRE PRINCESA ISABEL

Lenilson Rocha Portela
Doutorando em História do Brasil (UFPI)
E-mail: lenilsonrp@ufpi.edu.br

Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Professor do PPGHB-UFPI
E-mail: franciscoufpi@gmail.com

Resumo:
O trabalho analisa as restrições de acesso ao acervo do Museu Imperial de Petrópolis, com foco na documentação de Princesa Isabel, cuja consulta é limitada por seus herdeiros. Argumenta-se que tais restrições não constituem apenas entraves administrativos, mas dispositivos de poder que afetam diretamente a produção do conhecimento histórico. A partir de referenciais teóricos de Michel Foucault, Jacques Derrida e Achille Mbembe, o arquivo é compreendido como espaço de disputa, seleção e silenciamento. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa, com análise de normas institucionais e relatos de pesquisadores, tratando a limitação de acesso como dado histórico. O estudo evidencia que a interdição documental impede investigações mais aprofundadas, como no caso da possível relação entre a Princesa Isabel e o padre Joaquim Sampaio Castelo Branco, cuja compreensão permanece comprometida pela ausência de fontes acessíveis. Conclui-se que o controle privado sobre acervos de relevância pública compromete a transparência, a verificabilidade e a pluralidade historiográfica, reforçando a necessidade de

políticas que ampliem o acesso e democratizem a gestão dos arquivos.

Palavras-chave: arquivos históricos; acesso à informação; memória e poder; princesa Isabel; política dos arquivos.

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido propõe uma análise crítica das restrições de acesso ao acervo documental sob a guarda do Museu Imperial de Petrópolis, com destaque para a documentação vinculada à Princesa Isabel. Parte-se da constatação de que o controle exercido por herdeiros sobre parcelas desse acervo impõe limites significativos à investigação histórica, sobretudo quando se trata de temas sensíveis ou ainda pouco explorados. Nesse contexto, o problema do acesso não é apenas técnico ou administrativo, mas profundamente político, pois incide diretamente sobre as possibilidades de construção do conhecimento histórico.

A questão torna-se ainda mais complexa quando se considera a impossibilidade de aprofundamento em determinadas relações históricas, como aquela entre a Princesa Isabel e o padre Joaquim Sampaio Castelo Branco. A limitação ao acesso de documentos que poderiam elucidar essa relação impede não apenas a verificação de hipóteses, mas também a formulação de novas questões, evidenciando como a interdição documental atua como forma de silenciamento historiográfico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ARQUIVOS, PODER E MEMÓRIA

A reflexão teórica que sustenta este trabalho se ancora, sobretudo, nas contribuições de Michel Foucault e Jacques Derrida, que concebem o arquivo como um espaço de poder e disputa. Para Foucault, os arquivos não são meros depósitos neutros de documentos, mas dispositivos que organizam, classificam e, sobretudo, delimitam o que pode ser dito em determinado contexto histórico. Já Derrida, em Mal de arquivo, destaca o caráter paradoxal do arquivo: ao mesmo tempo em que preserva, também exclui, seleciona e controla o acesso à memória.

Essas perspectivas permitem compreender que a restrição ao acervo da Princesa Isabel não é um fenômeno isolado, mas parte de uma lógica mais ampla de controle da memória. Conforme argumenta Achille Mbembe, os arquivos estão intrinsecamente ligados às estruturas de poder que definem quais narrativas devem ser preservadas e quais podem ser marginalizadas. Assim, o controle privado sobre documentos de relevância pública tensiona os princípios democráticos que deveriam reger o acesso à informação histórica.

No campo da arquivologia e da história, autores como Terry Cook e Verne Harris também problematizam a ideia de neutralidade dos arquivos, destacando seu papel ativo na construção de narrativas históricas. Para esses autores, o arquivo é sempre resultado de processos de seleção e, portanto, de exclusão, o que reforça a necessidade de políticas de acesso mais transparentes e inclusivas.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, centrada na análise crítica das condições de acesso ao acervo do Museu Imperial. Foram considerados regulamentos institucionais, relatos de pesquisadores que enfrentaram dificuldades no acesso à documentação e discussões acadêmicas sobre o tema. A investigação também se orienta por uma perspectiva problematizadora, que entende o arquivo como objeto de estudo em si, e não apenas como fonte.

A análise parte da premissa de que a restrição ao acesso documental deve ser interpretada como um dado histórico relevante, capaz de revelar dinâmicas de poder e estratégias de controle da memória. Assim, a ausência de determinados documentos — ou a impossibilidade de acessá-los — é tratada não como lacuna, mas como evidência.

O CASO DO ACERVO DA PRINCESA ISABEL: INTERDIÇÃO E SILENCIAMENTO

O acervo relacionado à Princesa Isabel, sob a guarda do Museu Imperial, constitui uma fonte fundamental para a compreensão do Brasil oitocentista, especialmente no que diz respeito à monarquia, à escravidão e aos processos políticos do período. No entanto, a imposição de restrições por parte de herdeiros sobre determinados documentos limita significativamente o alcance das pesquisas.

Essa situação se torna particularmente problemática quando se considera a relação entre a Princesa Isabel e o padre Joaquim Sampaio Castelo Branco, atual objeto de estudo em nível de doutoramento. A escassez de documentos acessíveis sobre esse vínculo impede análises mais aprofundadas,

restringindo o debate historiográfico a hipóteses pouco fundamentadas ou a interpretações baseadas em fontes indiretas. Tal limitação evidencia como o controle sobre o arquivo pode moldar — e até distorcer — a produção do conhecimento histórico.

A interdição de documentos não apenas dificulta o trabalho do historiador, mas também contribui para a manutenção de narrativas hegemônicas, ao impedir o acesso a evidências que poderiam tencioná-las ou reformulá-las. Nesse sentido, o arquivo deixa de ser um espaço de investigação aberta e se torna um instrumento de regulação do passado.

IMPLICAÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA E PARA A ÉTICA DA PESQUISA

As restrições de acesso ao acervo da Princesa Isabel colocam em xeque princípios fundamentais da historiografia, como a verificabilidade, a transparência e a pluralidade interpretativa. Sem acesso pleno às fontes, o historiador se vê limitado em sua capacidade de produzir análises rigorosas e fundamentadas.

Além disso, a mediação privada sobre documentos de interesse público levanta questões éticas importantes. Até que ponto é legítimo que herdeiros controlem o acesso a documentos que dizem respeito à história coletiva? Quais são os limites entre o direito à propriedade e o direito à memória?

Essas questões dialogam com debates contemporâneos sobre a democratização dos arquivos e a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso à informação. Como argumenta Verne Harris, o acesso aos arquivos é uma condição essencial para a justiça histórica, pois permite a revisão crítica do passado e a inclusão de vozes marginalizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do caso do Museu Imperial de Petrópolis evidencia que o problema do acesso aos arquivos está longe de ser apenas técnico. Trata-se de uma questão política, que envolve disputas por memória, poder e legitimidade. A restrição ao acervo da Princesa Isabel, especialmente no que diz respeito a temas ainda pouco explorados, como sua relação com o padre Joaquim Sampaio Castelo Branco, demonstra como o controle documental pode limitar a produção do conhecimento histórico.

Diante disso, torna-se urgente repensar as políticas de gestão de acervos, de modo a garantir maior transparência e acesso público. Somente assim será possível avançar na construção de uma historiografia mais crítica, plural e comprometida com a democratização do saber.

REFERÊNCIAS

COOK, Terry. "Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts". Archival Science, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

HARRIS, Verne. Archives and Justice: A South African Perspective. Chicago: Society of American Archivists, 2007.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

O CAMPO BRASILEIRO: LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO – A TRAJETÓRIA DE PADRE JOSIMO E OS CONFLITOS AGRÁRIOS CONTEMPORÂNEOS

Maria Aparecida Gomes Martins
Mestra em Ecologia e Produção Sustentável pela PUC/GO
E-mail:aparecidagomesmartins@hotmail.com

Rodrigo Alberto Lopes
Agricultor Pesquisador. Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB)
E-mail:rodrigolopesmevet@gmail.com

Euclides Alves de Oliveira de Souza
Presidente da APALE
E-mail: souzaeuclides1928@gmail.com

Resumo:
Este resumo analisa a dinâmica da luta pela terra no Brasil, focando na trajetória de Padre Josimo Tavares como ícone da resistência camponesa. Analisa-se a questão agrária no Bico do Papagaio (TO), os impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA e a atuação dos movimentos sociais. O estudo integra dados sobre conflitos no campo, destacando a persistência da violência e a vulnerabilidade das comunidades tradicionais diante do avanço do capital no setor agrícola. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Palavras-chave: luta pela terra; Padre Josimo; conflitos agrários; MATOPIBA; movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil, marcada por conflitos, desigualdades e a incessante luta pela terra e pelo território. Neste contexto, figuras como Padre Josimo Tavares emergem como símbolo de resistência em defesa dos direitos camponeses e comunidades tradicionais. Este resumo analisa sua contribuição para a reforma agrária, contextualizando-a nos conflitos brasileiros, com foco no MATOPIBA. Abordaremos a violência no campo, impactos socioambientais do agronegócio e o papel dos movimentos sociais.

A LUTA DE PADRE JOSIMO PELA REFORMA AGRÁRIA

Padre Josimo Tavares é amplamente reconhecido como um dos precursores das questões sociais camponesas na Região do Bico do Papagaio e das influências na região que hoje compreende o Estado do Tocantins. Segundo Silva (2011), a vida de Josimo e sua obra, são um testemunho de compromisso com os direitos humanos e com uma visão de liberdade que abrange aspectos religiosos, econômicos e antropológicos. Diante da violência no campo, Josimo se destacou ao lado de figuras como Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduíno, todos ligados às questões da terra e às missões da Igreja (Ramos, 2020).

Seu trabalho na CPT e seus escritos revelam profundo comprometimento com os camponeses nas décadas de 1970 e 1980. Influenciado pela Teologia da Libertação, Josimo priorizou grupos marginalizados (Aldighieri, 1991; 1998). Essa influência, junto às linhas pastorais da CNBB, adotadas a partir de Medellín, moldou a visão da igreja (Veiga, 2009), se expressando através das Comunidades Eclesiais de Base.

Josimo, no entanto, não foi meramente condicionado pelas circunstâncias. Sua escolha de engajamento reflete o princípio sartreano de identificação entre sujeito e objeto de seu compromisso. Ele se tornou uma liderança e um intelectual orgânico, na concepção de Gramsci (1978), como dirigente e organizador da cultura, e um mediador de conflitos, segundo Mannheim (1968). Sua atuação desprovida da "torre de marfim" criticada por Morin (1986) o posicionou como um defensor da filosofia da práxis com valor cívico e político.

O assassinato de Padre Josimo em 1986, com dois tiros pelas costas, enquanto subia a escadaria do prédio da CPT, simboliza a brutalidade dos conflitos agrários. Sua morte teve grande repercussão nacional e internacional, e sua memória é mantida viva em acampamentos, assentamentos, projetos sociais e escolas que recebem seu nome, perpetuando o legado desse importante militante das causas sociais.

A QUESTÃO AGRÁRIA EM GOIÁS, TOCANTINS E A NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA (MATOPIBA)

A questão agrária em Goiás e Tocantins é marcada pelo conflito entre o agronegócio modernizador e o modelo camponês de subsistência. A busca pela modernização do sertão visava a ocupação da Amazônia (Pessoa, 2009). O abandono da reforma agrária em favor do grande capital gerou grilagem e peonagem, perpetuando a exploração da mão de obra (Martins, 1997).

Desde o período de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, a busca pela modernização do sertão, desde a abertura das grandes rodovias, como a Belém-Brasília foram acompanhadas de projetos de assentamento, havendo desde a década de 1941, como assegura Pessoa (2009), uma campanha em prol da ocupação da Amazônia através da doação de terras

e formação de Colônias Agrícolas, o que efetivou-se de fato foi, nas palavras de (Becker, 1982, p. 137), o "devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernidade acelerada". posteriormente transformada em integracionismo pelos militares, opôs-se aos modos de produção camponeses. O abandono de políticas de reforma agrária em favor do desenvolvimento do grande capital resultou em fenômenos como a grilagem e a peonagem, que perpetuam a degradação da condição humana e a exploração da mão de obra. Essas relações são, segundo Martins (1997, p. 82) escravistas.

AVANÇO DO CAPITAL E A PERPETUAÇÃO DOS CONFLITOS NO CAMPO NO MATOPIBA

O MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) é o epicentro das disputas territoriais no Brasil contemporâneo. O modelo de desenvolvimento adotado na região, que foi intensificado a partir do Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA, abrangendo 337 municípios. O modelo de desenvolvimento foca na expansão acelerada das monoculturas, gerando violência contra povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (Bragança, 2026).

A expansão agrícola, impulsionada por soja e milho, aumenta as disputas por terra (Ojeda, 2024). A CPT (2024) aponta crescimento de conflitos no MATOPIBA, que em 2024 superou a Amazônia na liderança do desmatamento no Brasil (Mapbiomas, 2023). Essa devastação impacta comunidades agroextrativistas, que denunciam perda de território e envenenamento por agrotóxicos (Dolce, 2026). A expansão agressiva do agronegócio, especialmente de monoculturas de soja, resulta na expropriação de terras e na violação dos direitos dessas populações (Pereira; Sánchez, 2026).

Favareto (2025) indica que o MATOPIBA exemplifica "sistemas alimentares excludentes". A terra deixou de ser apenas um meio de produção para tornar-se ativo financeiro, atraindo fundos globais, elevando o preço da terra e intensificando a grilagem. Isso resulta na expulsão de comunidades com posse histórica, gerando invisibilidade e violência. A consequência direta é a expulsão de comunidades que possuem a posse histórica, mas carecem de titulação formal, gerando um ciclo de invisibilidade e violência, não sendo muito diferentes dos conflitos existentes no Bico do Papagaio na década de 1980, época da luta de Padre Josimo.

O relatório "Conflitos no Campo Brasil 2024" da CPT (2025) revela 2.185 conflitos em 2024. Os dados corroboram que o avanço da fronteira agrícola é acompanhado por uma "limpeza" do território, com milícias armadas e ameaças. O conflito no MATOPIBA é estruturante da expansão do agronegócio, com impunidade devido à convergência de capital financeiro e poder político local.

RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS CAMPONESES

A atuação dos movimentos camponeses no Brasil não é um fenômeno recente, mas uma resistência que perdura desde o processo violento de ocupação e expansão do desenvolvimento capitalista no campo. A história brasileira é marcada por brutalidades contra indígenas e camponeses, que, apesar da violência, não permaneceram passivos. A característica principal do campesinato é sua diversificação, ainda pouco estudada em sua complexidade. A permanência da concentração fundiária e a tentativa de implementação de um único modelo de desenvolvimento para a agricultura revelam que o problema fundiário está longe de ser resolvido.

As políticas públicas, em sua maioria, estão ligadas ao apoio de um modelo de agricultura baseado em grandes produções e exportações, negligenciando os diversos segmentos da agricultura brasileira, além do processo de financeirização das terras. Porém, como exemplificado pela vida/luta de Padre Josimo, a região do MATOPIBA não é apenas uma fronteira de expansão do capital agroindustrial, mas também um território de intensa resistência social. A presença de diversos movimentos sociais e articulações de comunidades tradicionais é a resposta direta ao avanço das monoculturas sobre áreas de uso comum. Esses movimentos atuam na defesa da biodiversidade, na garantia da segurança alimentar e na luta pela regularização fundiária de territórios ancestrais.

CONCLUSÃO

A trajetória de Padre Josimo Tavares ressoa com os desafios contemporâneos no MATOPIBA. Sua luta destaca a persistência de um modelo agrário brasileiro que prioriza a modernização e o grande capital em detrimento da reforma agrária.

O avanço do agronegócio no MATOPIBA replica e intensifica os conflitos e a violência que Josimo combateu. Dados da CPT revelam desmatamento recorde, expropriação de terras e violação de direitos. A vulnerabilidade de povos indígenas e comunidades tradicionais é acentuada pela ausência de regularização fundiária.

No entanto, a história da luta pela terra no Brasil é também uma história de resistência. A memória de Padre Josimo e a atuação dos movimentos sociais no MATOPIBA demonstram que a luta por um modelo agrário mais justo e inclusivo permanece viva e ativa. A persistência desses

conflitos sublinha a urgência de políticas agrárias que protejam a pluralidade dos modos de produção e a dignidade das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

ALDIGHIERI, Mário. **Josimo**: uma vida no conflito social do Bico do Papagaio.1991. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

ALDIGHIERI, Mário. **Josimo**: um amor pastoral para os camponeses. Goiânia: CNBB, 1998.

BATAIER, Carolina. **Brasil de Fato**. Fronteira agrícola do Matopiba concentra 82% do desmatamento do Cerrado em 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 222 p.

BRAGANÇA, Arthur. Expansão da Produção Agrícola no Matopiba. **Climate policy initiative**, 2026. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org. Acesso em: 01 maio 2026.

BRASIL. MAPBIOMAS. **RAD 2023**: Matopiba ultrapassa a Amazônia e assume a liderança do desmatamento no Brasil. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org. Acesso em: 01 maio 2026.

DOLCE, Julia. Enquanto soja avança, estados do Matopiba vivem redução de milhares de hectares colhidos de arroz, feijão e mandioca. **O Joio e O Trigo**, 24 mar. 2026. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v. 2.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A Degradação do Outro nos Confins do Humano. Hucitec: São Paulo, 1997.

MORIN, Edgar. **Torre de marfim**. Tradução de Clarice de Castro e J. M. S. de Castro. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986. (Coleção Saber, 165).

OJEDA, Igor. Conflitos por terra se acirram em áreas de expansão do agro, diz CPT. **Reporter Brasil**, 2 dez. 2024. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br. Acesso em: 1 maio 2026.

PEREIRA, João; SÁNCHEZ, Mariana. Expansão do Agronegócio e Violação de Direitos no MATOPIBA. **Revista de Estudos Agrários**, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2026.

PESSOA, Jadir de Morais. Colônia Agrícola Nacional de Goiás no aprendizado da itinerância. *In:* NEVES, Delma Pessanha. (org.). Processos de constituição e reprodução do

campesinato no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2009, v. 2, p. 175-192.

RAMOS, Gleys Ially. Padre Josimo Tavares, um homem para as mulheres? **Escritas**: Revista de História de Araguaína, v. 12, n. 1, p. 140-160, 2020.
SILVA, Moisés Pereira da Silva. **Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – UFG, Goiânia, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 724 p.

VEIGA, Alfredo Cesar. **Teologia da Libertação**: nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual. 2009. Tese (Doutorado História Social) – USP, São Paulo, 2009.

EIXO 2

EDUCAÇÃO, ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A ONHB E A HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ítala Teixeira de Sousa
Mestranda no Programa de Pós-graduação em História do Brasil (UFPI)
Graduada em Licenciatura em História (UFPI)
E-mail: italateixeira@ufpi.edu.br

Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Profa. da Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Doutora em História (UFPE)
E-mail: claudiafontineles@ufpi.edu.br

Resumo:
O estudo, vinculado a uma pesquisa em âmbito de PIBIC desenvolvido entre 2024 e 2025, analisa a Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) como estratégia pedagógica no ensino de História entre 2016 e 2023. Criada pela UNICAMP, a olimpíada destaca-se pelo uso de fontes históricas, interdisciplinaridade e estímulo ao pensamento crítico, contrapondo-se a práticas conteudistas. Fundamentada na teoria da consciência histórica de Jörn Rüsen, a pesquisa adota abordagem quanti-qualitativa, com análise de dados estatísticos, questões das provas e bibliografia especializada. Os resultados evidenciam desigualdades regionais na participação, com maior concentração no Sudeste e Nordeste, além da presença significativa de temas da História do Tempo Presente, como ditadura, movimentos sociais e identidade. Tais abordagens promovem o confronto de narrativas e o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. Conclui-se que, diante de reformas educacionais de caráter tecnicista, como a BNCC e o Novo Ensino Médio, a ONHB se configura como prática de resistência, fortalecendo o ensino crítico e a formação cidadã. Apesar de desafios estruturais,

como desigualdade de acesso e apoio institucional, a olimpíada amplia o letramento histórico e reafirma o papel social da disciplina.

Palavras-chave: ensino de história; olimpíadas escolares; consciência histórica.

INTRODUÇÃO

O trabalho integra o Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, vinculado ao estudo "Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil republicano (a partir da década de 1960)", com foco no ensino de História por meio da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) desenvolvido no período de 2024 a 2025[1].

A pesquisa analisa, entre 2016 e 2023, a ONHB como estratégia pedagógica de resistência frente às reformas educacionais que fragilizam a disciplina, promovendo consciência histórica crítica e valorização do saber histórico. Criada em 2009 pela UNICAMP, a olimpíada cresceu de 16 mil inscritos em sua primeira edição para mais de 51 mil em 2024, abrangendo estudantes do 8º ano do ensino fundamental ao ensino médio, com fases on-line e final presencial em Campinas-SP. O formato privilegia análise de fontes históricas, interpretação crítica, interdisciplinaridade e trabalho colaborativo, rompendo com métodos conteudistas e memorizadores.

A fundamentação teórica se ancora na Teoria da Consciência Histórica de Jörn Rüsen, que entende a aprendizagem como prática articulando passado, presente e

1 Este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsa de Iniciação Científica.

futuro. Nesse contexto, a ONHB estimula pensamento crítico e protagonismo discente, contrapondo-se à precarização do ensino de História no Brasil, intensificada por políticas neoliberais e reformas curriculares recentes, que priorizam competências instrumentais. Apesar das desigualdades estruturais, a olimpíada amplia o interesse pela disciplina, fomenta práticas investigativas e valoriza a História como área essencial na formação cidadã. Assim, a ONHB se apresenta como experiência pedagógica inovadora, fortalecendo práticas emancipatórias e reafirmando o papel social da disciplina diante dos desafios contemporâneos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota os pressupostos da investigação quanti-qualitativa, que busca observar o objeto em seu contexto natural e descrevê-lo com base na análise das fontes (Bogdan; Biklen, 1994). Nesse sentido, destacamos o trabalho de Mayra Paniago (2023), referência mais abrangente sobre o tema, que evidencia como as questões da Olimpíada podem levar estudantes a refletir sobre sua realidade.

Com base na Didática da História e no conceito de consciência histórica de Jörn Rüsen, compreendemos que a ONHB potencializa a formação crítica dos participantes. Além disso, a análise de dados – como número de inscritos por estado, recorrência temática e posicionamentos da Olimpíada frente a contextos políticos – permite refletir sobre a educação brasileira, suas causas estruturais e o papel da ONHB no desenvolvimento do letramento histórico. A pesquisa ancora-se também na Educação Histórica, especialmente no uso de fontes como metodologia. Conforme Schmidt (2020), o ensino de História não deve se limitar à "transposição didática", mas aproximar-se dos processos constitutivos da ciência histórica.

A ONHB, ao trabalhar com fontes originais, possibilita que o estudante atue como agente histórico, distanciando-se de uma educação bancária e aproximando-se de uma aprendizagem orientada para a vida prática. Nosso percurso metodológico fundamenta-se em leituras, fichamentos, análise de questões e dados estatísticos, contemplando oito edições da ONHB, entre a 9ª (2017) e a 15ª (2023), período que constitui o recorte temporal da investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) revelou que as inscrições se concentram principalmente em São Paulo e na região Nordeste, o que reflete desigualdades regionais de acesso e incentivo. No entanto, o aspecto mais relevante do estudo diz respeito à análise das provas, especialmente das questões que abordam temas ligados à História do Tempo Presente. Essas questões evidenciam uma disputa de narrativas sobre o passado e o presente, revelando diferentes interpretações sobre temas sensíveis, como ditadura militar, movimentos sociais, gênero e identidade. A presença desses conteúdos indica uma ampliação do escopo da história escolar, aproximando-a dos debates contemporâneos e estimulando uma leitura crítica das fontes e dos discursos históricos.

Ao promover o confronto entre versões e perspectivas diversas, a ONHB contribui para o desenvolvimento da consciência histórica (Rüsen, 2005) e para o fortalecimento da autonomia intelectual dos estudantes. Essa abordagem dialoga com as discussões de Frigotto (2019) sobre os riscos da padronização e com as propostas de Guimarães (2017) e Saviani (2008), que defendem práticas interdisciplinares e emancipatórias. Assim, mais do que uma competição, a

olimpíada se consolida como espaço de formação crítica e de reflexão sobre o papel social da História.

CONCLUSÃO

O estudo analisou o ensino de História no Brasil entre 2015 e 2024, considerando reformas como a BNCC e o Novo Ensino Médio, que apresentam tendências tecnicistas e neoliberais, frequentemente limitando o caráter crítico da disciplina. Nesse contexto, a Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) se destaca como iniciativa de resistência pedagógica, promovendo consciência histórica, pensamento crítico e valorização da historicidade. Trabalhando com problemáticas do tempo presente — como preconceitos, cidadania, protagonismo feminino e múltiplas narrativas —, a olimpíada estimula estudantes e professores à pesquisa e à reflexão crítica, aproximando-se das perspectivas da historiografia do tempo presente (Schmidt; Cainelli, 2022) e favorecendo a superação de interpretações hegemônicas do passado (Nascimento, 2024).

Apesar de seu potencial, persistem desafios, como taxas de inscrição, desigualdades de acesso à tecnologia e limitação de apoio governamental, restringindo a participação de estudantes de baixa renda. A consolidação da ONHB como ferramenta pedagógica depende de políticas públicas que garantam inclusão e ampliação do impacto de sua metodologia inovadora. A pesquisa também analisou o crescimento da olimpíada por meio de dados quantitativos e entrevistas com professores de Ceará, Roraima e Minas Gerais, mostrando como a cultura escolar, recursos institucionais e condições locais influenciam o desempenho. Estados com tradição olímpica, como Ceará e São Paulo, apresentam mais inscritos e medalhistas, enquanto regiões com limitações estruturais

enfrentam desafios, apesar do empenho de professores e alunos. Fundamentado na Didática da História e em trabalhos de Mayra Paniago (2023), o estudo destaca a singularidade da ONHB: diversidade de fontes, complexidade de conteúdos e estímulo à produção ativa de conhecimento. Assim, a olimpíada fortalece a capacidade dos estudantes de interpretar o presente à luz do passado, contribuindo para a formação de cidadãos historicamente conscientes, críticos e atuantes.

REFERÊNCIAS

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. Além da norma: a BNCC e as repercussões no Ensino de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 29, n. 1, p. 142-167, jan./jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.5433/2238-3018.2023v29n1p142-167. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/45696. Acesso em: 27 maio 2025.

FONTINELES, Cláudia Cristina. As "centelhas da esperança": o papel da literatura e da música no despertar da consciência histórica. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 131-158, 2016. Disponível em: https://rhhj.emnuvens.com.br/RHHJ/article/view/246. Acesso em: 29 maio 2025.

FONTINELES, Cláudia Cristina; DE SOUSA NETO, Marcelo. Transformações na oficina da história: o PIBID e a "variação de enredo" na formação de professores. **História Unisinos**, v. 21, n. 2, p. 200-205, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5798/579862152005/movil/. Acesso em: 30 maio 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOTTA, Valter. Reforma do Ensino Médio: expressão do retrocesso ético-político na educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, 2017.

PANIAGO, Mayra. **A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB)**: contribuições para a aprendizagem histórica de jovens estudantes da educação básica brasileira. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

NASCIMENTO, Márcio dos Santos do. **Olimpíada Nacional em História do Brasil**: o ensino de história para além da sala de aula. 2024. 127 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Ananindeua, 2024.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da História como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: UFPR, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História.** Curitiba: UFPR, 2020.

A PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES INTERSETORIAIS DE MONTES CLAROS-MG SOBRE A PNAISARI

Alex Resende de Moura
Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação pela Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: alexr.mouracse@gmail.com

Sidelmar Alves da Silva Kunz
Professor Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
E-mail: sidel.gea@gmail.com

Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Prof. Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Doutor em História do Brasil (UFPI)
E-mail: marcus_pierre@ueg.br

Resumo:
Nos centros socioeducativos os adolescentes que cumprem medida de internação devem ter seus direitos à saúde e educação mantidos. Nessa perspectiva, a Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) empenha-se por meio do trabalho interdisciplinar na tentativa de implementar o atendimento em saúde de modo integral e respeitoso. Este trabalho busca responder qual a importância da PNAISARI para a transformação social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A PNAISARI, em abordagem qualitativa, é explorada com foco na transformação social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Para tanto, além de análise bibliográfica, foram aplicados questionários em 12 profissionais, integrantes de equipes

intersetoriais de uma unidade socioeducativa de Montes Claros-MG, que permitiram explorar suas narrativas, que apontaram os reflexos das ações dos profissionais envolvidos na PNAISARI na transformação social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Assinala-se que muitos adolescentes só tiveram a oportunidade de acessar o serviço de saúde de forma regular após a internação. Além disso, o tratamento comprometido e humanizado dos profissionais repercute positivamente na percepção que os adolescentes têm de si mesmos.

Palavras-chave: adolescentes; medida socioeducativa; PNAISARI; política pública.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a adolescência como o período dos 12 aos 18 anos. Esta é uma fase da vida crucial para o desenvolvimento físico e mental, marcada por crises de identidade, descobertas, ansiedade e busca por conexões com pares semelhantes, podendo influenciar positiva ou negativamente na formação da identidade (Brustolin; Alves; Superti, 2018).

Quando um adolescente entra em conflito com a lei, pode estar sujeito a medidas socioeducativas proporcionais à infração cometida, como advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, levando em conta sua capacidade de cumpri-las (Brasil, 1990).

No entanto, conforme observado por Permínio *et al.* (2018), o estigma social que acompanha os adolescentes em conflito com a lei afeta a forma como o atendimento em saúde lhes é oferecido e, muitas vezes, não recebem uma

assistência adequada. A Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), estabelecida pela Portaria Interministerial nº 1426/2004, visa garantir o direito à saúde durante a internação desses adolescentes no sistema socioeducativo. Em 2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi criado como uma política pública para regular e definir as responsabilidades dentro desse sistema, visando assegurar os direitos constitucionais dos jovens em processo de ressocialização (Brasil, 2012b).

Entretanto, conforme observado por Permínio *et al.* (2018), essa política ainda não foi totalmente implementada, carecendo de incentivos para se tornar uma realidade em todo o país. Nos centros socioeducativos, a atenção dada à saúde dos adolescentes nem sempre é realizada de forma integral, podendo-se observar altas taxas de problemas dermatológicos, nutricionais, infecções sexualmente transmissíveis e questões relacionadas à saúde mental dos internos.

Diante desse contexto, é evidente que muitos adolescentes em conflito com a lei enfrentam a falta de apoio básico tanto da família quanto do Estado. Nesse sentido, justifica-se este estudo ao buscar destacar a importância dos profissionais da PNAISARI não apenas em fornecer assistência médica ao adolescente, mas também em acolhê-lo como indivíduo. Ao estabelecer um ambiente de confiança e apoio, esses profissionais podem desempenhar um papel crucial na reeducação dos adolescentes dentro do centro socioeducativo, contribuindo para transformar suas realidades internas.

Nesse sentido, levantou-se a seguinte questão norteadora: qual a importância da PNAISARI para a transformação social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação?

O objetivo deste trabalho foi compreender a importância da PNAISARI na transformação social dos adolescentes em

cumprimento de medida socioeducativa de internação. Para tanto, a investigação buscou descrever a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, investigar a relevância da PNAISARI por meio das narrativas de integrantes de equipes intersetoriais de uma unidade socioeducativa de Montes Claros-MG e apontar os reflexos das ações dos profissionais envolvidos na PNAISARI na transformação social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica acerca do tema na Base de Dados de Teses e Dissertações da Capes (BDTD). Então, foi realizada uma pesquisa documental e teórica, que buscou desvelar o histórico dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes e a relevância da PNAISARI no atendimento socioeducativo e seus efeitos.

Após o embasamento teórico delineado pela pesquisa bibliográfica, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 integrantes de equipes intersetoriais de uma unidade socioeducativa de Montes Claros-MG, Minas Gerais. Os parâmetros utilizados para escolha dos participantes foram os critérios de intencionalidade, ou seja, o pesquisador não sorteia os entrevistados, mas os escolhe de forma intencional, a partir de critérios pré-estabelecidos, visando selecionar sujeitos com potencial de atender aos objetivos da pesquisa (Minayo, 2007). As entrevistas foram realizadas durante os meses de novembro e dezembro de 2023.

Segundo Marconi; Lakatos (2009) a entrevista semiestruturada ou despadronizada é a mais utilizada nas pesquisas qualitativas, pois podem explorar amplamente as questões investigadas devido à liberdade de condução

do investigador. Elas foram orientadas por um roteiro semiestruturado, alicerçado nos seguintes eixos: compreensão dos integrantes das equipes intersetoriais sobre a PNAISARI e os efeitos do tratamento recebido pelos adolescentes sob sua perspectiva social.

Foram entrevistados 12 profissionais com idade entre 35 e 50 anos, sendo 7 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. A coleta de dados foi feita em locais diferentes, de acordo com a disponibilidade dos participantes.

Antes da entrevista, todos os doze integrantes assinaram o documento e tiveram suas identidades protegidas. Os dados gerados por meio de aplicação da entrevista, foram analisados de acordo com a análise de conteúdo estabelecida por Bardin (2011).

LEVANTAMENTO, ANÁLISE E RESULTADOS

A título de aprofundamento, optou-se pela aplicação de questionário aos servidores atuantes no atendimento dessa política. Como critérios de inclusão, os participantes deveriam ser servidores do Centro Socioeducativo de Montes Claros (CSEMC) ou instituições que atendam aos adolescentes como UBS ou CAPSi, possuir ensino superior e atuar de forma direta junto aos adolescentes internos na instituição por, no mínimo, 6 meses, independentemente da função exercida.

O contato dos profissionais foi durante os meses de novembro e dezembro de 2023. O instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo consistiu em questionário com três questões abertas, previamente elaboradas, que permitiram ao respondente discorrer sobre o tema. As questões foram aplicadas por meio do *Google Forms*.

O Centro Socioeducativo de Montes Claros (CSEMC) foi estabelecido em novembro de 2005 na cidade de Montes

Claros, situado no bairro Distrito Industrial. Subordinado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, o centro atende 80 adolescentes em medida de internação provisória ou internação, em conformidade com a Política de Atendimento Socioeducativo do Estado de Minas Gerais, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o SINASE, o Estatuto da Juventude e normas constitucionais.

Para alcançar esses objetivos, o CSEMC conta com uma Equipe Socioeducativa Multidisciplinar composta por 147 profissionais. Sendo eles, 3 diretores, 4 supervisores, 1 terapeuta ocupacional, 1 assistente jurídico, 100 agentes de segurança socioeducativos, 3 psicólogos, 3 assistentes sociais, 3 pedagogos, 1 analista em Ciências Sociais, 8 coordenadores e auxiliares educacionais, 1 enfermeiro, 2 técnicos de enfermagem, 10 auxiliares administrativos, entre outros. Trabalhando em conjunto, esses profissionais desempenham um papel fundamental na manutenção da sincronia do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, facilitando a comunicação com a rede socioassistencial, Ministério Público, juízes e defensoria pública, o que possibilita o cumprimento dos objetivos da medida socioeducativa.

Dentro do CSEMC, uma variedade de atividades é desenvolvida, incluindo arte, esporte, lazer e profissionalização. É garantida a continuidade do processo de escolarização, desde o ensino fundamental até o médio, conforme estabelecido pelo ECA, em seu artigo 124, inciso XI. Essas atividades visam proporcionar aos adolescentes oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e educacional durante sua permanência no centro socioeducativo.

Após a aplicação dos questionários, as respostas foram submetidas a uma análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). Os 12 respondentes desta pesquisa trabalham diretamente com adolescentes internos do Centro

Socioeducativo de Montes Claros (CSEMC), ocupando cargos dentro do Centro, como agente de segurança socioeducativo (8) entre eles um diretor geral e um diretor de segurança, analista executivo de defesa social (4) sendo um do serviço social, um da enfermagem, um da psicologia e um da pedagogia, e ainda um enfermeiro coordenador do CAPS I, que atende externamente aos adolescentes internos no CSEMC.

Ao contrário do estudo de Carvalho et al. (2023) que apontou que a maioria dos entrevistados não conheciam a PNAISARI, a análise dos resultados deste estudo demonstra que a maioria dos entrevistados (11) conhecem esta política e entendem que através da sua aplicação adequada, é possível se garantir o bem-estar social dos adolescentes, bem como expandir seus conhecimentos acerca de autocuidado e da rede de cuidados em saúde que é de seu direito usufruir, estando cumprindo uma medida socioeducativa ou não.

Na fala dos entrevistados evidenciou-se que este movimento de garantia de direitos e educação em saúde há como resultado um aumento no sentimento de dignidade do adolescente, pois traz novas perspectivas como um sujeito de direito e deveres.

Três entrevistados destacaram a possibilidade de uma melhor reinserção social por meio dos atendimentos intersetoriais e interdisciplinares em saúde preconizados pela PNAISARI.

Filho (2023) analisou as políticas públicas para o atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e encontrou como lacuna que existe uma falta de leis específicas para o atendimento destes adolescentes, em especial aos que possuem transtorno mental. Segundo o autor, os objetivos da PNAISARI estruturam a atenção em saúde para estes adolescentes, porém, ainda é necessária a qualificação de todo a rede envolvida no atendimento aos socioeducandos.

A maioria dos entrevistados compreende que o atendimento adequado aos adolescentes pode mudar sua percepção sobre si. Pondera-se que Souza (2019) também entende que, ao se cuidar da saúde mental dos adolescentes, aumenta-se a possibilidade de sucesso na ressocialização.

Quando questionados sobre o entendimento dos adolescentes acerca dos atendimentos em saúde oferecidos e realizados durante o processo de cumprimento de medidas socioeducativas, as respostas divergiram entre os entrevistados. Segundo Entrevistado 1, se o atendimento for voltado para a saúde mental, os adolescentes podem entender como uma forma de punição. Já o Entrevistado 2 aponta que muitos entendem os atendimentos externos como uma oportunidade de sair do ambiente de internação e não por uma necessidade de saúde. No entanto, a maioria dos entrevistados percebe isso como algo positivo e dignificante para os adolescentes, pois atende suas necessidades, ao mesmo tempo compreendem como uma oportunidade que não tinham antes da internação.

De acordo com o que se observou nos resultados, o fato de os socioeducandos terem acesso aos serviços de saúde é entendido pelos entrevistados de forma ambígua. É positivo no sentido de os adolescentes se sentirem sujeitos de direito e aprenderem os caminhos para o cuidado, mas negativo, no sentido de que, eles podem entender o acesso à saúde como uma forma de fuga do ambiente de internação ou vantagem decorrente do cumprimento da medida e não um direito em si.

Sobre o acesso dos adolescentes ao serviço de saúde, Miranda (2019) também aponta que durante o período de internação, há mais contato com cuidados em saúde pelo adolescente do que quando está em liberdade. Permínio, Silva e Raggio (2022) em seu estudo sobre a validação do modelo lógico da PNAISARI, afirmam que, socialmente, o acesso à saúde pelos adolescentes encontra barreiras como

o desconhecimento dos serviços que eles podem acessar e também a necessidade de serem acompanhados pelos pais.

Além disso, conforme ressaltado por Ribeiro, Ribeiro e Deslandes (2019), há uma ausência de políticas públicas voltadas para o cuidado com estes adolescentes e uma invisibilidade destes nos serviços de saúde. Permínio, Silva e Raggio (2022) complementam que quando os adolescentes estão cumprindo medidas socioeducativas, sofrem com preconceitos, inclusive nos atendimentos médicos. Entretanto, os autores são categóricos ao dizerem que a PNAISARI auxilia na efetivação do direito à saúde para os adolescentes. Deste modo, é importante a continuidade do cuidado em saúde mesmo após o cumprimento da medida, para que os efeitos positivos alcançados durante a internação sejam mantidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de em alguns casos o acesso a esta política pública pelos adolescentes ser visto como uma forma de recompensa enquanto se está no cumprimento da medida socioeducativa. Sendo que, em outros casos, quando eles recebem um tratamento digno e respeitoso, pode mudar sua percepção de si, auxiliando na busca de uma mudança positiva em sua conduta.

Foi possível perceber que os diferentes atores que fazem parte do sistema socioeducativo, incluindo os trabalhadores das equipes intersetoriais, são essenciais devido ao acesso direto junto aos adolescentes e, deste modo, poderem trabalhar os processos de saúde junto aos internos, cada um a partir de sua área de conhecimento.

Os resultados encontrados a partir das respostas dos questionários sugerem que, devido a PNAISARI ter seu foco no cuidado da saúde do adolescente de forma integral

e intersetorial, entendeu-se que esta política pública pode ser um caminho para se chegar nos adolescentes internos que, em muitos casos, vem de realidades sociais nas quais não conhecem a estrutura já existente em saúde que pode ser acessada. Dessa maneira, mesmo com resultados que mostram que, em muitos casos, os adolescentes enquanto internos podem sofrer de preconceito no serviço de saúde, outros resultados mostram que, quando acolhidos e tratados de forma digna, esta política tem potencial de transformação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição [1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL. **Lei Federal no 12.594,** de 18 de janeiro de 2012. Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a lei: normas e reflexões**. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-das-populacoes-privadas-de-liberdade/saude-dos-adolescentes-em-conflito-com-a-

lei/legislacao/pnaisari_17_01_2012_versao_preliminar.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

BRASIL. Ministério de Saúde. Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014. **Redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI)**. Brasília (DF), 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRUSTOLIN, Karen; ALVES, Tarine Bacarin; SUPERTI, Tatiane. A construção da personalidade no período da adolescência da classe trabalhadora na perspectiva da psicologia histórico cultural. **Akrópolis Umuarama**, v. 26, n. 1, p. 45-57, jan./jun. 2018. Disponível em: https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/6418/3766. Acesso em: 15 jan. 2024.

CARVALHO, Natália Gabriela de; LIMA, Larissa Tatibana; ÁVILA, Larissa de Lima; ZAITER, Natália; LIMA, Iasmin Alves Palhota de; DIAS, Ricardo Burato. Saúde dos adolescentes em conflito com a lei: o conhecimento dos profissionais de saúde sobre a PNAISARI. **Brazilian Journal of Development**, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 893–912, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n1-063. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/55994. Acesso em: 6 jan. 2024.

VENCIO FILHO, Esmar Custódio; MACHADO, Bruno Amaral. Políticas públicas e estrutura estatal no atendimento do adolescente em conflito com a lei e portador de transtorno mental. **REI - Revista Estudos Institucionais**, *[S. l.]*, v. 9, n. 3, p. 938–965, 2023. Disponível

em: https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/709. Acesso em: 6 jan. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2009.

MIRANDA, Kátia Aparecida da Silva Nunes. Processos educativos vivenciados pelos jovens em situação de privação de liberdade. In: BELTRÃO, Marcio Evaristo; BARROS, Solange Maria de (org.). **Transgressão como prática de resistência**: um olhar crítico sobre os estudos Queer e a socioeducação. Cuiabá: EdUFMT, 2019. p. 133-162.

PERMINIO, Henrique Bezerra; SILVA, Juliana Rezende Melo; SERRA, Ana Luísa Lemos; OLIVEIRA, Bruna Gisele; MORAIS, Caroline Maria Arantes de; SILVA, João Paulo Almeida Brito da; FRANCO NETO, Thereza de Lamare do. Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes Privados de Liberdade: uma análise de sua implementação. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2018, v. 23, n. 9, p. 2859-2868. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/KsXPvnyRtyrQXf4qbRHgX7L/?format=pdf&lang=pt&ilang=en. Acesso em: 10 jan. 2022.

PERMÍNIO, Henrique Bezerra; SILVA, João Paulo Almeida Brito da.; RAGGIO, Armando Martinho Bardou. Validação do modelo lógico da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo (PNAISARI). **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2022, v. 27, n. 03, pp. 1237-1248. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Pbddsj3vgv47mjqLmPNmZDt/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 11 mar 2022. ISSN 1678-4561.

RIBEIRO, Débora Stephanie; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; DESLANDES, Suely Ferreira. Discursos sobre as demandas de saúde mental de jovens cumprindo medida de internação no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online].** 2019, v. 24, n. 10, p. 3837-3846. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/pFqypKptVthfpDgMnfBktsq/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 10 jan. 2022.

RIBEIRO, Débora Stephanie; RIBEIRO Fernanda Mendes Lages; DESLANDES, Suely Ferreira. Saúde mental de adolescentes internados no sistema socioeducativo: relação entre as equipes das unidades e a rede de saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 34, n. 3, p. 1-11, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/85mYftkPYQYQYf3t36WXXGt/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR.Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA, Juliana Cavicchioli de. **Medidas socioeducativas em meio aberto:** a compreensão de jovens autores de ato infracional. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190925.Acesso em: 10 fev. 2022.

RECEIOS E ANSEIOS DOS EDUCADORES DE UMA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: DESAFIOS PARA O MODELO NO PIAUÍ

Caio Rodrigues de Sousa
Graduando em História (UFPI)
E-mail: caio.sousa@ufpi.edu.br

Evandro Araújo Fontinele
Graduando em História (UFPI)
E-mail: evandro.fontinele@ufpi.edu.br

João Paulo Charrone
Professor Doutor em História (UFPI)
charrone@ufpi.edu.br

Pedro Machado Marreiros dos Santos
Graduando em História (UFPI)
E-mail: pmmsanto20@gmail.com

Resumo:
Este artigo tem como finalidade discutir os desafios presentes na manutenção de uma EFA – Escola Família Agrícola – no estado do Piauí. Uma EFA é um modelo de escola desenvolvido especialmente para os jovens do campo, através de uma educação voltada para as realidades desse grupo, a escola busca contribuir com o desenvolvimento das comunidades rurais e combater o êxodo presente nessas regiões. O presente trabalho tem como método o uso da História Oral, com base em entrevistas realizadas com educadores ligados à Escola Família Agrícola Santa Ângela, localizada em Pedro II-PI e conceitos de pesquisadores ligados à temática. Percebemos que o modelo EFA tem enfrentado desafios na gestão do atual governador do estado do Piauí, Rafael Fonteles, que

vem promovendo políticas de caráter tecnicista no âmbito educacional, e com isso, interferindo na proposta pedagógica das EFAS.

Palavras-chave: EFASA; educação; rural; pedagogia da alternância; história oral

INTRODUÇÃO

As Escolas Famílias Agrícolas foram implementadas no Brasil a partir da década de 60, o modelo foi criado a partir do contato que o padre italiano Humberto Pietrogrande teve com as *Maisons Familiales Rurales*, nome dado às escolas que foram criadas para os filhos dos camponeses franceses da década de 1930. No estado do Piauí, as Escolas Famílias Agrícolas surgiram em 1985, também sob a influência do padre Humberto Pietrogrande, preocupado com êxodo rural presente na região do Socopo, zona leste de Teresina-PI.

As EFAs se espalharam rapidamente pelos estados brasileiros, em 2003 surge a Escola Família Agrícola Santa Ângela, localizada em Pedro II-PI. Assim como as outras EFAS, a Escola Família Agrícola Santa Ângela, também conhecida como EFASA, conta com uma pedagogia própria que é conhecida como Pedagogia da Alternância, pensada especialmente para os jovens camponeses. A Pedagogia da Alternância busca a formação integral do ser humano, por meio da integração entre escola, família e comunidade, os estudantes ficam 15 dias em casa e 15 dias na escola, guiados por diversas ferramentas pedagógicas próprias das EFAS que funcionam como mediadoras nesse processo de formação que ocorre em diferentes espaços.

O objetivo desse trabalho é analisar os desafios presentes na manutenção do modelo EFA no estado do Piauí,

uma vez que a sua proposta pedagógica em muito difere das diretrizes educacionais assumidas pelo governador Rafael Fonteles, tendo a Escola Família Agrícola Santa Ângela (EFASA-PI) como referência principal para a presente pesquisa, dialogamos com educadores ligados à referida escola para compreendermos o funcionamento de uma EFA nos diferentes aspectos, estruturais, sociais e educacionais. O trabalho tem como metodologia o uso da História Oral, foram realizadas entrevistas com educadores que são ligados à EFA, e se ancora nas discussões feitas por Ferreira e Amado (2006), Alberti (2013), Sousa, Charrone e Michelette (2025), Oliveira (2024) e Nosella (2013).

DESENVOLVIMENTO

A Escola Família Agrícola Santa Ângela surge no ano de 2003, sob a liderança da freira Nanete dos Santos Paraíso, conhecida como Irmã Celina Paraíso. Buscando meios para colocar fim no êxodo rural presente na região do Piauí e dar oportunidades aos jovens provenientes das zonas rurais do estado, a freira de origem baiana capitaneou a implementação da primeira EFA na cidade de Pedro II-PI, visando uma educação contextualizada às realidades da juventude camponesas do estado.

A EFASA, como assim é conhecida a referida escola, já possui mais de duas décadas de existência e atende alunos de mais de vinte municípios do Piauí. Para compreender melhor o funcionamento da instituição e da pedagogia utilizada pelo modelo foram realizadas três entrevistas com educadores de EFAs, dois da própria Escola Família Agrícola Santa Ângela, o professor Antônio Francisco Alves de Holanda e o professor Rogério de Oliveira Araújo, o terceiro é o professor Leandro Liéo, secretário executivo da Associação Regional das Escolas

Família Agrícola do Piauí (AEFAPI). A História Oral foi um método essencial nesse processo de coleta de perspectivas, como afirma Alberti (2013), é um instrumento que amplia o acesso e o número de fontes para diferentes estudos, nesse caso, sobre as Escolas Famílias Agrícolas Brasileiras.

Uma pergunta em comum feita aos três entrevistados que tratava dos desafios para a permanência do modelo EFA no estado, e consequentemente, da Pedagogia da Alternância, contribuiu para uma rica discussão sobre as especificidades presentes numa EFA, acerca da sua proposta de educação, voltada para a valorização da vida e aliada à uma pedagogia freireana, como bem destacou o professor Leandro Líeo em uma de suas falas. A Pedagogia da Alternância cria várias escolas, a rua vira espaço de formação, o tempo com a família e com os amigos, o jovem passa a ver a própria realidade como espaço de formação e de transformação (Nosella, 2013).

Ainda assim, os problemas existem, o professor Rogério Oliveira chama a atenção para o fato de que as EFAs não são um projeto de governo, em nenhuma instância, o educador vê no governador do Piauí a representação máxima de alguém que possui uma visão tecnicista de ensino, é um pensamento que vai ao encontro do exposto pelo professor Leandro durante a entrevista. Eles destacam o excessivo número de avaliações externas que têm sido realizadas nos últimos anos na EFASA e que, consequentemente, tem inviabilizado a implementação dos instrumentos pedagógicos utilizados pela EFA, uma vez que o cronograma de avaliações parece ter sido pensado somente nas escolas tradicionais, prejudicando as Escolas Famílias Agrícolas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendemos que as políticas educacionais adotadas pelo governador Rafael Fonteles

interferem diretamente na proposta pedagógica presente nas Escolas Famílias Agrícolas, sobretudo naquela que é objeto central deste trabalho, a Escola Família Agrícola Santa Ângela. O grande número de avaliações externas que a EFASA e outras escolas têm recebido nos últimos anos aponta para uma espécie de pressão política contínua que o estado vem exercendo sobre as instituições para que os índices de ensino sejam elevados, ainda que isso não indique que efetivamente há uma melhora na formação dos jovens estudantes. O ensino crítico e que trabalha o jovem, em especial o do campo, fica em segundo plano, submetido a interesses políticos e até eleitoreiros.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

NOSELLA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil**. Vitória, ES: EDUFES, 2013.

OLIVEIRA, Cleandro de Sousa. **O processo de Implantação do Novo Ensino Médio nas Escolas Famílias Agrícolas do Piauí**: um olhar sobre os impactos na proposta curricular das EFAs. São Paulo: Dialética, 2024.

SOUSA, Caio Rodrigues de; CHARRONE, João Paulo; MICHELETTE, Pâmela Torres. A origem das EFAs no Brasil e a História da Escola Família Agrícola Santa Ângela (EFASA-PI). *In*: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar;

FONTINELE, Evandro Araújo. (org.). **Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não**: exercícios de escrita da História. Teresina: Cancioneiro, 2025.

O ENCCEJA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE CERTIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): PANORAMA EM FORMOSA-GO – NOTAS PRELIMINARES

Sidelmar Alves da Silva Kunz
Professor Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
E-mail: sidel@ueg.br

Frizete de Oliveira
Professora Assistente da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Coordenadora do Curso de Pedagogia do Câmpus Nordeste: Sede Formosa
E-mail: Frizete.oliveira@ueg.br

Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Prof. Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Doutor em História do Brasil (UFPI)
E-mail: marcus_pierre@ueg.br

Resumo:
Este estudo preliminar visa contribuir com subsídios de ordem política e jurídica para traçar o panorama técnico, jurídico e social da efetivação do Encceja – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – como política pública no estado de Goiás, com foco na realidade de Formosa-GO, tendo em vista a realização de pesquisa sobre as percepções dos gestores escolares (diretores, supervisores e coordenadores pedagógicos) e os perfis dos(as) atendidos(as), analisando o impacto da certificação na trajetória de vida de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: ENCCEJA; políticas públicas educacionais; educação de jovens e adultos.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica que busca assegurar o acesso à educação a sujeitos que, por diversas razões e circunstâncias históricas, sociais e econômicas não tiveram acesso ou continuidade dos estudos em idade considerada prevista ou esperada em conformidade com a expectativa manifestada pelo ordenamento jurídico pátrio. Essa modalidade de ensino é respaldada pelas disposições constitucionais concernentes ao direito à educação, assim como pelo conjunto de leis e regulamentos que a reconhecem como uma medida que favorece a equidade social e fomenta a reparação histórica em função de prejuízos ao direito de aprendizagem que afetam visceralmente a efetivação dos direitos de cidadania no Brasil.

Este trabalho tem como propósito ofertar as bases reflexivas preliminares para a condução de estudo com foco na análise do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) com recorte na realidade do estado de Goiás, com especial atenção à realidade da cidade de Formosa-GO. Assim, poder analisar o impacto desta iniciativa governamental na inclusão e igualdade de oportunidades para jovens e adultos, enfatizando sua eficiência, inclusão, alcance social e desafios de implementação, com o intuito de gerar subsídios para o aprimoramento da gestão e colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem os direitos de jovens e adultos historicamente excluídos dos processos educativos.

Neste sentido, entendemos que se faz relevante ponderar que a percepção e horizonte de compreensão dos gestores

escolares (como diretores, supervisores e coordenadores pedagógicos) exercem papel crucial no esclarecimento desse processo assim como é de grande valor para a promoção de avanços em prol da qualidade ao intermediar a política nacional e sua efetiva implementação nas escolas locais. Portanto, nos parece frutífero investigar suas percepções acerca da EJA (Educação de Jovens e adultos) e as estratégias utilizadas para divulgação, acolhimento e suporte (pedagógico e instrumental) a estes estudantes, fatores decisivos para o êxito da política pública, assim como as suas visões e iniciativas no tocante ao Encceja.

Manifestamos que uma investigação dessa natureza precisa empenhar esforços de compreensão e captação de subsídios que auxiliam para a verticalização do olhar investigativo sobre o fenômeno do Encceja e suas nuances na realidade do estado de Goiás, com recorte empírico em Formosa-GO.

Desse modo, será possível alcançar uma avaliação dotada de objetividade que permitirá cercar de forma qualificada o objeto de investigação Encceja e atribuir melhor compreensão dos seus efeitos e possibilidades de contribuir para o debate educacional, assim como contextualizá-lo melhor no cenário das políticas públicas voltadas para inibir e superar as desigualdades sociais e econômicas que se materializam no fazer educativo que se expressam no sucesso e no fracasso escolar.

DESENVOLVIMENTO

Temos uma vasta legislação que justifica e legitima, por meio de um amplo arcabouço legal, normativo e político, a necessidade dessa modalidade educacional e, por conseguinte, deste estudo.

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã por instituir a proteção e a promoção dos direitos e garantias individuais e coletivos, dentre estes, o reconhecimento da educação como um direito universal e dever do Estado, assegurando a igualdade de acesso e permanência na escola, em seus artigos 205 e 206. (Brasil, 1988).

Ainda no Art. 208, estabelece que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

> I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009);
> VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde". (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). (Brasil, 1988, Art. 208, I e II)

Assim, estes princípios constitucionais respaldam a EJA e o Encceja como mecanismos de efetivação do direito à educação. Complementando o marco constitucional, em relação à educação, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) que em seu art. 37 da seção V do capítulo II da Educação Básica, destaca a EJA como uma forma de ensino adaptada às características e necessidades dos alunos e no art. 38 estabelece a realização de exames para certificação de competências, o que legitima o Encceja como um meio de efetivar esse direito e mobilizar o poder público na elaboração de políticas para consolidar a letra da Lei.

Outro instrumento legal balizador das políticas educacionais é o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei

nº 13.005/2014). Este que é o 2º Plano Nacional, deveria ter sido reformulado até ao final de sua vigência em 2024 e encaminhado ao Congresso para novas reformulações. No entanto isso não ocorreu e foi prorrogado até dezembro de 2025, onde novas discussões e propostas estão em tramitação na Câmara Federal.

O PNE prevê diretrizes, metas e estabelece estratégias para garantir o acesso, permanência e a atingir a qualidade e a eficiência da educação pública em seus níveis e modalidades por um decênio. Visando o alcance da meta 10, o PNE estabelece algumas estratégias que vão desde a garantia de manutenção da EJA, com ampliação de matrículas, visando a conclusão da educação básica e articulada com a educação profissional e de modo a possibilitar ao estudante a aquisição de habilidades técnicas para o mundo do trabalho; até o fomento à produção de material didático, currículo e metodologias específicas que melhor atendam as singularidades destes educandos, de modo a superar ou mitigar as disparidades educacionais.

Destacamos ainda, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA em sua Resolução CNE/CEB nº 1/2021 que "institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância". Ou seja, além desta resolução reafirmar a importância de valorizar as vivências e peculiaridades dos jovens e adultos desta modalidade de ensino, a flexibilidade curricular e a importância de utilização de metodologias adequadas, faz-se necessário que sejam consoantes a uma política nacional de alfabetização. Trata-se, portanto de reunir esforços para que esse público tenha garantido o direito subjetivo à educação e ao pleno exercício de sua cidadania. Neste sentido, devemos considerar que, ao lançarmos olhar sobre o Encceja, estamos de fato promovendo discussões e fomentando reflexões

capazes de fazer a interlocução com outras políticas, setores, cenários e protagonistas em prol da educação como um todo, de uma forma mais inclusiva, contextualizada e significativa.

Em nível estadual, temos como referência o Documento Curricular para Goiás (DC-GO Ampliado) que apresenta princípios orientadores, em consonância com a BNCC, para educação básica em todas as suas etapas e modalidades, incluindo, portanto, a EJA. O documento destaca a necessidade de se garantir a aprendizagem dos estudantes jovens e adultos com base em uma perspectiva inclusiva, democrática e valorizando os saberes construídos ao longo da vida.

Outro instrumento importante utilizado para a coleta de dados da Educação é o Censo Escolar da Educação Básica. Constitui em uma pesquisa estatística realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008. Visa reunir dados sobre escolas, professores, gestores, turmas e alunos de todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica que serão utilizados para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas educacionais em todo território nacional e, a partir destes, indicar coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Dados sobre o Censo Escolar do ano de 2024 divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e o Inep apontam que as matrículas na educação de jovens e adultos (EJA) estão em queda desde 2018. O número de matrículas na modalidade diminuiu 20,4% entre 2020 e 2024, chegando a 2,4 milhões em 2024.

Mais do que um indicador isolado, a queda nas matrículas pode ser reflexo de um cenário estrutural em

que as políticas públicas de permanência e conclusão da escolarização de jovens e adultos precisam ser repensadas de modo mais efetivo. Faz-se necessário investigar se essa redução pode ser resultante de limitações de oferta, tais como a escassez de turmas, horários inviáveis, falta de divulgação e acolhimento, necessidade de inserção no mercado de trabalho para complementação de renda, dentre outras, ou de transformações nas demandas sociais e no perfil dos estudantes.

Além disso, devemos considerar o impacto que o contexto pandêmico da COVID-19 (2020-2023) teve sobre a educação como um todo e, em especial, para a EJA, que vão desde a ausência de estrutura para ensino remoto, perda de vínculos escolares, dificuldades no letramento digital etc. que possam ter prejudicado a retomada da EJA e a busca por certificação pelo Encceja.

Em contrapartida, o número de matrículas da educação profissional chegou a 2,6 milhões em 2024, um aumento de 33,1% em relação a 2020. O maior incremento em relação ao último ano foi observado no curso técnico integrado na modalidade EJA, com aumento de 53,6% (Inep, 2024).

Outro dado importante diz respeito a média de idade dos estudantes que procuram a EJA que é de 49 anos para os anos iniciais, de 27 anos para os anos finais e 23 anos para o ensino médio. Esse panorama nos mostra que o público com maior idade tem buscado a retomada dos estudos primários, o que possivelmente, não lhe foi garantido em idade regular. Já os mais jovens buscam por uma possível qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, o que poderia estar relacionado com o aumento da procura pela EJA em integração com os cursos técnicos e profissionais, conforme nos apontam os dados mencionados anteriormente.

CONCLUSÕES

O caminho que estamos trilhando tem nos motivado a defender e a fortalecer a Educação de Jovens e Adultos para além de uma prerrogativa institucional, refletindo uma convicção na defesa da garantia do acesso, permanência e conclusão da Educação Básica, preceito fundamental para o pleno exercício da cidadania (Freire, 2004).

Ao considerar as percepções, o papel dos gestores educacionais e o perfil dos estudantes da EJA como elementos centrais para a análise das políticas públicas, reconhece-se que esses atores exercem função estratégica como mediadores entre o currículo, os programas educacionais – a exemplo do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) – e a realidade concreta das instituições escolares.

No contexto do estado de Goiás, tal mediação adquire relevância singular, uma vez que possibilita identificar demandas específicas, potencialidades e desafios regionais. Nessa perspectiva, destaca-se a importância de uma gestão inovadora, participativa e comprometida com a qualidade da educação, capaz de promover impactos positivos na produção de conhecimentos acadêmicos e científicos e de subsidiar a formulação de políticas educacionais para o fortalecimento da EJA.

Assim, ao examinarmos as implicações e a interação entre o Encceja, a legislação da EJA, as percepções dos gestores escolares e o perfil dos estudantes jovens e adultos em Formosa-GO, buscamos avaliar a efetividade do direito à educação na região, identificando os desafios e oportunidades na implementação de políticas públicas voltadas para corrigir desigualdades históricas. O Encceja é percebido não apenas como um exame, mas como um instrumento de justiça educacional, cujo sucesso depende da colaboração entre

diferentes esferas de gestão e da escuta atenta de todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: Notas Estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2024.pdf. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar**. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar. Acesso em: ago. 2025.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Curricular para Goiás**. Goiânia: DC-GO, 2018. Disponível em: https://cee.go.gov.br/wp-16 content/uploads/2016/02/Doc.-Curricular-para-Goias-Ampliado-Vol.-II.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO PIAUÍ NO GOVERNO DE RAFAEL FONTELES

Caio Rodrigues de Sousa
Graduando em História (UFPI)
E-mail: caio.sousa@ufpi.edu.br

Evandro Araújo Fontinele
Graduando em História (UFPI)
E-mail: evandro.fontinele@ufpi.edu.br

Pedro Machado Marreiros dos Santos
Graduando em História (UFPI)
E-mail: pmmsanto20@gmail.com

Resumo:
O presente artigo busca analisar a relação entre o neoliberalismo, a educação e por fim o ensino de História, por meio do estudo das políticas educacionais do governo de Rafael Fonteles no Estado do Piauí e sua rede de educação básica estadual, com foco no ensino médio. A pesquisa busca expor as causas socioeconômicas da política educacional de seu governo, utilizando-se do materialismo histórico-dialético para compreender como a educação é condicionada pela materialidade da realidade humana. Abordaremos quais os interesses sobre a educação e a função da educação para as diversas classes da sociedade brasileira, tomando de conta o contexto local e o geral com uma análise sobre os efeitos do imperialismo na educação piauiense.

Palavras-chave: ensino de história; educação; marxismo; neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a política educacional da Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC-PI) sob o governo de Rafael Fonteles no seu mandato de 2023-2026, bem como seus efeitos nas escolas de educação básica da rede pública piauiense, principalmente no que se diz no ensino de História, com foco no ensino médio.

A pesquisa é baseada na concepção marxista, fundamentada na filosofia do materialismo dialético, utilizando-se amplamente do materialismo histórico para analisar o desenvolvimento histórico do atual sistema educacional brasileiro, tomando de conta a luta de classes brasileira, para analisar as contradições presentes na educação brasileira em geral e na educação piauiense especificamente.

Assim, autores como Gramsci (1981), Saviani (2012/2024), entre outros autores fundamentados no marxismo e na pedagogia histórico-crítica (PHC), os quais serão essenciais para analisar e criticar os dados e conhecimentos levantados pela pesquisa documental e bibliográfica. Utilizaremos de categorias analíticas como a luta de classes, hegemonia, ideologia, imperialismo, educação, neoliberalismo e neotecnicismo, que possibilitam uma análise dialética e materialista, assim tendo em conta as relações que os seres humanos desenvolvem a partir do modo e o meio que produzem e distribuem os produtos necessários para a criação e reprodução da realidade social na qual vive.

Para compor as fontes da pesquisa serão analisados o plano estratégico da SEDUC-PI lançados pela mesma em 2023, que define as metas e os objetivos educacionais da SEDUC-PI sobre o mandato de Rafael Fonteles. O intuito de analisar o plano estratégico seria de compreender quais e como pretendem almejar tais metas e objetivos, assim sendo possível verificar as possíveis causas sociais e econômicas das

políticas educacionais do governo Rafael Fonteles, por meio de uma análise dialética-materialista, na qual a educação é palco da luta de classes entre as classes trabalhadoras e a burguesia em seus diversos setores. Assim, as políticas educacionais guiadas por ideais como o tecnicismo ou escolanovismo – e estas ideias têm origem na materialidade humana – são marcados pelas condições sociais e históricas de seu contexto.

Para além do plano estratégico da SEDUC-PI, serão também analisados os balanços de governo lançados pela Secretaria do Planejamento do Piauí entre os anos de 2023-2025 (SEPLAN-PI), que servem como pesquisa do próprio governo para analisar como tem se articulado as políticas públicas do estado. Assim o propósito da examinação de tal documento seria de observar como o governo de Rafael Fonteles tem articulado a implementação do plano estratégico da SEDUC-PI e como o próprio governo avalia sua ação.

Outros importantes documentos a serem utilizados como fontes para esta pesquisa serão as revistas da rede e contextual do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI), que servirão como base quantitativa para a pesquisa, sendo utilizada para determinar se o governo de Rafael Fonteles conseguiu atingir suas metas anuais para a educação de acordo com suas próprias métricas, além disso será utilizado de outros dados para analisar os efeitos de tais políticas.

DESENVOLVIMENTO

Com o final das eleições gerais de 2022, para os professores e estudantes, houve-se uma grande esperança para uma transformação do cenário educacional brasileiro, até então marcado pela controversa Lei de nº 13.415/2017, também conhecida como Novo Ensino Médio (NEM), que tinha como intuito principal reformar a educação secundária

brasileira por meio da flexibilização curricular, formação técnico-profissional e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio, que serviu de ponta pé para a reforma instituída pelo Ministério da Educação (MEC) do governo de Michel Temer, sendo realizada pelo MEC do governo de Jair Bolsonaro.

Segundo Saviani (2019), a reforma do Novo Ensino Médio e da BNCC é um movimento de volta ao tecnicismo que foi implementado na educação brasileira durante a Ditadura Militar (1964-1985). Assim, eles procuraram um escape para melhorar a situação do mercado em relação à educação, uma vez que a neoliberalização da sociedade brasileira caminhava em direção a uma dominação de mercado no lugar de um possível avanço nas lutas da classe trabalhadora.

Com a vitória nas eleições do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e do governador Rafael Fonteles no Estado do Piauí e apesar da promessa de mudança nos dois níveis – Nacional e Estadual –, a política educacional teve pouquíssimas mudanças, e ao mesmo tempo, os mesmos problemas da educação persistem, como a desvalorização das Ciências Humanas, os itinerários flexíveis etc. Estas medidas culpam e responsabilizam individualmente tanto os professores como os alunos por um problema inerentemente sistemático do tecnicismo como concepção da educação. Trazendo a ideia de que a Educação funciona apenas como aparato para ingressar no mercado de trabalho e não numa perspectiva humanizadora e emancipatória. Os gestores das políticas educacionais não elaboram, mas financiam as mesmas. A Educação, para Gramsci (1981), assim, toma essa direção vaga em sentido cultural, científico, social, histórico e descontextualizada em razão da manutenção da hegemonia ideológica da burguesia.

CONCLUSÃO

Os documentos da SEPLAN e da SAEPI mostram que os vários objetivos buscados pelo governo de Rafael Fonteles não estão sendo cumpridos ou, pelo menos, não à maneira que querem. E assim várias gerações de crianças piauienses irão crescer sem o conhecimento de áreas fundamentais para a humanização e emancipação destes enquanto sujeitos históricos. A educação perde o seu sentido humanizador em favor de uma educação unicamente direcionada para o mercado de trabalho. A eleição de personagens ditos de esquerda em nada mudou o cenário crítico da educação pública brasileira, que hoje carece de reformas profundas em diferentes níveis de ensino. Para além disso, a manutenção de reformas construídas em governos de extrema-direita e a não derrubada das mesmas contribui para um cenário cada vez mais angustiante nas áreas de ensino, destacando aqui a área de humanidades, responsável pela formação crítica e cidadã de crianças e jovens.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2012.

EVASÃO ESCOLAR NO CENÁRIO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, INCLUSÃO ESCOLAR E SAÚDE MENTAL

Glaucia Barros Stechi
Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação
pela Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: glaucia_barros@aasp.org.br

Sidelmar Alves da Silva Kunz
Professor Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
E-mail: sidel.gea@gmail.com

Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Prof. Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Doutor em História do Brasil (UFPI)
E-mail: marcus_pierre@ueg.br

Resumo:
Este trabalho analisa as causas e os desafios da evasão escolar no Brasil no contexto das políticas educacionais, da inclusão escolar e da saúde mental dos estudantes. A pesquisa destaca avanços como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas evidencia obstáculos estruturais, pedagógicos e socioeconômicos ainda presentes na realidade escolar. O estudo integra revisão bibliográfica e análise de dados recentes da Pnad (IBGE), apontando que fatores como condições socioeconômicas, necessidade de trabalho, falta de interesse e questões de saúde mental influenciam a permanência dos jovens na escola. O estudo destaca ainda que políticas públicas voltadas à inclusão escolar devem ser flexíveis e articuladas com a realidade local, incorporando mecanismos de acompanhamento, avaliação e

apoio psicossocial para conter a evasão e favorecer a equidade no acesso e na permanência na escola. Assim, o enfrentamento da evasão requer investimentos intersetoriais e o compromisso coletivo de educadores, famílias, comunidade e gestores.

Palavras-chave: evasão escolar; políticas educacionais; inclusão escolar; saúde mental; permanência escolar.

INTRODUÇÃO

A persistência da evasão escolar no Brasil constitui uma problemática multifatorial que desafia as estruturas do sistema educacional, demandando análises críticas sobre políticas públicas, modelos de inclusão e interfaces com saúde mental. Apesar de marcos legais como o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência consolidarem avanços na universalização do acesso, permanecem lacunas substantivas na garantia efetiva da permanência qualificada.

Obstáculos estruturais - desde condições socioeconômicas adversas até fragilidades na formação docente - interagem com emergências contemporâneas, como a crise de saúde mental juvenil. Este artigo investiga essas dinâmicas complexas, analisando dados da Pnad Contínua e estudos recentes para propor estratégias intersetoriais que transcendam soluções fragmentadas, priorizando a construção de ecossistemas educacionais resilientes e socialmente justos.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com ênfase descritiva e analítica, voltada para a compreensão dos fatores que contribuem para a evasão escolar no Brasil

no contexto das políticas públicas, inclusão escolar e saúde mental. Foram analisados documentos oficiais, como o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, além de relatórios e dados estatísticos disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua/IBGE), abrangendo o período de 2019 a 2024. A seleção da literatura foi realizada por meio de busca sistematizada em bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais, utilizando termos-chave relacionados à evasão escolar, inclusão e saúde mental, o que possibilitou a identificação e análise de estudos relevantes na área.

A etapa de análise dos dados envolveu a triangulação de informações provenientes dos documentos legais, indicadores educacionais e evidências extraídas da literatura científica. Para tanto, foi utilizado o método de análise de conteúdo, que permitiu a categorização de padrões recorrentes, desafios e avanços no enfrentamento da evasão escolar. As informações obtidas foram integradas de forma a construir uma discussão crítica sobre as principais barreiras e oportunidades para a promoção de ambientes escolares mais inclusivos e acolhedores, subsidiando a proposição de estratégias intersetoriais para a permanência dos estudantes na escola.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

As políticas educacionais no Brasil têm avançado significativamente em termos de inclusão escolar, refletindo uma maior consciência sobre a importância de garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes no sistema educacional, independentemente de suas condições sociais, econômicas ou de deficiência. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece diretrizes e metas que visam promover a equidade e a inclusão no ambiente escolar,

reconhecendo a diversidade como um elemento essencial para a construção de uma educação de qualidade (Brasil, 2014). A lei n. 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um exemplo de política pública criada na vigência do atual PNE, reforçando o compromisso do país com a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e a promoção de uma educação inclusiva para todos. (Brasil, 2015).

Domingues (2024) enfatiza a importância de práticas pedagógicas que considerem as especificidades de cada estudante, uma escuta atenta e diálogo entre professores e alunos no decorrer do percurso escolar. A formação continuada dos educadores é vital para que eles possam desenvolver estratégias inclusivas que promovam um ambiente de aprendizado colaborativo e respeitoso.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2023), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que a evasão escolar permanece um desafio significativo. Segundo a pesquisa, 64,9% dos adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos abandonam os estudos, sendo que 40,2% apontam a necessidade de trabalhar como a principal motivação para a evasão, enquanto outros 24,7% afirmam que a falta de interesse nos estudos é o principal fator. Esses dados revelam a complexidade do cenário educacional e socioeconômico enfrentado por essa população, especialmente no contexto da socioeducação.

As diretrizes do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) apontam para a necessidade de fortalecer a formação de professores, promovendo capacitações que abordem práticas inclusivas. Essa capacitação deve ir além da simples sensibilização, integrando conteúdos sobre diversidade e inclusão no currículo de formação inicial e continuada dos educadores. Conforme ressaltam Basso-Braz, Gatti, Van Munster (2024), a capacitação efetiva é fundamental para que

os professores possam identificar e atender as necessidades específicas dos alunos, especialmente aqueles que enfrentam barreiras para a aprendizagem.

Silva e Silva (2021) enfatizam que as famílias precisam ser envolvidas nas práticas educacionais, recebendo orientação e apoio para que possam colaborar de maneira eficaz na educação de seus filhos. Essa colaboração pode ser um fator decisivo para o sucesso escolar, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Ademais, o papel das políticas públicas na promoção da inclusão deve ser acompanhado por mecanismos de avaliação e monitoramento, conforme argumentado por Salata (2019) o investimento em pesquisas que avaliem o impacto das iniciativas de inclusão é essencial para identificar quais estratégias têm se mostrado eficazes e quais precisam ser ajustadas. Um sistema de avaliação robusto não apenas assegura a responsabilidade das políticas, mas também promove um ciclo de melhoria contínua que pode beneficiar tanto os alunos quanto as instituições de ensino.

Souza e Oliveira (2022) defendem que as soluções devem ser construídas em conjunto com os atores locais, respeitando as especificidades culturais e sociais de cada contexto. Essa abordagem participativa pode não apenas fortalecer o compromisso da comunidade com a inclusão, mas também garantir que as políticas sejam mais efetivas e relevantes.

As implicações teóricas e práticas das políticas educacionais e de inclusão escolar são profundas, refletindo tanto na construção do conhecimento quanto na promoção da equidade social. Em um contexto em que as desigualdades persistem, as abordagens teóricas sobre inclusão precisam se alinhar às realidades práticas enfrentadas nas escolas. O Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) estabelece diretrizes que visam não apenas a inclusão formal, mas também a criação de

condições que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas particularidades.

Teoricamente, a inclusão escolar deve ser entendida à luz de uma pedagogia que valorize a diversidade e favoreça um ambiente de aprendizagem acolhedor. Essa abordagem é corroborada por Basso-Braz, Gatti e Van Munster (2024), que argumentam que a prática pedagógica deve ser adaptativa, permitindo que diferentes estilos e ritmos de aprendizagem sejam considerados. Assim, as teorias educacionais devem incorporar conceitos que enfatizem a flexibilidade curricular e a diferenciação pedagógica como pilares fundamentais para a inclusão.

Praticamente, a implementação dessas teorias exige um compromisso institucional e uma reavaliação contínua das estratégias educacionais. Silva e Silva (2021) apontam que a formação de professores deve ir além da teoria, englobando práticas que os capacitem a lidar com a diversidade de forma efetiva. Isso implica a necessidade de desenvolvimento profissional contínuo, que permita aos educadores refletir sobre suas práticas e adaptar suas abordagens às necessidades de seus alunos.

As implicações práticas da inclusão escolar vão além da sala de aula. Martins (2022) discute como a inclusão tem o potencial de transformar a dinâmica social, promovendo a convivência e o respeito mútuo entre os alunos. Ao favorecer um ambiente escolar que valoriza a diversidade, as escolas podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essa transformação social é, portanto, uma das maiores implicações das políticas educacionais inclusivas, pois promove uma convivência mais harmônica e respeitosa entre os diversos grupos sociais.

As condições das unidades educacionais também desempenham um papel significativo na efetividade da inclusão. A falta de acessibilidade pode ser uma barreira

significativa para a inclusão, refletindo a necessidade de investimentos em adaptações físicas e tecnológicas.

Os impactos psicológicos e emocionais na evasão escolar são fatores cruciais a serem considerados na compreensão das causas que levam os estudantes a abandonarem a escola (Rebelo, 2024). A literatura aponta que a relação entre o bem-estar psicológico e a permanência na educação é complexa e multifacetada. Ela envolve questões de autoestima, motivação e apoio social. Cavalcante (2020) destaca que adolescentes que enfrentam dificuldades emocionais, como depressão e ansiedade, são mais propensos a abandonar a escola, refletindo a importância de intervenções psicossociais para mitigar esses efeitos.

A pressão social e as expectativas familiares também desempenham um papel significativo nos sentimentos de inadequação e no desenvolvimento emocional dos estudantes. De acordo com Domingues (2024), os jovens frequentemente sentem-se sobrecarregados por cobranças excessivas, o que pode levar à falta de motivação e, consequentemente, à evasão. Essa pressão pode se agravar em contextos em que as condições socioeconômicas são desfavoráveis, gerando um ciclo vicioso de baixo desempenho escolar e aumento da ansiedade.

Ademais, a experiência de bullying e discriminação nas escolas contribui significativamente para o desenvolvimento de problemas psicológicos, os quais podem culminar na evasão. Alunos que sofrem agressões verbais ou físicas frequentemente apresentam sintomas de estresse pós-traumático, o que compromete sua capacidade de aprendizagem e engajamento. Essa relação ressalta a necessidade de políticas de inclusão que promovam um ambiente escolar seguro e acolhedor, capaz de prevenir essas situações adversas.

Portanto, a discussão sobre os impactos psicológicos e emocionais na evasão escolar ressalta a importância de

uma abordagem multidisciplinar que envolva educadores, psicólogos e a comunidade. A promoção de um ambiente escolar que priorize a saúde emocional dos alunos, combinada com políticas públicas que abordem as questões socioeconômicas, pode contribuir significativamente para a redução da evasão escolar e para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a evasão escolar no Brasil transcende a falha individual, configurando-se como um fenômeno sistêmico na interseção de vulnerabilidades socioeconômicas, insuficiências institucionais e demandas psicossociais. Embora marcos legais como o Plano Nacional de Educação e o Estatuto da Pessoa com Deficiência representem avanços normativos, sua efetividade é limitada por desafios estruturais e operacionais persistentes. A análise revelou que a precarização das condições de vida, as lacunas na formação docente e a ausência de estratégias integradas de saúde mental são determinantes críticos, exigindo uma reavaliação contínua das políticas de inclusão para além do acesso, com foco na permanência qualificada.

A superação desse cenário demanda o fortalecimento de uma governança intersetorial, articulando de forma programática as áreas da educação, saúde e assistência social para responder às desigualdades que a evasão escolar manifesta. As políticas públicas devem evoluir da garantia de acesso para a promoção de ecossistemas escolares resilientes, que priorizem o suporte psicossocial, a infraestrutura de acolhimento e a escuta ativa dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**: metas e estratégias para a educação brasileira. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 14 abr. 2025

BASSO-BRAZ, Aline; GATTI, Melina Radaelli; VAN MUNSTER, Mey de Abreu; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Estratégias para a inclusão de estudantes com deficiências na educação física escolar: uma revisão sistemática. **Movimento**, Porto Alegre, v. 30, e30021, p. 1-31, jan./ dez. 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/124293/93005. Acesso em: 14 nov. 2024.

CAVALCANTE, Pedro Henrique. **O papel da gestão escolar na redução da evasão**: um estudo de caso. Fortaleza: Editora Universitária, 2020. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/papel-do-gestor-no-enfrentamento-da-evasao-escolar/. Acesso em: 14 nov. 2024.

DOMINGUES, Diego. **A evasão escolar no Brasil:** desafios e propostas para a permanência dos estudantes. 19 nov. 2024. Disponível em: https://www.edocente.com.br/blog-a-evasao-escolar-nobrasil/. Acesso em: 14 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Educação 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 set. 2024.

MARTINS, Cláudia Regina. **Educação básica no Brasil**: avanços e entraves. Brasília: Nacional, 2022.

REBELO, Andressa Santos. Tecnologias digitais nas escolas brasileiras durante a pandemia de COVID-19: registros do Censo Escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 44, n. 123, p.197-206, maio / ago., 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/f5NtS5Fv53QfGCmGGptRNXh/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 14 out. 2024.

SALATA, André. Razões da evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil**.** **Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 99-128, 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/42305/29407. Acesso em: 14 out. 2024.

SOUZA, Ana Clara; OLIVEIRA, Carlos. **Práticas pedagógicas inclusivas:** desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Acadêmica, 2022.

SILVA, Luciano Rodrigues da; SILVA, Olímpia Vaz dos Santos. **Políticas públicas para combater a evasão escolar na educação básica**. [S. l.]: Instituto Federal Goiano, 2021. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2906/3/tcc_Luciano%20Rodrigues%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

A WIKIPÉDIA COMO RECURSO PEDAGÓGICO: DIMENSÕES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Edson Osterne da Silva Santos
Do*utorando em Geografia (PROPGEO/UVA)*
Mestre em Geografia (PPGGEO/UFPI)
E-mail: edsonosterne23@gmail.com

Elisabeth Mary de Carvalho Baptista
D*ocente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)*
Líder do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI/UESPI)
Doutora em Geografia (UFSC)
E-mail: baptistaeli@gmail.com

Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Prof. Adjunto A do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Doutor em História do Brasil (UFPI)
E-mail: marcus_pierre@ueg.br

Brenda Rafaele Viana da Silva
Doutor*a em Geografia (UECE)*
Mestre em Geografia (UFPI)
E-mail: rafaele.geo.grafia@gmail.com

Resumo:
A Wikipédia é alvo de diferentes tipos de estereótipos pré-definidos a partir de sua criação no início do século XXI. No entanto, seu uso tem ganhado novas proporções quando falamos sobre fonte de informação como recurso pedagógico na Educação Básica no século XXI. A análise das dimensões históricas e geográficas no contexto da Educação Básica oferece um exemplo prático fundamental para mediar o debate sobre a eficácia da Wikipédia como recurso pedagógico

contemporâneo. O objetivo dessa pesquisa focou em analisar a viabilidade e a eficácia da Wikipédia como recurso pedagógico na Educação Básica, com foco especial nas disciplinas de História e Geografia. A abordagem metodológica caracteriza-se como qualitativa e exploratória. A Wikipédia consolida sua fidedignidade por meio de protocolos rigorosos, enquanto a mediação docente qualificada mitiga estigmas de credibilidade, legitimando a plataforma como recurso intencional e estratégico. Conclui-se que a Wikipédia é uma ferramenta pedagógica viável e valiosa. Sua incorporação às práticas escolares, desde que orientada por uma verificação rigorosa, promove o desenvolvimento cognitivo dos discentes e democratiza o acesso a conteúdos frequentemente ausentes nos currículos tradicionais.

Palavras-chave: wikipédia; recurso pedagógico; mediação docente; educação regional; fidedignidade.

INTRODUÇÃO

A inquietação dessa pesquisa começou no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no ano de 2022/2023, a investigação conduzida pelo pesquisador e doutorando Edson Osterne da Silva Santos (PROPGEO/UVA), sob a orientação da Profa. Dra. Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, contou com a colaboração dos docentes Dr. Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Dra. Brenda Rafaele Viana da Silva, além dos discentes Prof. Luís Felipe de Freitas Costa e Profa. Livya Calyne Linhares de Moura Costa. Intitulado "A Wikipédia como fonte de informações históricas e geográficas sobre o litoral piauiense: o município de Luís Correia em foco", o estudo obteve a menção honrosa de 1° lugar como a melhor pesquisa de Iniciação Científica

(2022/2023) na área de Ciências Humanas durante o SPC/SIC/SIT da UESPI em 2023. A análise empreendida ratifica a viabilidade da Wikipédia como ferramenta pedagógica, atuando de maneira estratégica na construção da memória histórica e geográfica (Santos, 2023).

Em relação à História, trata-se de um campo de estudos que articula as ações da humanidade ao longo do tempo e do espaço estabelecendo por meio de uma narrativa inteligível uma relação entre o passado e presente à medida que, através deste último, estabelece inquirições ao primeiro, tornando-se, assim, um conhecimento útil à sociedade no tempo presente à medida que produz respostas para os problemas postos (Baptista, 2023). Somado a isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda o ensino de História sob uma perspectiva cronológico-temática sobre a consciência histórica e o pensamento crítico mediante a análise de fontes e a valorização das diversidades socioculturais (Brasil, 2018).

No caso da "[...] ciência geográfica tem como principais áreas a Geografia Física e Humana, que são complementares e devem ser estudadas de forma integrada" (Santos, 2023, p. 21). A Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estrutura-se através do raciocínio geográfico com unidades temáticas (Brasil, 2018). Em síntese, a Educação Básica brasileira estrutura-se em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, etapas que buscam assegurar a formação integral dos sujeitos, sendo a História e Geografia conhecimentos fundamentais para que o indivíduo se perceba enquanto um agente histórico e de transformação do espaço.

Após esses esclarecimentos, a pesquisa teve como objetivo analisar a integração da Wikipédia como recurso pedagógico na Educação Básica, visando investigar como essa plataforma pode mediar o debate sobre a eficácia de ferramentas tecnológicas contemporâneas no ensino. Em síntese, o estudo analisou a eficácia da Wikipédia como

ferramenta pedagógica para integrar conteúdos regionais e locais aos currículos de História e Geografia na Educação Básica.

O embasamento teórico sustenta-se na premissa de que a Wikipédia evoluiu para um enciclopédico digital robusto com diferentes verbetes. Segundo a literatura referenciada: Santos et al., (2023); Santos *et al.*, (2025b); Santos e Baptista (2024); Santos (2023); Santos *et al.*, (2025a), o uso da Wikipédia enquanto plataforma que contém possibilidades de aprendizado, torna-se confiável quando o professor orienta os alunos, garantindo que as informações sejam conferidas e que erros ou interpretações equivocadas sejam evitados.

A metodologia delineada para o resumo expandido, configurou-se como uma análise de natureza exploratória e qualitativa sobre a Wikipédia, pautada na pesquisa de dimensões históricas e geográficas aplicadas ao cotidiano escolar. Ou seja, a pesquisa mostra a facilidade de uso da Wikipédia com a seriedade exigida em trabalhos científicos. Assim, a pesquisa digital deixa de ser uma simples busca e se torna um método de investigação organizado e rigoroso.

DIMENSÕES EDUCATIVAS DA WIKIPÉDIA

A Wikipédia caracteriza-se como um repositório enciclopédico digital, pautado pela gratuidade e pelo modelo de construção colaborativa. Ou seja, possibilita a consulta, a elaboração e a modificação de conteúdos por meio de uma interface simplificada e interativa, isenta de ônus financeiro aos usuários. Depreende-se que a plataforma atinge níveis satisfatórios de fidedignidade, notadamente quando submetida ao escrutínio de especialistas. Consequentemente, a utilização desse recurso tem o potencial de elevar a qualidade do processo pedagógico em múltiplos domínios e etapas formativas,

condicionado, todavia, à prévia e rigorosa verificação das informações a serem ministradas (Santos *et al.*, 2025b).

A modernização educacional exige a integração de tecnologias digitais e a capacitação docente em metodologias que consolidem o protagonismo e a coautoria dos estudantes na produção do conhecimento (Cunha, 2025). Dessa forma, a Wikipédia, proeminente entre as enciclopédias digitais contemporâneas, demonstra um fortalecimento contínuo em seus mecanismos de fidedignidade. A plataforma implementa protocolos rigorosos de revisão e atualização de dados, o que mitiga a percepção de falta de credibilidade historicamente associada ao domínio. Consequentemente, vislumbra-se a viabilidade de sua integração ao cotidiano escolar, uma vez que o uso metodologicamente orientado pode converter a ferramenta em um recurso valioso para o desenvolvimento cognitivo (Santos *et al.*, 2023).

Sob essa ótica, ao considerar a retração de temáticas regionais e locais nos currículos vigentes de História e Geografia na Educação Básica, os verbetes enciclopédicos surgem como subsídios estratégicos. Tais recursos facultam aos educadores a exploração de particularidades geográficas e trajetórias históricas específicas, suprindo lacunas programáticas por meio da mediação docente qualificada (Santos *et al.*, 2023).

Sugere-se a viabilidade de as instituições de ensino incorporarem a Wikipédia às práticas pedagógicas, configurando-a como um recurso relevante para o desenvolvimento cognitivo dos discentes. Diante da perceptível escassez de temáticas regionais e locais nos currículos contemporâneos de História e Geografia no Ensino Básico, os verbetes da referida plataforma digital oferecem subsídios fundamentais aos educadores que pretendem explorar tais particularidades em ambiente escolar (Santos *et al.*, 2025a).

Muitas pessoas apontam limitações no uso da Wikipédia como fonte de informações confiáveis. Essa preocupação surge da necessidade de garantir que os estudantes utilizem dados precisos em seus trabalhos acadêmicos, evitando erros históricos, conceitos equivocados ou interpretações distorcidas. Por esse motivo, torna-se essencial analisar como essa plataforma pode ser utilizada de forma estratégica e acessível como ponto de partida para pesquisas em diferentes áreas e níveis de ensino (Santos; Baptista, 2024).

CONCLUSÃO

Portanto, a Wikipédia como recurso pedagógico se torna uma possibilidade intencional e estratégico na Educação Básica por meio da mediação docente (professor(a)), capaz de superar estigmas históricos de seus protocolos internos de revisão e controle.

Ademais, conclui-se que a plataforma Wikipédia atua como um repositório mais que fundamental, tornando-se uma possibilidade no contexto educacional para a democratização do conhecimento como é o caso nas disciplinas de História e Geografia.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Entre a Geografia, a História e a Literatura**: João Gabriel Baptista (1920-2010) e sua constituição enquanto intelectual na segunda metade do século XX no Piauí. 2023. 374 f. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CUNHA, Emanuelle do Nascimento Dias. **O uso de recursos educacionais digitais na prática pedagógica de professores dos anos iniciais do ensino fundamental**. 2024. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

SANTOS, Anny. Aluno da UESPI desenvolve pesquisa envolvendo informação, Wikipédia e o litoral piauiense. Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 14 mar. 2023. Disponível em: https://uespi.br/aluno-da-uespi-desenvolve-pesquisa-envolvendo-informacao-wikipedia-e-o-litoral-piauiense/. Acesso em: 16 abr. 2026.

SANTOS, Edson Osterne da Silva. **Reálias como recurso didático para a compreensão do conceito de paisagem natural nas aulas de Geografia**. 2023. 88 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Campus "Poeta Torquato Neto", Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2023.

SANTOS, Edson Osterne da Silva; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaele Viana da. **A Wikipédia como fonte de informações históricas e geográficas sobre o litoral piauiense**: o município de Luís Correia em foco. Teresina: PROP; NEZCPI; UESPI, 2023. (Relatório de Pesquisa PIBIC ago. 2022 – jul. 2023).

SANTOS, Edson Osterne da Silva; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaele Viana da. O verbete de Luís Correia:

a contribuição da Wikipédia como fonte de informação para estudos históricos e geográficos. *In:* BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; MOURA, Liége de Souza; MARTINS FILHO, Jorge (org.). **Anais do XVI Simpósio de Geografia da UESPI (XVI SIMPGEO)**: 30 anos do Curso de Geografia da UESPI: conquistas e desafios. Teresina: FUESPI, 2025b. p. 359–365.

SANTOS, Edson Osterne da Silva; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Wikipédia como fonte de informações históricas e geográficas sobre o litoral piauiense: o município de Luís Correia em foco. *In:* OLIVEIRA, Rauirys Alencar de; GUSMÃO, Gustavo Oliveira de Meira; FONTINELES FILHO, Pedro Pio; CARVALHO, Tales Antão de Alencar; FREITAS COELHO, Nayana Pinheiro Machado de. (org.). **Livro de resumos do XXII Seminário de Iniciação Científica.** Teresina: FUESPI, 2024. p. 239.

SANTOS, Edson Osterne da Silva; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaele Viana da. Wikipédia como ferramenta de ensino: potencialidades e desafios na utilização de informações históricas e geográficas sobre o município de Luís Correia, Piauí. *In:* BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaele Viana da; MOURA, Liége de Souza; MARTINS FILHO, Jorge (org.). **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração**: estudos histórico-geográficos sobre o litoral do Piauí. v. 3. Teresina: Cancioneiro, 2025a. p. 273-290.

EVASÃO ESCOLAR E SEUS REFLEXOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: FATORES SOCIOECONÔMICOS E UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Glaucia Barros Stechi
Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação pela Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: glaucia_barros@aasp.org.br

Sidelmar Alves da Silva Kunz
Professor Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
E-mail: sidel.gea@gmail.com

Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Prof. Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Doutor em História do Brasil (UFPI)
E-mail: marcus_pierre@ueg.br

RESUMO:
Este trabalho analisa a evasão escolar entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, buscando compreender os principais fatores socioeconômicos e institucionais envolvidos nesse fenômeno. Com base em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, o estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, pesquisas científicas e dados estatísticos recentes. Os resultados destacam que a vulnerabilidade socioeconômica, a precariedade das condições estruturais das unidades socioeducativas, a falta de apoio pedagógico, a escassez de políticas integradas e o envolvimento familiar insuficiente são determinantes para a elevada incidência de abandono escolar nesse contexto. Além

disso, observa-se que a ausência de programas que promovam inclusão social, formação profissional e atendimento às necessidades educacionais específicas dos jovens internados perpetua ciclos de exclusão e marginalização. Os resultados do estudo apontam para a necessidade de políticas públicas intersetoriais e de investimentos na infraestrutura das unidades, na formação continuada dos profissionais e no fortalecimento do suporte psicossocial aos adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão Escolar. Socioeducação. Vulnerabilidade Social. Políticas Públicas. Inclusão Educacional.

INTRODUÇÃO

A evasão escolar entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas constitui um dos desafios mais complexos e persistentes do cenário educacional brasileiro, evidenciando a inter-relação entre vulnerabilidade social, desestruturação familiar, precariedade institucional e carência de políticas públicas efetivas.

Inseridos em contextos marcados por desigualdade, pobreza e exclusão social, esses jovens enfrentam obstáculos que transcendem o ambiente escolar, refletindo em altas taxas de abandono e dificuldade de reintegração social. A precariedade das condições das unidades socioeducativas, aliada à ausência de propostas pedagógicas contextualizadas, fragiliza ainda mais a permanência escolar e limita as oportunidades de formação integral desses adolescentes.

Sob essa perspectiva, compreender os fatores socioeconômicos e institucionais que incidem sobre a evasão escolar nesse segmento torna-se fundamental para subsidiar a formulação de estratégias intersetoriais e inclusivas. Assim, este trabalho busca analisar a configuração e os reflexos da evasão escolar no contexto da socioeducação, destacando

a importância do fortalecimento das políticas públicas e da promoção de condições adequadas à permanência e ao desenvolvimento educacional dos adolescentes em conflito com a lei.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentando-se principalmente na revisão bibliográfica e análise documental. Para a investigação, foram selecionadas obras, artigos científicos e relatórios oficiais publicados nos últimos anos, priorizando produções que abordam a evasão escolar no contexto socioeducativo, fatores socioeconômicos determinantes e a atuação das unidades socioeducativas no Brasil. Além disso, o levantamento contemplou legislações relevantes, como o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), juntamente com dados estatísticos recentes, como aqueles disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise dos dados bibliográficos e documentais seguiu uma abordagem interpretativa, buscando identificar categorias temáticas que permitissem compreender os principais desafios enfrentados por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas quanto à permanência escolar. O estudo valorizou as contribuições de autores que discutem vulnerabilidade social, políticas públicas inclusivas, infraestrutura das unidades e práticas pedagógicas, de modo a fomentar uma compreensão multidimensional do fenômeno da evasão escolar nesse contexto. Essa metodologia proporcionou subsídios sólidos para a reflexão crítica sobre as potencialidades e limitações das ações políticas e

institucionais voltadas à garantia do direito à educação para jovens em situação de vulnerabilidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A evasão escolar entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil está intrinsecamente ligada a uma série de fatores socioeconômicos que dificultam a permanência dos jovens nas instituições de ensino. Estudos mostram que a vulnerabilidade socioeconômica é um dos principais determinantes da evasão, refletindo condições de vida que impactam diretamente a motivação e a capacidade de aprendizagem desses indivíduos (Silva; Silva, 2021).

Em um contexto de alta desigualdade social, muitos jovens que ingressam em unidades socioeducativas vêm de ambientes marcados por condições precárias, incluindo falta de acesso a recursos básicos como alimentação, saúde e moradia adequada. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a precariedade das condições sociais e econômicas contribui para a desistência escolar, uma vez que esses adolescentes enfrentam desafios que vão além das questões educacionais.

A falta de apoio pedagógico, que se agrava em cenários de vulnerabilidade, torna ainda mais difícil a recuperação do interesse pela educação, resultando em um ciclo de exclusão e marginalização.

A pesquisa de Garcia, Lara e Antunes (2021) reforçam essa ideia ao afirmar que os fatores socioeconômicos, como a baixa renda familiar e a ausência de um ambiente favorável ao aprendizado, têm influência direta sobre a decisão dos jovens de abandonar a escola.

A falta de perspectivas futuras e o histórico de fracasso escolar geram desmotivação e a percepção de que a educação

não melhora suas condições de vida. Nesse sentido, a evasão escolar não é apenas uma questão educacional, mas um reflexo de um sistema socioeconômico que falha em atender às necessidades básicas desses indivíduos.

Além disso, a presença de políticas públicas eficazes é fundamental para reduzir esses fatores. Boff e Machado (2024) destacam que a implementação de programas que promovam a inclusão social e a melhoria das condições de vida dos jovens pode ser uma estratégia eficaz para reduzir a evasão escolar. Por outro lado, a ausência de políticas integradas que considerem as especificidades da população em situação de vulnerabilidade pode perpetuar o ciclo de evasão e exclusão social.

Compreender os fatores socioeconômicos que contribuem para a evasão escolar é crucial para a formulação de políticas públicas mais eficazes, capazes de promover a inclusão e garantir o direito à educação de todos os jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. A promoção de um ambiente educativo que considere as condições sociais e emocionais dos adolescentes pode ser uma estratégia fundamental para a sua reintegração e para a redução da evasão escolar nas unidades socioeducativas (Garcia et al., 2021; Silva; Silva, 2021).

Garcia et al. (2021) argumentam que a falta de apoio familiar, seja pela ausência de pais ou pela desestruturação familiar, tem um impacto significativo na motivação dos jovens para continuar seus estudos. Muitas vezes, esses adolescentes se encontram em um contexto em que a educação não é valorizada, resultando em uma visão pessimista sobre suas possibilidades futuras. Essa percepção negativa pode ser exacerbada pela realidade social que eles enfrentam, onde a criminalidade e a exclusão social são recorrentes.

Além disso, as condições estruturais das unidades socioeducativas desempenham um papel importante na

permanência escolar. A infraestrutura inadequada, junto à falta de recursos pedagógicos e de profissionais qualificados, compromete a qualidade do ensino. Segundo Silva e Silva (2021), essas unidades frequentemente não estão preparadas para atender às necessidades educacionais e emocionais dos jovens, o que pode levar ao desinteresse e à desistência das atividades escolares. A escassez de atividades extracurriculares e de apoio psicopedagógico intensifica a sensação de desamparo entre os adolescentes, contribuindo para um ciclo de evasão.

O acesso as oportunidades de emprego e capacitação profissional também se destaca como um fator relevante na discussão da evasão escolar. Salata (2019) ressalta que a falta de perspectivas de inserção no mercado de trabalho pode desmotivar os jovens, fazendo com que eles vejam a educação como algo irrelevante diante da urgência de contribuir financeiramente para suas famílias. Essa realidade é ainda mais crítica em contextos de pobreza, onde as necessidades imediatas superam a importância de uma formação educacional sólida.

Para enfrentar essa problemática, é essencial que políticas públicas integrem aspectos sociais e educacionais de forma mais efetiva. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014) destaca a importância de garantir condições adequadas para a permanência dos alunos na escola, estabelecendo metas e estratégias que devem ser consideradas em níveis municipal, estadual e federal. Assim, a articulação entre as esferas de governo e a sociedade civil é fundamental para que se criem iniciativas que incentivem a permanência dos jovens nas atividades escolares, promovendo não apenas a educação formal, mas também o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a vida em sociedade.

Por fim, a luta contra a evasão escolar em unidades socioeducativas exige uma abordagem abrangente e multidimensional. Essa abordagem deve considerar os fatores socioeconômicos, a realidade das famílias, as condições estruturais das unidades e as políticas públicas implementadas. Um esforço conjunto entre educação, assistência social e outras áreas é imprescindível para garantir que os jovens tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades reais de mudança em suas vidas, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Garcia et al., 2021; Silva; Silva, 2021).

A discussão sobre as condições das unidades socioeducativas é fundamental para compreender os desafios enfrentados pelos jovens em situação de internação e suas implicações na educação. As unidades socioeducativas devem proporcionar um ambiente que não apenas cumpra a função de restrição de liberdade, mas também promova a ressocialização e o acesso à educação. Contudo, a realidade observada muitas vezes contrasta com essa expectativa ideal.

Garcia et al. (2021) aponta que as instalações inadequadas, a falta de recursos didáticos e a ausência de profissionais qualificados comprometem significativamente a qualidade do ensino. Essa realidade limita as oportunidades de aprendizado e dificulta a permanência dos jovens nas atividades escolares. Além disso, a desmotivação gerada por essas condições pode levar os adolescentes a abandonar a educação, perpetuando um ciclo de exclusão social.

Outro aspecto a ser considerado é a falta de políticas educacionais integradas nas unidades socioeducativas, que deveriam atender às necessidades específicas dos jovens. De acordo com Silva e Silva (2021), a ausência de uma proposta pedagógica clara, que considere as especificidades do público atendido, resulta em práticas educativas desarticuladas e ineficazes. Muitas vezes, as atividades oferecidas não

estão alinhadas às necessidades dos jovens, o que gera um desinteresse pelas aulas e contribui para a evasão escolar. A ausência de um acompanhamento psicopedagógico adequado é um fator agravante. Muitos jovens enfrentam questões emocionais e comportamentais que necessitam de atenção especial para que possam se engajar nas atividades educativas.

Domingues (2024) destaca que, muitas vezes, as unidades são cercadas por uma realidade de pobreza e violência, o que impacta negativamente o bem-estar dos jovens internados. Nesse cenário, a possibilidade de reintegração social se torna ainda mais desafiadora, uma vez que os adolescentes precisam lidar não apenas com suas próprias dificuldades, mas também com as condições adversas de seu entorno.

É imperativo que as unidades socioeducativas sejam repensadas como espaços que promovem a educação e o desenvolvimento humano, e não apenas como instituições punitivas. O Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) enfatiza a importância de assegurar o direito à educação em todas as esferas, incluindo aquelas que atendem jovens em conflito com a lei. Para que essa perspectiva se realize, é necessário que haja um investimento significativo. Esse investimento deve focar na melhoria das condições estruturais e pedagógicas dessas unidades. Isso inclui a capacitação de profissionais, a adequação dos espaços físicos e a implementação de políticas que integrem as dimensões educacional, social e emocional do processo educativo.

As condições das unidades socioeducativas são determinantes para a experiência dos jovens em internação e têm um papel crucial na permanência escolar deles. É fundamental que sejam promovidas reformas que assegurem ambientes favoráveis ao aprendizado, que considerem as especificidades dos jovens atendidos e que proporcionem um suporte integral a eles. Somente assim será possível transformar essas unidades em verdadeiros espaços de

acolhimento e educação, contribuindo para a ressocialização e o futuro desses adolescentes (Garcia et al., 2021; Silva; Silva, 2021).

A questão das condições dessas unidades também deve ser abordada sob a perspectiva da inclusão e da diversidade. Muitos jovens que passam por esses sistemas apresentam diferentes necessidades educacionais e sociais, incluindo aqueles com deficiência, que frequentemente não recebem o apoio adequado. Basso-Braz, Gatti, Van Munster (2024) ressalta que a falta de adaptações necessárias para atender esses jovens nas unidades socioeducativas não apenas compromete seu direito à educação, mas também perpetua a exclusão e a marginalização. Essa invisibilidade das necessidades educacionais especiais agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade desses adolescentes, tornando mais difícil sua reintegração social e escolar.

Soares, Alves, Fonseca (2021) enfatizam que uma educação contextualizada, que respeite a cultura e as experiências dos adolescentes, é crucial para promover o engajamento e a motivação para o aprendizado. A implementação de projetos educativos que valorizem a identidade dos jovens e suas particularidades pode ser um passo importante para garantir que eles se sintam acolhidos e respeitados, reduzindo, assim, as taxas de evasão escolar.

Boff e Machado (2024) apontam que a integração de serviços pode proporcionar um atendimento mais holístico, que leve em conta as diversas dimensões da vida dos adolescentes. Um acompanhamento psicológico efetivo, por exemplo, pode ajudar a resolver conflitos internos e traumas, favorecendo a participação ativa dos jovens nas atividades educativas.

Outro fator relevante é a capacitação contínua dos profissionais que atuam nas unidades socioeducativas, garantindo que estejam preparados para lidar com as

complexidades do trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade. Salata (2019) defende que a formação adequada de educadores, assistentes sociais e psicólogos é essencial para que esses profissionais possam lidar com a complexidade das situações enfrentadas pelos adolescentes. Investir em formação continuada e em programas de apoio aos profissionais pode melhorar significativamente a qualidade do atendimento e da educação oferecida nessas instituições.

Por fim, é crucial implementar mecanismos de monitoramento e avaliação das condições das unidades socioeducativas para garantir a efetividade das políticas públicas e o respeito aos direitos dos jovens. Portanto, é fundamental que haja uma avaliação sistemática das práticas pedagógicas e das condições estruturais, permitindo ajustes e melhorias contínuas.

A discussão sobre as condições das unidades socioeducativas é multifacetada e exige uma abordagem integrada que considere a infraestrutura, as necessidades dos jovens, a formação dos profissionais e a articulação com outras políticas públicas. Para que esses espaços cumpram efetivamente seu papel de ressocialização e educação, é preciso que se torne prioridade garantir condições dignas e adequadas, alinhadas aos princípios de inclusão e respeito aos direitos humanos (Basso-Braz; Gatti; Van Munster, 2024; Salata, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas evidenciam que a evasão escolar entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é atravessada por um conjunto de fatores estruturais, sociais e institucionais que, muitas vezes, atuam de forma sinérgica na perpetuação de processos de

exclusão e vulnerabilização. Fatores como desestruturação familiar, carências socioeconômicas, ausência de apoio psicopedagógico efetivo e precariedade nas condições das unidades socioeducativas demonstram-se determinantes para o afastamento desses jovens do ambiente escolar.

O estudo revela, ainda, que a carência de políticas públicas integradas e o distanciamento entre as redes de proteção social comprometem a eficácia das ações voltadas à inclusão, permanência e desenvolvimento educativo desses adolescentes. Diante desse panorama, torna-se indispensável a formulação e implementação de políticas intersetoriais que conjugam educação, assistência social, saúde e justiça, com foco na promoção do direito à educação e o fortalecimento da permanência escolar.

É imperativo investir em melhorias na infraestrutura das unidades socioeducativas, na formação continuada de profissionais e na construção de estratégias pedagógicas contextualizadas, que reconheçam a singularidade das trajetórias dos adolescentes em conflito com a lei. O enfrentamento efetivo da evasão escolar nesse contexto exige, sobretudo, o compromisso ético e político com a inclusão, a equidade e a construção de oportunidades reais de reintegração social, reafirmando a centralidade da educação como vetor de transformação e cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**: metas e estratégias para a educação brasileira. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 abr. 2025

BASSO-BRAZ, Aline; GATTI, Melina Radaelli; VAN MUNSTER, Mey de Abreu; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Estratégias para a inclusão de estudantes com deficiências na educação física escolar: uma revisão sistemática. **Movimento**, Porto Alegre, v. 30, e30021, p. 1-31, jan./ dez. 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/124293/93005. Acesso em: 10 nov. 2024.

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação**.** **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e85133, p. 1-17, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/PSzsBQhDNrRkQNkStgSsGbQ/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 10 nov. 2024.

DOMINGUES, Diego. **A evasão escolar no Brasil**: desafios e propostas para a permanência dos estudantes. 19 nov. 2024. Disponível em: https://www.edocente.com.br/blog-a-evasao-escolar-nobrasil/. Acesso em: 10 nov. 2024.

GARCIA, Léo Manoel Lopes da Silva; LARA, Daiany Francisca; ANTUNES, Franciano. Investigação e análise da evasão e seus fatores motivacionais no ensino superior: um estudo de caso na Universidade do Estado de Mato Grosso. **Avaliação**, Campinas: Sorocaba, v. 26, n. 1, p. 112-

136, mar. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/thxzBNWwkN5bHpSH7cFcmFg/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 10 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Educação 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: set. 2024.

SALATA, André. Razões da evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil**. Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 99-128, 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/42305/29407. Acesso em: 14 out. 2024.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FONSECA, José Aguinaldo. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 38, e0167, p. 1-21, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/9ZRM8LBTqQMHMDQNJDwjQZQ/?format=pdf&lang=pt&ilang=en. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Luciano Rodrigues da; SILVA, Olímpia Vaz dos Santos. **Políticas públicas para combater a evasão escolar na educação básica.** [S. l.]: Instituto Federal Goiano, 2021. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2906/3/tcc_Luciano%20Rodrigues%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

ENTRE O TÉCNICO E O CRÍTICO: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO TECNICISTA E O PAPEL EMANCIPADOR DA HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO

Carlos Eduardo da Silva Mendes
Graduando em História (UFPI)
E-mail: eduardomendes2022@ufpi.edu.br

Pedro Rangel Ferreira Silva
Graduando em História (UFPI)
E-mail: pedrorangel@ufpi.edu.br

Resumo:
O presente trabalho consiste em um relato de experiência de estágio supervisionado em História, realizado no Colégio Técnico de Teresina (CTT/UFPI), com turmas do 2º ano do Ensino Médio Integrado ao curso de Agropecuária. A investigação analisa os impactos do modelo de ensino tecnicista sobre o desempenho e o bem-estar dos estudantes, com foco na exaustão gerada pela dupla jornada escolar, técnica pela manhã e ensino médio à tarde. A partir de referenciais teóricos críticos, como Saviani, Libâneo, Freire, Perrenoud e Apple, busca-se compreender como a lógica da racionalidade técnica fragmenta a aprendizagem e limita o desenvolvimento integral dos jovens. Os resultados apontam que abordagens pedagógicas dialógicas e historicamente contextualizadas provocam maior engajamento, ampliando a consciência crítica dos estudantes e reforçando o papel emancipador do ensino de História nas escolas técnicas.

Palavras-chave: ensino tecnicista; exaustão estudantil; ensino de história.

INTRODUÇÃO

O ensino médio brasileiro tem sido palco de intensos debates acerca das concepções pedagógicas que orientam sua prática, especialmente diante da presença de elementos do ensino tecnicista. Segundo Saviani (2008), o tecnicismo educacional surge de uma concepção que entende a escola como espaço de eficiência operacional, centrada na racionalização dos processos e na padronização das atividades. Nessa mesma direção, Libâneo (2012) afirma que esse modelo enfatiza a instrução mecânica e o adestramento de habilidades, reduzindo a participação crítica dos alunos na construção do conhecimento.

Inserido nesse contexto, o ensino médio passa a reproduzir uma lógica que valoriza o cumprimento de tarefas e resultados imediatos, muitas vezes em detrimento do desenvolvimento integral dos estudantes. Essa dinâmica contribui para a desmotivação, para o enfraquecimento da autonomia intelectual e, consequentemente, para o comprometimento do desempenho escolar e da saúde emocional dos jovens.

Diante dessa realidade, este trabalho tem como objetivo analisar como a adoção do ensino tecnicista no ensino médio prejudica o desempenho dos estudantes, com foco nos impactos sobre a aprendizagem significativa, a capacidade reflexiva e o engajamento dos jovens. Busca-se compreender de que maneira a fragmentação dos conteúdos, a prática docente centrada na transmissão e a ausência de processos dialógicos dificultam a construção de saberes mais amplos, além de investigar os efeitos dessa lógica sobre o bem-estar e a motivação dos estudantes em contextos de ensino integrado.

A relevância deste estudo reside na necessidade de repensar o tipo de formação oferecida aos jovens brasileiros. Ao problematizar os efeitos do tecnicismo no desempenho

e na exaustão escolar, o trabalho contribui para ampliar o debate sobre modelos pedagógicos capazes de promover uma educação crítica, emancipadora e socialmente significativa. Assim, a investigação pode apoiar professores, gestores e pesquisadores na busca por práticas educativas mais coerentes com as demandas contemporâneas e com o desenvolvimento pleno dos estudantes.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS: TECNICISMO, EDUCAÇÃO CRÍTICA E FORMAÇÃO INTEGRAL

A compreensão dos impactos do ensino tecnicista no ensino médio exige um retorno às bases epistemológicas e históricas que estruturam essa concepção pedagógica. O tecnicismo educacional, conforme aponta Saviani (2008), nasce no contexto da influência dos pressupostos da racionalidade técnica sobre a educação, em especial a partir das décadas de 1960 e 1970. Inspirado nos princípios da administração científica e na lógica produtivista, esse modelo entende a escola como um espaço destinado à eficiência, ao controle e à formação de mão de obra ajustada às demandas do mercado. Nesse sentido, o processo educativo é reduzido a procedimentos mecânicos e à transmissão de conteúdos previamente definidos, deixando pouco espaço para a construção ativa do conhecimento.

Segundo Libâneo (2012), o tecnicismo se caracteriza pela centralidade do professor como executor de um currículo pré-determinado e pela limitação dos estudantes ao papel de receptores passivos. O foco recai no rendimento imediato, em avaliações padronizadas e na busca por resultados quantificáveis. Assim, em vez de favorecer o desenvolvimento de competências cognitivas superiores, como interpretação,

análise e reflexão, o tecnicismo tende a estimular práticas de memorização e reprodução acrítica.

Autores críticos da educação, como Paulo Freire (1996), reforçam que a aprendizagem só se torna significativa quando valoriza o diálogo, a problematização e a experiência concreta dos alunos. Para Freire, a educação não pode se limitar a uma lógica bancária, na qual o conhecimento é depositado no estudante; ao contrário, deve ser um processo de conscientização e construção coletiva. Essa perspectiva evidencia o caráter limitador do tecnicismo, que neutraliza a participação ativa dos estudantes, desconsidera seus contextos socioculturais e ignora a dimensão emancipadora da educação. Por outro lado, Perrenoud (2000) argumenta que o desenvolvimento de competências no mundo contemporâneo requer situações de aprendizagem diversificadas, que estimulem autonomia, criatividade e capacidade de resolver problemas de forma reflexiva.

Além disso, a crítica sociológica de Apple (2003) contribui para compreender como o tecnicismo reforça desigualdades no ambiente escolar. O autor analisa como currículos rígidos, prescritivos e orientados pela lógica empresarial tendem a marginalizar estudantes que não se adaptam ao ritmo padronizado de ensino, o que impacta diretamente seu desempenho e sua permanência na escola.

Dessa forma, a fundamentação teórica deste trabalho se apoia em concepções críticas da educação que valorizam a formação integral do estudante. Em síntese, tais concepções defendem que a educação deve ir além da instrução mecânica e promover uma aprendizagem pela experiência, pela reflexão e pela participação ativa, garantindo que os jovens desenvolvam autonomia intelectual, pensamento crítico e capacidade de compreender e transformar a realidade. Essa base teórica evidencia porque o tecnicismo, quando aplicado ao ensino

médio integrado, tende a prejudicar o desempenho escolar, gerar exaustão e limitar o potencial formativo dessa etapa.

O CAMPO DE ESTÁGIO E A REALIDADE OBSERVADA: ENTRE A TÉCNICA E O ESGOTAMENTO

As atividades de estágio foram desenvolvidas no Colégio Técnico de Teresina (CTT/UFPI), instituição localizada no bairro Socopo, na cidade de Teresina – PI. A instituição é de tempo integral e oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, atendendo estudantes de diferentes regiões do município. O estágio foi realizado com turmas do 2º ano do Ensino Médio Integrado ao curso de Agropecuária: o 2º Ano A, composto por aproximadamente 44 estudantes, e o 2º Ano B, com cerca de 24 alunos, com faixa etária entre 15 e 16 anos. Trata-se de um grupo heterogêneo, com diferentes níveis de conhecimento prévio e distintas formas de participação em sala de aula. A organização do tempo escolar era dividida de forma que o turno da manhã era dedicado às aulas e atividades do curso técnico, enquanto a tarde se destinava às disciplinas do ensino médio regular, uma estrutura que já em si impõe uma carga significativa sobre os estudantes.

De modo geral, os alunos demonstravam pouco interesse pelos conteúdos históricos, em grande parte pela dificuldade de perceber a relevância da disciplina em seu cotidiano. Durante as aulas de observação, foi possível constatar de forma nítida os efeitos da dupla jornada: estudantes visivelmente cansados à tarde, com concentração reduzida, pouca participação espontânea e, em muitos casos, dificuldade em manter o engajamento mesmo com esforço docente. Esses sinais de exaustão refletiam, na prática, aquilo que a teoria aponta sobre os limites do modelo tecnicista: quando a educação é organizada em função da produtividade

e da eficiência técnica, o estudante é tratado como executor de tarefas, e não como sujeito de aprendizagem.

É justamente nesse cenário que o ensino de História crítico se torna fundamental e, muitas vezes, emancipador. A História, quando ensinada para além da memorização de datas e fatos, permite ao estudante compreender os vínculos entre economia, política, cultura e relações de poder. Ele aprende a questionar por que as coisas são como são e a perceber que nenhuma realidade é natural ou imutável. O estagiário de História desempenha um papel essencial nesse processo. Inserido no cotidiano das escolas técnicas, ele traz um olhar investigativo e renovado, capaz de tensionar práticas pedagógicas cristalizadas. Sua atuação pode provocar pequenas rupturas que ampliam horizontes e ajudam os estudantes a perceber que sua formação deve ir além da técnica: deve formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para intervir no mundo.

POSSIBILIDADES E LIMITES: O QUE A EXPERIÊNCIA REVELOU SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA EM CONTEXTO TECNICISTA

Os resultados obtidos por meio das atividades propostas evidenciaram um impacto significativo na aprendizagem dos estudantes, sobretudo no que diz respeito à ampliação da consciência crítica e ao rompimento, ainda que parcial, com a lógica estritamente tecnicista presente no ambiente da escola técnica. Durante a intervenção, foi possível observar que, quando expostos a problematizações históricas contextualizadas, os estudantes passaram a mobilizar habilidades reflexivas que raramente são demandadas em sua rotina escolar. Essa mudança de postura demonstra a potência

do ensino de História como ferramenta de compreensão e intervenção no mundo.

Ao analisar, por exemplo, como processos históricos influenciam a organização dos cursos técnicos, as exigências do mercado de trabalho e a própria construção social da ideia de "trabalhador ideal", os estudantes reconheceram que o conhecimento histórico não é um componente distante de sua formação, mas um instrumento que lhes permite compreender as estruturas que moldam suas trajetórias profissionais e de vida.

Muitos relataram que nunca haviam pensado na escola técnica como um produto histórico, e que essa compreensão transformou a forma como enxergavam a própria formação. Esse deslocamento de perspectiva é, em si, um resultado pedagógico relevante.

Observou-se também que, mesmo em um contexto de exaustão, os estudantes demonstraram maior disposição e engajamento quando as aulas ofereciam conexões reais com suas experiências e questionamentos. Isso sugere que o problema não é apenas o cansaço físico, mas a ausência de sentido percebido nas atividades escolares. Esse impacto reforça a importância do papel do estagiário na criação de espaços onde a História possa cumprir sua função emancipadora, mesmo em ambientes escolares predominantemente orientados pela eficiência técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante essa vivência, aprendemos que a realidade da sala de aula é complexa e exige do professor muito mais do que domínio de conteúdo. Exige sensibilidade, escuta e compreensão das condições emocionais, sociais e físicas dos estudantes. Ao propor atividades para as turmas, percebemos

que, mesmo diante do cansaço, os alunos respondiam de forma mais positiva quando eram utilizadas metodologias mais dinâmicas, dialógicas e próximas do universo deles. Esse contato ensinou que educar é, antes de tudo, acolher e reconhecer o outro como sujeito capaz, mesmo quando o contexto escolar não favorece esse reconhecimento.

Ao final desta experiência, compreendemos que a formação docente não se constrói apenas com teorias ou técnicas, mas com vivências concretas, relações humanas e reflexões constantes sobre o que funciona e o que precisa ser reinventado. Saímos deste estágio com uma visão mais madura sobre os desafios do ensino em contextos tecnicistas e mais conscientes da responsabilidade assumida como futuros professores de História.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

EIXO 3

MEMÓRIA, ENSINO E IDENTIDADE

ENTRE A CRUZ E A PENA: O OLHAR MISSIONÁRIO SOBRE OS INDÍGENAS NAS PÁGINAS DA REVISTA CAYAPÓS E CARAJÁS

Luis Rafael da Silva Valadão
Prof. Secretaria Mun. de Educação e Cultura (Conc. do Araguaia - Pará)
Esp. em Educ. para Diversidade, Direitos Humanos e Cidadania (UFG)
E-mail: rafael22valadao@gmail.com

Resumo:
Este trabalho analisa como missionários dominicanos, na Revista Cayapós e Carajás (1922-1933), representaram os povos indígenas, oscilando entre o "selvagem" e o "neófito" em conversão. O estudo destaca que o periódico utilizava a escrita e a fotografia para legitimar a evangelização no chamado Araguaia paraense, muitas vezes silenciando o protagonismo indígena em prol de uma integração à cultura cristã. O título "Entre a Cruz e a Pena" sintetiza o dualismo da obra, onde a Cruz representa o projeto de evangelização e conversão e a Pena, o registro escrito, a narrativa histórica e a construção de uma imagem pública sobre o indígena. Conclui-se que havia uma contradição inerente no olhar da "Pena": de um lado, o desejo de registrar línguas e costumes (etnografia) por curiosidade intelectual ou estratégia de aproximação, de outro, a prática da "aculturação", onde tradições consideradas "pagãs" eram sistematicamente combatidas para dar lugar aos valores cristãos e à ética do trabalho europeu.

Palavras-chave: missão dominicana; povos indígenas; Revista Cayapós e Carajás.

INTRODUÇÃO

A ocupação não indígena no chamado Araguaia paraense efetivou-se com a instalação, em 1897, da catequese dominicana (Ordem dos Pregadores) no local onde hoje se situa a cidade de Conceição do Araguaia, Pará. O estabelecimento de povoações nessa região remonta às inúmeras tentativas do governo brasileiro de ocupar efetivamente essa extensa faixa de terra, concentrada no extremo norte da então província de Goiás (atual Tocantins) e no sul e sudeste do Pará, ambas ocupadas quase exclusivamente por povos indígenas.

Essa marcha para o oeste, no final do século XIX, era impulsionada tanto por ações governamentais quanto religiosas. De um lado, o governo desejava ocupar e explorar essas áreas; de outro, a Igreja Católica, por meio das ordens religiosas (neste caso, os dominicanos), desejava catequizar e converter os povos indígenas. Com o estabelecimento da catequese, tornou-se necessário angariar fundos para mantê-la, surgindo, assim, a Revista Cayapós e Carajás[1] como forma de divulgação do trabalho missionário dos dominicanos. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar como os povos indígenas eram representados nas páginas da *Revista Cayapós e Carajás* (RCC)[2], identificando os principais elementos do discurso missionário da época.

Com uma metodologia voltada para uma abordagem qualitativa, de caráter histórico-documental e bibliográfico, este estudo fundamenta-se em Gil (2017, p. 45), para quem "[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa [...]", enquanto a "[...] pesquisa bibliográfica

1 Os nomes dos grupos étnicos eram grafados no período da publicação da revista no plural, contudo, atualmente usa-se no singular: Kayapó e Karajá.

2 Quando me referir a Revista Cayapós e Carajás, o farei a partir de suas iniciais – RCC.

utiliza-se fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto [...]". Na base documental, serão utilizados apenas os seis primeiros números publicados da Revista Cayapós e Carajás (1922–1933). Já na base bibliográfica, recorrem-se a textos de autores como Audrin (1947) e Thomaz (1936), que abordam a relação catequética com os indígenas que viviam nessa região.

DESENVOLVIMENTO

Ao analisarmos as dinâmicas de ocupação e conversão praticadas na catequese em Conceição do Araguaia, observamos uma clara semelhança com as práticas catequéticas dos períodos colonial e imperial, mesmo após quase uma década do período republicano. As ações concentravam-se em duas frentes: a conversão à fé católica e a assimilação, pelos indígenas, de hábitos ocidentais. O estabelecimento da catequese dominicana, em 1897, por Frei Gil de Vilanova, na margem esquerda do rio Araguaia, no sudeste do Pará, tornou-se o ponto mais distante da grande marcha civilizatória-religiosa empreendida pela Ordem dos Pregadores no final do século XIX. Tratava-se de uma rota que ligava o Rio de Janeiro (RJ), Uberaba (MG), Cidade de Goiás (GO), Porto Nacional (GO, hoje Tocantins) e Conceição do Araguaia (PA).

A produção historiográfica sobre o período, em sua maioria de caráter memorialista e religioso, apresenta o contato entre padres e indígenas como harmonioso. Ainda assim, os embates entre grupos indígenas — Kayapó e Karajá, principalmente (RCC, nº 6, 1923) —, bem como entre esses grupos e o grande número de sertanejos que passaram a migrar para a região, tornaram-se um elemento desafiador. Apesar de o foco editorial da revista recair sobre os indígenas Kayapó e Karajá, outros grupos também são mencionados, em razão da

extensão territorial da catequese, como os Tapirapé, Gavião, Apinajé, Xerente, Xavante, Javaé e os Gorotiré (Kayapó).

A partir das publicações da RCC, é possível ter uma ideia de como se desenvolvia esse trabalho missionário, já que ela servia como mecanismo de divulgação dessas ações. Além da revista, outras produções bibliográficas do período enfatizavam o caráter salvífico da catequese. Frei Audrin (1947), ao tratar dessa relação evangelizadora, afirma que se deveria "[...] procurar e retirar "das trevas e da sombra da morte" do paganismo em que jaziam, [...]" (p. 129). A utilização de táticas de aproximação, já conhecidas desde 1500, reafirma o caráter assimilacionista do empreendimento. Os presentes continuavam a ser o principal mecanismo de atração dos indígenas, que, posteriormente, passaram a receber um número cada vez maior de utensílios para o trabalho agrícola (RCC, 1922/1923).

Fica evidente o estabelecimento de um padrão relacional praticamente idêntico ao dos tempos coloniais, no qual, em primeiro lugar, buscava-se o contato amistoso com os grupos; em seguida, tentava-se trazer as aldeias para próximo do centro catequético (ou povoação não indígena); e, por fim, promovia-se o envio de crianças indígenas para serem educadas em colégios religiosos. Essa ideia de tutela, de cuidado paternal, é reiterada em diversas publicações da RCC, demonstrando que a percepção colonial sobre os indígenas ainda estava enraizada nos empreendimentos catequéticos, nos quais os missionários eram vistos como "[...] seus melhores amigos e verdadeiros paes." (RCC, nº 5, 1923, p. 11) e "[...] sentiam-se bem seguros junto dos 'Papaes Padres'." (RCC, nº 3, 1923, p. 32).

Desse modo, os diversos povos indígenas que habitavam a extensa área da Prelazia e seus arredores eram divididos em duas frentes catequéticas: a dos considerados hostis, mas que buscavam a fé católica e o contato com os padres e sertanejos

— como os Karajá e Kayapó, que "[...] são as tribos mais visinhas da sede da prelazia, aquellas a quem os missionarios podem mais facilmente levar o conhecimento da nossa santa religião" (RCC, nº 4, 1923, p. 4) —; e a dos grupos, como os Gavião e Gorotiré, que demonstravam grande hostilidade, mas que "precisavam" ser alcançados pela ação missionária. Sobre o povo Gavião, em um artigo, assim os descreviam: "Estes Indios, completamente selvagens e ferozes, não pertencem propriamente á Prelazia de Conceição. [...] Permitta Deus que brevemente possamos nos avistar" (RCC, nº 4, 1923, p. 7 e 8).

A instalação do Colégio Santa Rosa (1903) tornou-se o marco efetivo da catequização. Nesse sentido, a revista descreve a presença de crianças Kayapó: "[...], vão satisfeitos e gozam de bôa saude. Vestidos com simplicidade e decência, de bom comportamento, quasi não se distinguem dos meninos christãos [...]" (RCC, nº 2, 1922, p. 8). As antigas práticas de educar crianças indígenas na fé e na moral católico-cristã tornaram-se um pilar da catequese dominicana. Além do Externato das Dominicanas, a revista cita uma prática bastante recorrente: a entrega de crianças indígenas a famílias cristãs, a fim de serem educadas (RCC, nº 4, 1923).

Em se tratando dos Karajá, havia questionamentos quanto à sua relação com a catequese: "Serão os Carajás catechisaveis? Não tem sido esses selvagens sempre refractarios a toda civilisação? É facto indiscutível esta sua aversão de christianisar-se, [...]. Este anno, porém, os Carajás se mostraram muito mais doceis e propensos a adoptar certas normas educativas" (RCC, nº 3, 1923, p. 3). Citando os indígenas que viviam próximos ao rio Xingu, a revista alertava os leitores de que estes eram "[...] índios bravos e revoltosos [...]. Permita Deus que, sem muito tardar, possa o missionário chegar até esses selvagens, para, com presentes variados e modos brandos e amistosos, dominar-lhes a braveza [...]" (RCC, nº 1, 1922, p. 8).

É recorrente, nos números da RCC, a apresentação quantitativa dos indígenas que se convertiam à fé católica, com a indicação numérica e nominal daqueles que recebiam, por exemplo, o sacramento do batismo, assim, "No correr de 1922 foi o Santo Baptismo administrado a 11 Cayapós, 33 Carajás, 1 Gavião e 72 Apinagés. De Janeiro ao fim de abril de 1923 baptizaram-se 10 Carajás e 6 Cayapós." (RCC, nº 6, p. 10, 1923). Longe de se tratar de meros dados estatísticos, a apresentação dessas informações nas publicações expressa um caráter de afirmação da catequese, tendo em vista que o objetivo catequético era a plena conversão — tanto religiosa quanto dos hábitos considerados "selvagens" dos indígenas. Pelo fato de a revista ser enviada a diversos lugares do Brasil, para assinantes e benfeitores, tornava-se primordial a apresentação desses dados, que funcionavam como forma de validação do empreendimento.

A adoção, por parte dos indígenas convertidos, de um nome cristão-ocidental reafirma o controle exercido pelos padres. O batismo tornou-se o ponto-chave da catequese enquanto instituição religiosa. A formação para o trabalho é outro elemento crucial na constituição da catequese. Após a formação intelectual e religiosa, as crianças Kayapó eram encaminhadas para o trabalho agrícola, como consta na RCC (nº 6): "[...] dous dos maiores e mais antigos estão sendo acostumados aos trabalhos agricolas, um debaixo da direcção de Frei Gabriel, [...] e outro sob os cuidados do seu padrinho [...]" (p. 5, 1923).

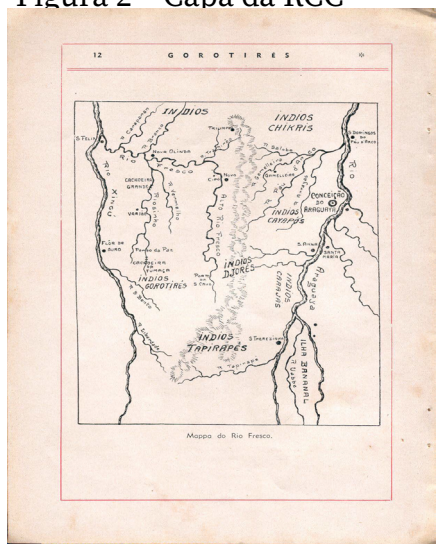
A utilização de elementos como imagens e mapas nas publicações do período ajudava a dimensionar tanto a realidade geográfica quanto etnológica da catequese, permitindo ao leitor transportar-se, visualmente, para os fatos que a cercavam.

Figura 1 – Mapa da Catequese



Fonte: Thomaz (1936, p. 12).

Figura 2 – Capa da RCC



Fonte: Revista Cayapós e Carajás (1922).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a **Revista Cayapós e Carajás** revela a complexidade da atuação missionária, que se equilibrava entre a evangelização e a documentação etnográfica. Embora as publicações tenham registrado aspectos valiosos das culturas indígenas, isso foi feito sob uma lente eurocêntrica que frequentemente reduzia o indígena à condição de "neófito" a ser moldado.

Portanto, o periódico não era apenas um veículo de informação, mas também um instrumento de poder e memória, que imortalizou as tensões e contradições do encontro entre a cruz e a pena no sertão brasileiro. A ideia de tutela e controle fica evidenciada logo nas duas primeiras páginas da revista, em expressões como "Os nossos índios" e "Salvemos nossos índios".

Conclui-se que havia uma contradição inerente no olhar da "Pena": de um lado, o desejo de registrar línguas e costumes (etnografia), por curiosidade intelectual ou estratégia de

aproximação; de outro, a prática da "aculturação", na qual tradições consideradas "pagãs" eram sistematicamente combatidas para dar lugar aos valores cristãos e à ética do trabalho europeu.

REFERÊNCIAS

AUDRIN, Frei José M. (O. P). Entre **sertanejos e índios do norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Revista Cayapós e Carajás** (1922–1923). Números de 1 ao 6. Arquivo da província Dominicana Frei Bartolomeu de Las Casas, Seção Histórica, Belo Horizonte - MG.

THOMAZ, Sebastião. (O. P). **Gorotires**. Rio de Janeiro: IMPLIMATUR, Prelazia de Conceição do Araguaia, 1936.

MEMÓRIA E ENSINO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL EM GOIÁS NO SÉCULO XX[1]

Luiz Felipe Gomes de Oliveira
Graduando em Licenciatura em História. Universidade Estadual de Goiás – UEG
Campus Norte/UnU Porangatu.
E-mail: luizizabela@gmail.com

Daniella Alves Dos Santos
Graduanda em Licenciatura em História. Universidade Estadual de Goiás – UEG
Campus Norte/UnU Porangatu.
E-mail: daniellaalves140@gmail.com

Luis Rafael da Silva Valadão
Docente Orientador. Universidade Estadual de Goiás – UEG
Campus Norte/UnU Porangatu.
E-mail: luis.valadao@ueg.br

Resumo:
O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção da memória regional em Goiás ao longo do século XX, destacando suas manifestações, registros e sua relação com a formação da identidade local. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental indireta, com ênfase na obra Súmula de História de Goiás (1892–1932), publicada em 1932, de Americano do Brasil, bem como em estudos historiográficos sobre memória, identidade e ensino. Os resultados indicam que a construção da memória

1 Artigo apresentado como Atividade Prática do Componente Curricular - APCC na disciplina de Introdução ao Estudo e Ensino de História, 1º período, do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Goiás – UEG/Campus Norte/ Unidade Universitária de Porangatu, 2025/1.

regional esteve associada tanto às iniciativas institucionais quanto aos interesses das elites locais, sendo fortalecida por meio do ensino da história regional e de práticas culturais diversas. Conclui-se que a construção da memória regional em Goiás esteve associada às iniciativas institucionais e aos interesses das elites locais, reforçada pelo ensino da história regional e práticas culturais diversas. A memória funcionou como um instrumento para articular elementos do passado local aos projetos nacionais de modernização e desenvolvimento, contribuindo para a consolidação da identidade goiana.

Palavras-chave: memória; identidade; ensino; história regional; Goiás.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a construção da memória regional em Goiás, com ênfase nas primeiras décadas do século XX, a partir da análise de registros historiográficos e institucionais. Fundamentada no campo dos estudos de história e identidade regional, busca compreender as estratégias adotadas por intelectuais e instituições na produção e consolidação de narrativas sobre o passado goiano.

Este trabalho insere-se, buscando compreender de que maneira registros historiográficos e institucionais contribuíram para a construção e consolidação da identidade goiana nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, a análise centra-se na produção de narrativas sobre o passado e em sua utilização como instrumento de legitimação de projetos políticos e sociais.

A relevância do tema justifica-se pela necessidade de compreender os mecanismos de produção da memória social

em contextos regionais, nos quais a construção de identidades coletivas está diretamente relacionada à seleção e difusão de determinadas interpretações do passado. Além disso, o estudo contribui para a reflexão acerca do papel do ensino na circulação dessas narrativas.

O problema que orienta esta pesquisa consiste em analisar de que forma os registros historiográficos e institucionais participaram da construção e perpetuação da memória regional em Goiás, no contexto das primeiras décadas do século XX.

Como objetivos, busca-se analisar a construção da memória regional a partir de registros historiográficos, compreender o papel das instituições na sua consolidação e refletir sobre a relação entre memória e identidade regional.

A metodologia adotada baseia-se em abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e análise documental indireta, com ênfase em obras historiográficas e estudos sobre memória e identidade.

A MEMÓRIA REGIONAL EM GOIÁS: MANIFESTAÇÕES E REGISTROS

A construção da memória regional em Goiás é resultado de um processo histórico marcado por práticas, registros e representações que articulam o passado local às necessidades do presente. A memória, entendida aqui como um conjunto de narrativas, símbolos, documentos e práticas culturais, na consolidação da identidade goiana, especialmente a partir do século XX, quando as instituições educacionais e culturais passaram a sistematizar os saberes locais. Segundo Ribeiro (2005), as comemorações do Centenário da Independência, ocorridas em 1922, foram um marco decisivo para a valorização das histórias locais dentro do contexto nacional.

Nesse período, houve um movimento de resgate das trajetórias regionais, com o objetivo de integrá-las ao projeto de construção da memória nacional. Este movimento foi conduzido, sobretudo, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que, desde sua fundação, atuava como guardião da memória oficial, promovendo uma história voltada à formação de uma identidade nacional coesa (Ribeiro, 2005).

No caso específico de Goiás, a produção da obra Súmula de História de Goiás (1892–1932), de Americano do Brasil, reflete esse contexto. Criada inicialmente para compor o Grande Dicionário Enciclopédico do Brasil (1978–1979), a obra transformou-se em um dos primeiros registros sistemáticos da história regional goiana, assumindo caráter didático e memorialístico. Para o autor, era necessário resgatar "[...] as páginas edificantes de patriotismo, de soberbas lições de civismo, infelizmente desconhecidas, já não diremos de nossa mocidade, mas de nossos homens públicos [...]" (Brasil, 1982, p. 15).

Outro importante suporte da memória regional foram os periódicos e jornais locais, como Informação Goyana, que atuavam na divulgação de fatos, na exaltação das figuras ilustres e na defesa dos interesses econômicos, políticos e culturais do estado. Tais veículos funcionaram como verdadeiros repositórios da memória social, oferecendo registros que, posteriormente, serviram de base para obras históricas e didáticas. Além dos registros escritos, a memória de Goiás também se expressa nas manifestações culturais, nas tradições populares, nas festas religiosas, nos saberes transmitidos oralmente e nas práticas cotidianas das comunidades. Americano do Brasil, atento a essas manifestações, realizou um trabalho de levantamento do folclore local, compreendendo que a cultura popular era parte

do processo de construção da identidade regional (Brasil, 1982).

No entanto, é necessário destacar que, conforme observa Ribeiro (2005), a construção da memória regional em Goiás esteve, historicamente, condicionada aos interesses das elites locais e às necessidades do Estado nacional. Durante o processo de modernização e centralização que se intensificou com a Revolução de 1930, as narrativas históricas passaram a ser organizadas de forma a reforçar o sentimento de pertencimento à nação, sem, contudo, perder a referência ao espaço local.

A relação entre memória, história e ensino também é central nesse processo. Ao ser incorporada como disciplina nos currículos da Escola Normal, na antiga capital, no início da década de 1930, consolidando-se como cadeira oficial por volta de 1932, a História de Goiás assumiu a função de transmitir às novas gerações uma versão oficializada do passado local, que combinava elementos científicos, documentais e simbólicos. Nesse sentido, o ensino da história local não apenas informava, mas também formava cidadãos comprometidos com a defesa do patrimônio, dos valores cívicos e da própria identidade regional (Goiás, 1931 apud Ribeiro, 2005).

O ENSINO COMO VETOR DA IDENTIDADE REGIONAL

O ensino, ao longo da história brasileira, foi utilizado como um instrumento bastante importante na construção das identidades, tanto em nível nacional quanto regional. No contexto de Goiás, especialmente no século XX, percebe-se que o ensino da história regional foi estratégico na formação da identidade local, servindo como vetor de construção da consciência histórica e de pertencimento.

A institucionalização do ensino de história no Brasil, desde o século XIX, esteve atrelada ao projeto de consolidação da nação. Segundo Ribeiro (2005), a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, teve como uma de suas finalidades principais "[...] formular e instalar uma história nacional, considerada uma necessidade para afirmação do projeto da recém-instalada Nação [...]" (Ribeiro, 2005, p. 3). Tal projeto foi acompanhado da consolidação do ensino da história nos currículos escolares, principalmente no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, como mecanismo para promover o patriotismo e o sentimento de pertencimento.

Nesse mesmo sentido, Caimi (2001) destaca que a história escolar no Brasil não tinha apenas uma função informativa, mas também "[...] era considerada indispensável em todas as camadas sociais e faixas etárias, uma vez que tinha o papel de formar juízos de valor e o patriotismo, necessários à constituição da identidade nacional [...]" (Caimi, 2001, p. 28). Isso revela que o ensino da história esteve em muitos momentos a serviço de um projeto identitário, que se moldava conforme as necessidades políticas e sociais de cada época.

O Decreto nº 658, de 28 de janeiro de 1931, que regulamentou a criação da disciplina História de Goiás no Curso Normal, evidencia a função social e identitária atribuída ao ensino: "Não há quem não veja na falta de cultura de um povo um dos grandes fatores a emperrar nossa evolução [...] Em Goiás, deverá constituir absorvente preocupação [...] cada passo dado no sentido da maior difusão e eficiência do ensino é segura caminhada que nos levará a desvendar os segredos do nó górdio que embarga as maiores possibilidades de nossa terra [...]" (Goiás, 1931 apud Ribeiro, 2005, p. 14).

Portanto, o ensino da história regional apresentava-se como meio não apenas de instruir, mas também de formar sujeitos comprometidos com o desenvolvimento social,

econômico e cultural do estado. O próprio autor afirmava que sua obra se destinava "[...] à mocidade de

minha terra [...] possam elas ensinar o melhor caminho no presente através das coisas e exemplos do passado [...]" (Brasil, 1982, p. 2).

Essa concepção está diretamente relacionada ao pensamento evolucionista e organicista que permeava o autor, no qual a sociedade é vista como um organismo que precisa superar o atraso e alcançar o desenvolvimento por meio da educação e do conhecimento histórico. Como destaca Ribeiro (2005), a história, para Americano do Brasil, deveria cumprir o papel de fomentar o amor à terra, despertar o orgulho local e formar cidadãos conscientes de sua importância na construção do estado.

Ademais, o processo de construção da identidade regional não estava dissociado do projeto nacional. Ao contrário, ele se articulava como parte de um todo, na medida em que, conforme Sandes (2000), "[...] a elaboração da história nacional segue um movimento complexo de apropriação de memórias localizadas, cuja ordenação origina um sentido temporal explicativo [...] da constituição da nação [...]" (Sandes, 2000, p. 10). Dessa forma, a história regional de Goiás só fazia sentido na medida em que estava subordinada ao grande projeto de nação.

O ensino, portanto, surge como uma ponte entre o local e o nacional, onde a valorização dos feitos, personagens e elementos culturais regionais fortalece o sentimento de pertencimento, sem romper com a unidade nacional. Esse equilíbrio é visível na forma como os conteúdos de história regional foram incorporados ao currículo escolar, servindo não apenas como relato do passado, mas como um instrumento de construção de uma identidade cívica, moral e patriótica.

Diante disso, é possível afirmar que o ensino da história regional em Goiás, especialmente a partir da década

de 1930, constituiu-se em um vetor central para a formação da identidade regional, uma vez que promoveu o resgate, a sistematização e a valorização das experiências históricas locais. Isso possibilitou que as novas gerações de goianos se reconhecessem enquanto sujeitos históricos, capazes de compreender o desenvolvimento do estado e da nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da memória regional em Goiás é resultado de um processo histórico dinâmico, marcado por esforços de preservação, ressignificação e valorização dos elementos culturais, históricos e identitários do estado. Ao longo do século XX, observa-se uma crescente preocupação em registrar e transmitir às gerações futuras os fatos, personagens e práticas que compõem a identidade goiana. Esse movimento se intensificou com a atuação de intelectuais, como Americano do Brasil, e com a institucionalização do ensino da História de Goiás, que se consolidou como um importante vetor de formação da consciência histórica regional.

Além disso, as transformações sociais, políticas e econômicas, como a transferência da capital para Goiânia e os projetos de modernização, contribuíram para uma redefinição dos sentidos de pertencimento e identidade local, articulando o passado com as demandas do presente. Assim, compreender a memória regional de Goiás não significa apenas olhar para o passado, mas reconhecer os processos de construção simbólica que moldam a cultura, a educação e a própria formação social do estado. Preservar essa memória é importante para fortalecer os laços identitários e promover uma educação comprometida com a valorização das raízes culturais e históricas goianas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Americano do. **Súmula de História de Goiás**. Goiânia: Editora da Academia Goiana de Letras, 1982.

CAIMI, Flávia Eloisa. **História da Educação**: a constituição da disciplina escolar história no Brasil (1837-1917). São Paulo: Autêntica, 2001.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. A história ensinada em Goiás: algumas considerações iniciais. *In:* SEMINÁRIO DE HISTÓRIA REGIONAL, 2005, Goiânia. **Anais** [...] Goiânia: UFG, 2005. p. 1-28.

SANDES, Simone. **História, cultura e identidade nacional no Brasil**. Brasília: UnB, 2000.

LEI Nº 10.639/03 E O ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA: DESAFIOS CURRICULARES E POSSIBILIDADES DA LINGUAGEM CARTOGRÁFICA CRÍTICA

Matheus Henrique Pereira da Silva
Prof. Assistente da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Mestre em Geografia (UFT)
E-mail: matheus.silva@ueg.br

Resumo:
A Lei nº 10.639/03 representa um marco na reorganização curricular da educação brasileira ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. No campo do ensino de Geografia, sua implementação ainda enfrenta desafios relacionados à fragmentação curricular, à permanência de representações estereotipadas sobre o continente africano e à reprodução de perspectivas eurocentradas nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas. Nesse contexto, o presente estudo problematiza de que maneira a linguagem cartográfica, compreendida a partir de perspectivas críticas e decoloniais, pode contribuir para tensionar tais representações no ensino de Geografia da África. O objetivo consiste em analisar as potencialidades da linguagem cartográfica para a construção de abordagens antirracistas no ensino de Geografia, em consonância com os princípios da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica sobre ensino de Geografia da África, cartografia escolar crítica, currículo e perspectivas decoloniais. Os resultados indicam que a cartografia, quando compreendida como linguagem e como expressão de relações de poder, pode ampliar leituras críticas sobre o

continente africano e contribuir para práticas pedagógicas mais contextualizadas e antirracistas.

Palavras-chave: educação antirracista; currículo; cartografia crítica; pensamento geográfico; continente africano.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.639/03 constitui um marco jurídico relevante nas disputas em torno da reorganização curricular da educação brasileira ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica (Brasil, 2003). Sua promulgação resulta de reivindicações históricas protagonizadas pelo Movimento Negro Unificado e por diferentes movimentos sociais que tensionaram, ao longo de décadas, o silenciamento das matrizes africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares e denunciaram a permanência do racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira. No âmbito do ensino de Geografia, essa legislação amplia um debate que ultrapassa a mera inserção de conteúdos sobre o continente africano, ao exigir a revisão de abordagens historicamente marcadas por leituras reducionistas, representações espaciais estereotipadas e narrativas eurocentradas sobre a África. Passadas mais de duas décadas de sua implementação, embora se observem deslocamentos importantes na produção acadêmica e nas práticas escolares, estudos como os de Santos (2009), e Santos e Oliveira (2013) apontam que a materialização dessa legislação ainda encontra limites significativos, especialmente no que se refere à formação docente, à organização curricular e à permanência de estruturas epistemológicas coloniais no ensino escolar.

Discutir a Educação para as Relações Étnico-Raciais no contexto escolar implica reconhecer a necessidade de uma formação docente que contemple diferentes dimensões históricas, geográficas, culturais e epistemológicas relacionadas ao continente africano. No entanto, a África ainda permanece, em distintos contextos escolares, aprisionada a representações reducionistas que a associam à pobreza, à fome, aos conflitos civis, às paisagens exóticas e a uma suposta homogeneidade territorial e cultural.

Ao analisar práticas docentes no ensino de Geografia, Santos (2009) constata a permanência dessas leituras estereotipadas ao demonstrar que muitos professores ainda abordam o continente africano a partir de representações associadas ao exotismo, às relações de dependência e à ideia recorrente de miséria. Essas representações estereotipadas também são reproduzidas por linguagens espaciais historicamente marcadas pela colonialidade, entre elas a própria cartografia escolar, frequentemente apresentada como instrumento neutro de localização. Entretanto, ao discutir a cartografia crítica, Crampton e Krygier (2006) argumentam que os mapas não apenas representam o mundo, mas produzem realidades espaciais, constroem conhecimentos e operam em relações de poder. Tal compreensão reforça a necessidade de ressignificar a linguagem cartográfica no ensino de Geografia da África, deslocando-a de uma função meramente técnica para uma perspectiva crítica, decolonial e antirracista.

Diante dessa perspectiva, propõe-se a seguinte indagação: de que maneira a linguagem cartográfica, compreendida a partir de perspectivas críticas e decoloniais, pode contribuir para tensionar representações estereotipadas sobre o continente africano no ensino de Geografia após a Lei nº 10.639/03?

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar como a linguagem cartográfica, fundamentada em

perspectivas críticas e decoloniais, pode contribuir para a construção de abordagens antirracistas no ensino de Geografia da África, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 10.639/03. Para o desenvolvimento desta investigação, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, ancorada em produções acadêmicas voltadas ao ensino de Geografia da África, à cartografia escolar crítica, à Educação para as Relações Étnico-Raciais e aos debates decoloniais aplicados ao campo educacional.

ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA: CURRÍCULO, REPRESENTAÇÕES E CARTOGRAFIA

O ensino de Geografia é estruturado por múltiplos dispositivos curriculares, políticos e pedagógicos que orientam a seleção e a distribuição dos conhecimentos escolares. No contexto brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) e, em escala estadual, o Documento Curricular para Goiás – DC-GO (Goiás, 2018) constituem importantes referenciais para a organização dos conteúdos escolares. Entretanto, a inserção da temática africana nesses documentos ainda revela permanências históricas de silenciamento curricular. Estudos recentes demonstram que os conteúdos relacionados ao continente africano permanecem concentrados, sobretudo, no 8º ano do Ensino Fundamental, evidenciando lacunas nos anos iniciais e no ensino médio, o que reforça abordagens fragmentadas e episódicas sobre a temática (Silva; Bispo, 2022). Tal cenário revela que a implementação da Lei nº 10.639/03 ainda enfrenta limites estruturais no currículo escolar, uma vez que, como afirma Gomes (2012), a inserção da História da África e das culturas afro-brasileiras exige não apenas acréscimo de

conteúdos, mas um processo mais amplo de descolonização curricular e epistemológica.

No campo específico da Geografia Escolar, a problemática não se restringe à ausência quantitativa de conteúdos sobre o continente africano, mas envolve a permanência de narrativas curriculares historicamente marcadas pelo eurocentrismo. Ratts (2018) argumenta que o ensino de Geografia da África, durante décadas, esteve centrado em representações restritivas associadas à pobreza, aos conflitos étnicos, às doenças e à ideia de atraso, produzindo uma África "desgeografizada" e "desistoricizada", cujas referências espaciais e temporais são frequentemente explicadas por perspectivas exógenas. De maneira convergente, Mendes e Ratts (2020) destacam que a permanência dessas abordagens está vinculada à ausência de vozes africanas e afro-diaspóricas nos currículos escolares e nos processos formativos docentes, o que reforça leituras homogêneas e estereotipadas sobre o continente. Para os autores, romper com essa lógica exige deslocar o eixo epistemológico do ensino e incorporar produções intelectuais africanas e afro-brasileiras como parte constitutiva da educação geográfica antirracista.

As representações estereotipadas sobre o continente africano não se manifestam apenas na seleção dos conteúdos curriculares ou nas abordagens textuais presentes nos materiais didáticos, mas também nas formas visuais e espaciais por meio das quais a África é apresentada no espaço escolar. No ensino de Geografia, os mapas ocupam lugar central na mediação do conhecimento sobre territórios, fronteiras, regionalizações e dinâmicas socioespaciais; contudo, historicamente, essas representações cartográficas foram frequentemente mobilizadas sem problematização crítica de seus contextos de produção. Richter (2017) ressalta que o mapa deve ser compreendido como linguagem no ensino de Geografia e não apenas como recurso técnico, uma vez que

sua leitura e produção influenciam diretamente a construção do pensamento espacial e do raciocínio geográfico.

De forma complementar, Almeida e Almeida (2014) defendem que a cartografia escolar precisa ser compreendida como campo interdisciplinar que articula Geografia, Educação e linguagem cartográfica, superando práticas pedagógicas centradas apenas na memorização de localizações ou na reprodução mecânica de mapas. As autoras ressaltam que os mapas envolvem escolhas metodológicas, culturais e políticas, exigindo do professor uma leitura crítica sobre seus usos e intencionalidades.

Quando essa discussão é deslocada para o ensino de Geografia da África, torna-se ainda mais necessária uma problematização das representações cartográficas que historicamente difundiram imagens homogêneas do continente africano, reproduzindo regionalizações rígidas, centralidades eurocêntricas e silenciamentos sobre sua diversidade territorial, histórica e cultural. Nessa direção, a linguagem cartográfica crítica assume potencial pedagógico ao possibilitar que estudantes questionem representações cristalizadas sobre o continente africano e construam leituras espaciais mais plurais, historicamente situadas e comprometidas com uma educação geográfica antirracista.

Diante das problemáticas evidenciadas ao longo da discussão, o quadro 1 sintetiza os principais entraves epistemológicos, curriculares e metodológicos presentes no ensino de Geografia da África, bem como possíveis caminhos para a construção de abordagens pedagógicas críticas e antirracistas.

Quadro 1 – Desafios estruturantes no ensino de Geografia da África

Dimensão central	**Problema identificado**	**Referenciais teóricos**	**Implicações para o ensino**
Currículo e colonialidade do conhecimento	A África permanece marginalizada nos currículos escolares, concentrada em conteúdos pontuais e frequentemente abordada sob perspectivas eurocentradas.	Gomes (2012); Santos (2009); Silva e Bispo (2022)	Necessidade de reposicionar a África como conteúdo estruturante da formação geográfica escolar.
Representações e imaginários sobre a África	Livros didáticos e práticas escolares ainda reforçam imagens associadas à pobreza, conflitos e homogeneização territorial do continente.	Ratts (2018)	Construção de leituras que evidenciem diversidade territorial, histórica e cultural africana.
Linguagem cartográfica e poder	Mapas aparecem apenas como instrumentos de localização, sem problematização das relações de poder presentes nas representações espaciais.	Crampton e Krygier (2006); Richter (2017); Almeida e Almeida (2014)	Utilização crítica da cartografia como linguagem de interpretação espacial.
Pensamento geográfico e formação crítica	O ensino frequentemente privilegia memorização de conteúdos em detrimento da análise espacial crítica.	Cavalcanti (2019)	Desenvolvimento do raciocínio geográfico articulando território, paisagem, escala, redes e relações África-Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A síntese apresentada no quadro 1 assevera que os desafios relacionados ao ensino de Geografia da África não se restringem à ausência de conteúdos nos currículos escolares, mas envolvem dimensões estruturais mais amplas que atravessam a produção do conhecimento geográfico, os materiais didáticos, as formas de representação espacial e os processos formativos docentes. Observa-se que a marginalização da África no currículo está articulada à permanência de epistemologias eurocentradas que historicamente produziram leituras homogêneas sobre o continente, reduzindo sua complexidade territorial, histórica e cultural.

Nesse contexto, a linguagem cartográfica emerge como dimensão estratégica, uma vez que os mapas podem tanto reforçar hierarquias espaciais historicamente construídas quanto possibilitar novas leituras geográficas sobre a África. Tal compreensão aproxima-se das reflexões desenvolvidas na presente pesquisa ao defender que a cartografia, quando mobilizada criticamente, pode contribuir para tensionar representações cristalizadas e ampliar a compreensão dos estudantes sobre as múltiplas territorialidades africanas e suas conexões históricas com o Brasil.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a efetivação da Lei nº 10.639/03 no ensino de Geografia exige deslocamentos que ultrapassam a inclusão pontual de conteúdos sobre o continente africano. Trata-se de repensar os fundamentos epistemológicos que sustentam o currículo, os materiais didáticos e as metodologias de ensino, reconhecendo a África como dimensão constitutiva da formação geográfica escolar.

Nessa direção, a linguagem cartográfica crítica apresenta-se como possibilidade metodológica relevante ao favorecer leituras espaciais mais complexas, problematizar narrativas eurocentradas e contribuir para a construção de

práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais no contexto da Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas demonstram que a implementação da Lei nº 10.639/03 no ensino de Geografia ainda enfrenta limites relacionados à fragmentação curricular, às representações estereotipadas sobre o continente africano e ao uso acrítico da cartografia escolar. Nesse contexto, defende-se que a linguagem cartográfica crítica pode contribuir para tensionar narrativas eurocentradas e ampliar a compreensão da África a partir de sua diversidade territorial, histórica e cultural.

Ao compreender os mapas como linguagem e como expressão de relações de poder, o ensino de Geografia pode avançar na construção de práticas pedagógicas antirracistas mais coerentes com os princípios da Educação para as Relações Étnico-Raciais e com os pressupostos de uma educação geográfica decolonial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de; ALMEIDA, Regina Araujo de. Fundamentos e perspectivas da cartografia escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 885-897, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro

de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 29 mar. 2026.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia**: ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. An Introduction to Critical Cartography. **ACME**: An International Journal for Critical Geographies, v. 4, n. 1, p. 11-33, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

MENDES, Raquel Almeida.; RATTS, Alex. Vozes africanas e afro-diaspóricas no ensino de Geografia da África. *In:* FÓRUM NACIONAL NEPEG DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA, 10., 2020, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: UFG, 2020. v. 4. p. 238-249.

RATTS, Alex. A perspectiva do mundo negro: notas para o ensino de Geografia da África no Brasil. *In:* COSTA, Carmem Lúcia (org.). **Gênero e diversidade na escola**: espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia: UFG, 2018.

RICHTER, Denis. A linguagem cartográfica no ensino de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [*S. l.*], v. 7, n. 13, p. 277-300, 2017. Disponível em: https://

www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/511 . Acesso em: 3 jul. 2024.

SANTOS, Rogério Eduardo dos; OLIVEIRA, D. A. de. **Precisamos reler África?** Texto elaborado para o projeto "A cor da cultura", do Canal Futura. Rio de Janeiro, [*s.n.*], 2013.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Rediscutindo o ensino de Geografia**: temas da Lei 10.639. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Matheus Henrique Pereira da Silva; BISPO, Marciléia Oliveira. Explorando a geografia da África na sala de aula: uma análise da BNCC como referência curricular. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 111, p. 186–201, 2023. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3078. Acesso em: 1 nov. 2024.

AS MARCAS DO PASSADO: A HISTÓRIA DE PORANGATU REVELADA NA SUA TOPONÍMIA

Maria Juliana de Freitas Almeida
Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG).
Docente adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG).
Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEHIS/UEG).
Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Porangatu, atualmente desenvolvendo Assessoria Pedagógica em História.
E-mail: maria.almeida@ueg.br.

Max Lanio Martins Pina
Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG).
Docente adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG).
Membro e pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH/UFPR), Grupo de Pesquisa e Estudos em Aprendizagem Histórica (APRENDHIS/UFG), do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEHIS/UEG) e Grupo de Trabalho em Ensino de História & Educação (GTEHE/ANPUH-GO).
E-mail: max.pina@ueg.br.

Resumo:
O estudo analisa a trajetória toponímica de Porangatu, Goiás, investigando as relações entre memória coletiva, identidade e poder. A pesquisa examina a mudança de denominação de Descoberto de Nossa Senhora da Piedade para Porangatu, em 1943, as transformações decorrentes da implantação da BR-153 e as disputas em torno do patrimônio cultural. De abordagem qualitativa e interpretativa, fundamenta-se na análise de documentos históricos, relatos de viajantes, legislação patrimonial, estudos acadêmicos e narrativas orais. Os resultados evidenciam que a mudança do nome da cidade representou uma ruptura simbólica com o passado colonial, enquanto narrativas hegemônicas silenciaram aspectos da

presença indígena e do trabalho escravizado. Identificam-se, ainda, fragilidades nas políticas de preservação patrimonial e a resistência das memórias populares. Conclui-se que a toponímia constitui uma fonte relevante para compreender as disputas pela memória e pela identidade, reforçando a importância da valorização das narrativas plurais e da preservação do patrimônio cultural local.

Palavras-chave: História local; toponímia; memória coletiva; identidade; patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

A toponímia, entendida como o conjunto dos nomes de lugares e os processos históricos, culturais e linguísticos que lhes conferem existência, constitui uma das mais ricas fontes para a compreensão da identidade e da memória coletiva de uma comunidade. Longe de serem escolhas aleatórias, os topônimos funcionam como camadas sedimentadas de tempo, condensando experiências, disputas, projetos políticos e representações simbólicas que atravessam gerações. Nesse sentido, a trajetória toponímica de Porangatu, cidade situada no norte do Estado de Goiás, oferece um caminho privilegiado para a leitura dos processos históricos, sociais e culturais que moldaram sua identidade.

A cidade emergiu de um pequeno arraial aurífero colonial denominado Descoberto de Nossa Senhora da Piedade, que ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX passou por sucessivas reconfigurações, econômicas, políticas, espaciais e, sobretudo, nominais. A mudança oficial de denominação, ocorrida em 31 de dezembro de 1943, quando o distrito de Descoberto passou a chamar-se Porangatu, representa o momento mais eloquente desse processo: um ato performativo de ruptura

com o passado colonial e de projeção de uma nova imagem urbana. Não se trata de simples alteração administrativa, mas de um gesto de invenção identitária que inscreve, no próprio nome da cidade, o horizonte de expectativas de uma modernidade ainda por construir.

A presente comunicação, parte desse fenômeno para analisar mais amplamente os mecanismos históricos, sociais e culturais pelos quais a memória coletiva de Porangatu foi construída, desconstruída e reconstruída ao longo de gerações, utilizando a toponímia como fio condutor analítico. A história local, nessa perspectiva, é compreendida não como repositório estático de verdades, mas como campo dinâmico de interpretações, disputas e silenciamentos.

OBJETIVO

O objetivo central do trabalho é analisar os mecanismos históricos, sociais e culturais por meio dos quais a identidade de Porangatu foi construída ao longo do tempo, com ênfase na dimensão toponímica como vetor privilegiado de produção de sentido identitário e mnemônico. A pesquisa propõe-se a examinar: (a) as narrativas produzidas por diferentes agentes históricos, viajantes, autoridades coloniais e imperiais, memorialistas e acadêmicos, sobre a origem e o desenvolvimento do antigo arraial do Descoberto; (b) os impactos da emancipação política e da modernização infraestrutural, em especial a implantação da rodovia BR-153, na reconfiguração do espaço urbano e da memória coletiva; e (c) a constituição e as disputas em torno do patrimônio cultural material e imaterial da cidade.

Subjacente a esses eixos, a hipótese central postula que a história de Porangatu se configura como um campo de batalha mnemônico, no qual diferentes grupos sociais

disputam o direito de definir o que deve ser lembrado e como o passado deve ser mobilizado para dar sentido ao presente. A mudança toponímica de Descoberto para Porangatu é tratada como síntese exemplar dessas disputas: um ato de poder que simultaneamente apaga e ressignifica, projeta e oculta.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é de natureza qualitativa e interpretativa. A pesquisa fundamenta-se na análise crítica de fontes primárias e secundárias de natureza diversificada, privilegiando: relatos de viajantes do século XIX, como as descrições de Raymundo José da Cunha Mattos (1874) e do conde Francis de Castelnau (1844/2000); documentos administrativos coloniais e imperiais, entre os quais a Relação da População da Província de Goiás (1823–1824), atualmente integrada ao acervo do Arquivo Histórico Estadual de Goiás (AHE-GO); leis municipais de tombamento patrimonial, notadamente a Lei n.º 590/84 e o Plano Diretor Sustentável (Lei n.º 2.292/2007); além de trabalhos acadêmicos e memorialísticos produzidos sobre a região.

A análise é conduzida mediante três eixos temáticos interligados: a construção das narrativas históricas sobre a origem do povoado; os impactos da modernização infraestrutural na memória coletiva; e as disputas em torno do patrimônio cultural. O tratamento das fontes é orientado pela noção de lugar de fala, pela crítica ao eurocentrismo dos relatos viajantes e pela atenção às memórias subalternas frequentemente silenciadas pelas narrativas oficiais. A toponímia, tratada como fonte histórica, é articulada com a análise de lendas, práticas culturais e políticas patrimoniais, compondo um quadro interpretativo que articula micro e macro escalas históricas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico-conceitual do trabalho mobiliza autores de diferentes tradições disciplinares. Da filosofia da história, recorre-se a Reinhart Koselleck (2006) para a compreensão de que todo relato histórico é forjado na intersecção entre espaço de experiência e horizonte de expectativas, categorias que permitem analisar como os topônimos encapsulam tanto memórias acumuladas quanto projeções de futuro.

Da sociologia da memória, Maurice Halbwachs (1990) e Michael Pollak (1989) fornecem os conceitos de memória coletiva e de enquadramento da memória, fundamentais para compreender como determinados grupos sociais impõem versões hegemônicas do passado, silenciando memórias subalternas. Pollak, em especial, permite analisar o monopólio de memória exercido pelas elites locais na construção da narrativa histórica de Porangatu. Pierre Nora (1993) contribui com a noção de lugares de memória, aplicada à análise do patrimônio material e imaterial da cidade.

Para a compreensão do patrimônio como processo e campo de disputas, o trabalho recorre a Márcia Gonçalves (2007), Márcia Chuva (2009) e Izabela Tamaso (2005). Chuva problematiza a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, argumentando que se trata de dimensões intrínsecas da cultura. Tamaso alerta para os riscos éticos do processo de patrimonialização, que pode gerar hierarquizações culturais e fossilização de práticas vivas.

Eric Hobsbawm (1997) fornece a noção de invenção das tradições, aplicada criticamente às lendas orais que explicam a origem do nome Porangatu, em especial a lenda de Angatu, compreendida como narrativa fundadora que substitui a complexidade histórica por uma alegoria romântica de enraizamento telúrico. François Hartog (2006) contribui

com o conceito de presentismo, regime de historicidade contemporâneo no qual o passado é mobilizado como recurso simbólico para legitimar identidades no presente. Por fim, Gayatri Spivak (2010) fundamenta a crítica ao lugar de fala dos viajantes europeus, cujos olhares eurocêntricos sobre o Sertão goiano revelam mais seus horizontes culturais de origem do que a realidade local que pretendiam descrever.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa organizam-se em torno dos três eixos analíticos propostos, com a dimensão toponímica funcionando como elemento articulador.

No primeiro eixo, a análise das narrativas históricas sobre a origem do arraial revela que o topônimo Descoberto não constitui acidente linguístico, mas registro preciso da lógica fundadora do povoamento: a exploração aurífera. A denominação completa, Descoberto de Nossa Senhora da Piedade, condensa, em sua estrutura, duas ordens de sentido: a atividade mineradora, expressa no termo Descoberto, e o calendário litúrgico católico, que situa a fundação em data próxima ao dia 15 de setembro, consagrado à padroeira. Os dados demográficos extraídos da Relação da População de 1823-1824, que registram 174 habitantes, com apenas 18% de escravizados distribuídos entre nove proprietários, confirmam o caráter periférico e economicamente modesto do arraial, em flagrante contraste com as narrativas de prosperidade construídas por autoridades provinciais como Cunha Mattos. Essa disjunção revela como os topônimos e as narrativas sobre eles produzidas são instrumentos de poder: Cunha Mattos mobilizava o discurso da decadência estrategicamente para reivindicar investimentos da Coroa, enquanto o topônimo

Descoberto fixava, na memória coletiva, a primazia da exploração mineral.

A presença dos Avá-Canoeiro e sua resistência ao avanço colonizador constituem o elemento mais sistematicamente silenciado nas narrativas oficiais e memorialísticas. O relato de Castelnau (1844/2000) registra ruínas de fazendas carbonizadas e esqueletos mutilados como evidências da agência histórica dos povos originários, mas interpreta esses dados sob a lente da barbárie, negando humanidade às populações indígenas. A perspectiva teórica de Spivak permite inverter esse olhar e compreender a resistência Avá-Canoeiro como ação política dotada de racionalidade própria, inscrita em um território cujo nome colonial, Descoberto, já operava um apagamento simbólico da presença indígena pré-colonial.

No segundo eixo, a mudança toponímica de Descoberto para Porangatu, ocorrida em 31 de dezembro de 1943, emerge como ato central de invenção identitária. A etimologia do novo nome permanece disputada: traduzido como bela paisagem por Soares (2002) e contestado por pesquisadores como Paulo Bertran, o vocábulo de sonoridade indígena foi estrategicamente adotado para projetar uma imagem renovada da cidade, alinhada aos ideais desenvolvimentistas da Era Vargas. Ao suprimir o topônimo Descoberto, evocador de precariedade, mineração efêmera e marginalidade geográfica, o novo nome operou uma ruptura simbólica com o passado colonial, ao mesmo tempo que mobilizava um indigenismo romantizado para conferir enraizamento telúrico e promessa de progresso. A emancipação política municipal, alcançada em 25 de agosto de 1948, consolidou institucionalmente essa reconfiguração identitária.

A implantação da rodovia BR-153 na década de 1950 aprofundou o deslocamento espacial e mnemônico iniciado pela mudança de nome. O crescimento populacional urbano de 315% entre 1950 e 1960 (Pacheco, 2002) deslocou o centro

dinâmico da cidade do antigo núcleo histórico, centrado na Praça da Matriz e na área do Descoberto, para o novo eixo da rodovia. A chamada Federal (hoje Avenida Adelino Américo de Azevedo) tornou-se o novo vetor de desenvolvimento, produzindo uma dicotomia simbólica persistente entre o velho, histórico, mas ameaçado pelo abandono, e o novo, moderno e dinâmico, mas desprovido de profundidade histórica.

No terceiro eixo, a análise do patrimônio revela a fragilidade das políticas de preservação e a persistência das disputas mnemônicas. O Sítio Histórico do Descoberto, tombado pela Lei Municipal n.º 590/84, nunca teve sua legislação adequadamente regulamentada, resultando na progressiva descaracterização de edificações que combinavam arquitetura vernacular colonial e Art Déco. A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, principal bem tombado, carrega em sua materialidade a memória das disputas entre potentados locais que determinaram sua orientação arquitetônica incomum, com a fachada voltada para o poente, e as assimetrias estruturais decorrentes dessas rivalidades. O Casarão, que abrigou o Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura, e o Poço do Milagre, espaço de sociabilidade cuja designação condensa duas versões populares alternativas de origem, ilustram como o patrimônio imaterial se ancora em nomes e narrativas que disputam o direito de explicar o lugar.

As lendas orais constituem o campo mais revelador da dimensão toponímica da memória local. A lenda de Angatu, narrativa de um romance trágico entre uma mulher indígena e um bandeirante, que explicaria a origem do nome Porangatu, é identificada como invenção da tradição (Hobsbawm, 1997): uma alegoria fundadora que substitui a complexidade histórica por uma narrativa romantizada, operando como mito de origem que vincula o presente urbano a um passado indígena idealizado. Em contraposição, as histórias orais sobre Nego

Dunga, o homem escravizado que teria descoberto o veio aurífero, e o mítico Veieiro de Ouro constituem memórias populares que resistem à versão oficial, mantendo viva a figura do escravizado como agente histórico e a concepção de um território encantado. Essas narrativas, transmitidas oralmente por gerações, são o contraponto polifônico necessário às fontes escritas e aos monumentos institucionalizados.

CONCLUSÃO

A análise da trajetória toponímica de Porangatu (Descoberto de Nossa Senhora da Piedade a Porangatu) demonstra que os nomes dos lugares não são registros neutros da realidade geográfica, mas instrumentos ativos de construção da memória coletiva, da identidade e das relações de poder. Cada topônimo condensa disputas, projetos políticos e escolhas sobre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. A passagem do nome Descoberto para Porangatu sintetiza, com particular eloquência, o processo mais amplo de construção e desconstrução da memória local: um ato performativo que apagou a memória da exploração colonial e do trabalho escravizado, substituindo-a por uma imagem indigenista romantizada, funcionalmente alinhada aos projetos modernizadores do Estado Novo.

Conclui-se, ademais, que a memória coletiva de Porangatu é continuamente construída, desconstruída e negociada por agentes sociais com capitais simbólicos, econômicos e políticos distintos. O patrimônio material e imaterial da cidade configura-se como campo de batalha mnemônico, no qual a fragilidade das políticas de preservação, expressa na não regulamentação da lei de tombamento de 1984, contrasta com a vitalidade das memórias populares transmitidas oralmente. As lendas, as festas, as histórias sobre

o Poço do Milagre e sobre Nego Dunga garantem a pluralidade polifônica e a dinâmica da memória, resistindo à cristalização imposta pelas narrativas hegemônicas.

REFERÊNCIAS

CASTELNAU, Francisco de La Porte. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **História local:** o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: Ensino de história: assuntos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 175-185.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. *In:* HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 219-270.

KOSELLECK, Reinhart. **O futuro do passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Goyaz. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**, v. 37, Parte Primeira, 1874.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PACHECO, Felippe Jorge Kopanakis. **Porã-Katu – Goyáz**: regime regional e desenvolvimento local. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

PELEGRINI, Sandra. Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, v. 25, n. 48, p. 87-115, 2018.

PINA, Max Lanio Martins; CAMPOS, Yussef Salomão de. O Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura (Porangatu-GO) e as reivindicações pelo patrimônio cultural. R**evista Territórios e Fronteiras**, v. 2, p. 302-321, 2021.
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativeiro. **Anuário Antropológico**, v. 38, n. 1, p. 83-137, 2013.

SILVA, Luana Carla de Souza. **A história de um lugar**: o núcleo fundamental de Porangatu (GO). 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

SOARES, Walquíria dos Santos. **Configuração sócio espacial de Porangatu/GO**. 2002. 267 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010 [1985].

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre objetos velhos, outros desafios. **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 13-36, jul./dez. 2005.

ENTRE O LEMBRAR E O ENSINAR: RELAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO BÁSICA E O MUSEU ÂNGELO ROSA DE MOURA – ANEXO ARQUEOLÓGICO JAGUATIRICA EM PORANGATU-GO

Kayo Damião Leles Ribeiro
Acadêmico na Universidade Estadual de Goiás (UEG)
E-mail: kayoleles@gmail.com

Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Prof. Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Doutor em História do Brasil (UFPI)
E-mail: marcus_pierre@ueg.br

Resumo:
Este trabalho analisa as relações entre a educação básica e os espaços de memória local no município de Porangatu-GO, com foco no Museu Ângelo Rosa de Moura-Anexo Arqueológico Jaguatirica. A pesquisa busca compreender em que medida o ensino de História se articula com esses espaços e como os alunos percebem a relação entre o conteúdo escolar e sua realidade social. A metodologia adotada é qualitativa, com aplicação de questionários a alunos do ensino médio e professores da disciplina de História em escolas públicas e privadas. Os dados evidenciam que embora parte dos estudantes afirmem conseguir relacionar o ensino de História com sua vida, suas respostas apresentam limitações argumentativas, indicando fragilidades na construção da consciência histórica. Por outro lado, todos reconhecem a importância do museu como recurso para aprendizagem, apesar do acesso restrito e das limitações do acervo. As respostas dos professores apontam dificuldades como falta de materiais didáticos, ausência de representatividade no acervo e pouca articulação

entre escola e espaços de memória. Conclui-se que, embora haja reconhecimento da importância desses espaços, ainda persistem desafios estruturais e pedagógicos que dificultam uma integração efetiva entre ensino, memória e realidade local.

Palavras-chave: ensino de história; memória; educação básica; museu; história local

INTRODUÇÃO

O ensino de História na Educação Básica desempenha um papel fundamental na formação da consciência histórica dos estudantes, permitindo a compreensão das relações entre passado, presente e realidade social. Nesse contexto, a História Local surge como um elemento importante para aproximar o conteúdo escolar da realidade vivida dos alunos. No entanto, observa-se um distanciamento entre o ensino de História e os lugares de memória (Nora, 1993), como museus, especialmente ao considerarmos o caso de Porangatu, cidade localizada no norte de Goiás.

Deste modo, este trabalho teve por objetivo analisar as relações entre a Educação Básica e o Museu Ângelo Rosa de Moura-Anexo Arqueológico Jaguatirica, no município de Porangatu (GO). Buscou-se compreender como esses espaços são percebidos por alunos e professores e em que medida contribuem para o ensino de História. A pesquisa fundamenta-se em autores como Maurice Halbwachs, Jörn Rüsen e Circe Bittencourt, que discutem memória, aprendizagem histórica e práticas pedagógicas. A metodologia utilizada é qualitativa, com aplicação de questionários a estudantes e professores da Educação Básica, buscando identificar percepções,

dificuldades e possibilidades na articulação entre ensino de História e lugares de memória.

DESENVOLVIMENTO

A análise dos dados evidencia um contexto marcado por tensões entre reconhecimento e limitação no que se refere ao ensino de História e sua articulação com a realidade local. Embora a maioria dos estudantes afirme conseguir relacionar o conteúdo histórico com sua vida, sua família ou sua cidade, a análise qualitativa das respostas revela dificuldades significativas na elaboração dessas relações. Em muitos casos as respostas se apresentam de forma vaga, genérica ou pouco desenvolvida, o que indica fragilidades na construção da consciência histórica, entendida como a capacidade de atribuir sentido ao passado em diálogo com o presente. Nesse sentido, a discussão sobre a história local no ensino de História torna-se fundamental.

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência — escola, casa, comunidade, trabalho e lazer —, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. A história local geralmente se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado (Bittencourt, 2008, p. 168).

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a história local possui um papel essencial na aproximação entre o conteúdo escolar e a realidade dos alunos. Esse dado sugere que o ensino de História, ainda que alcance os alunos, não

tem se consolidado plenamente como experiência formativa significativa. A dificuldade em explicitar essa relação aponta para práticas pedagógicas que, permanecem centradas na transmissão de conteúdos, sem promover de forma efetiva a problematização e a contextualização do conhecimento histórico na realidade vivida pelos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se às diferenças observadas entre alunos de instituições públicas e privadas. As respostas dos estudantes da rede privada apresentam maior nível de elaboração, especialmente nas questões que exigem interpretação e argumentação. Esse dado pode estar relacionado a condições pedagógicas diferenciadas, como maior estímulo a escrita, práticas avaliativas mais exigentes ou maior acesso a recursos didáticos. Ainda que não se trate de uma generalização, esse contraste revela desigualdades no processo de formação histórica dos estudantes, impactando diretamente na forma como constroem e expressam seu entendimento sobre o passado.

No que se refere ao museu, os dados indicam que os alunos entendem a sua importância como espaço de aprendizagem. A totalidade dos participantes reconhece que a visita ao museu contribuiria para a compreensão da história local, apresentando justificativas mais elaboradas nessa questão específica. Entendemos, assim, que se estabelece uma relação entre os estudantes e a memória ali produzida, sendo fulcral a compreensão desta enquanto um processo coletivo e social, necessário para se entender o modo como os sujeitos (re) figuram seu passado, bem como de sua comunidade a partir de uma relação dialógica. Desta forma,

> [...] não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito

> como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (Halbwachs, 1990, p. 34).

Assim entende-se que a construção do conhecimento histórico depende diretamente das relações sociais e do contexto em que o indivíduo está inserido. No entanto, os dados da pesquisa indicam que essa articulação entre experiência social e aprendizagem histórica ainda ocorre de forma limitada no contexto escolar analisado. Esse resultado é significativo, pois demonstra que, mesmo diante de um ensino que nem sempre consegue estabelecer conexões consistentes, os estudantes percebem o valor da experiência concreta e sensível proporcionada pelos lugares de memória.

Entretanto, essa valorização não se traduz em prática efetiva. O acesso restrito ao museu, aliado às suas limitações estruturais e expositivas, compromete sua inserção no cotidiano escolar. As respostas dos professores reforçam esse diagnóstico ao apontarem dificuldades como a ausência de materiais didáticos atualizados, limitações no acervo e dificuldades nas logísticas para a realização de visitas. Somando a isso a percepção de baixa valorização institucional e a ausência de políticas públicas consistentes voltadas à preservação e dinamização do espaço.

As críticas direcionadas ao museu revelam ainda uma questão central: a fragilidade na representatividade da memória local. A ausência de objetos, registros e narrativas que discuta de forma mais ampla a diversidade social do município limita a identificação dos alunos com o acervo, dificultando o reconhecimento de si mesmos enquanto agentes históricos. A predominância de elementos arqueológicos, como urnas funerárias indígenas, embora relevantes, não dão conta de envolver a complexidade da história social contemporânea da

cidade, evidenciando lacunas na construção de uma memória institucional.

Legitima-se, então, a partir das peças expostas no acervo até o presente momento, a produção de uma memória oficial que permanece construindo uma narrativa do "processo civilizatório" à medida que se cristaliza as pluralidades e identidades (Hall, 2006) indígenas em artefatos arqueológicos do período colonial enquanto destaca-se elementos que remetem a fundação da cidade de Porangatu, a exemplo de documentos e artefatos relacionados ao primeiro prefeito (Bittencourt, 2013).

Além disso, os professores apontam a necessidade de modernização das práticas expositivas, com a incorporação de recursos interativos e digitais que dialoguem com as linguagens das novas gerações. Essa demanda evidencia que a relação entre jovens e os lugares de memória passa também pela forma como o conhecimento é apresentado, exigindo estratégias que tornem a experiência mais significativa e participativa.

Diante desse conjunto de elementos, observa-se que a relação entre ensino de História, lugares de memória e realidade social ainda se constrói de forma fragmentada. Há reconhecimento da importância desses elementos, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, mas persistem com as limitações estruturais, pedagógicas e institucionais que dificultam sua articulação. O museu, nesse contexto, existe mais como possibilidade do que como prática efetiva, e o ensino de História, por sua vez ainda enfrenta desafios para se consolidar como instrumento de compreensão crítica da realidade local.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. *In:* PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história. Brasília: UnB, 2001.

ENTRE MEMÓRIA, AFETO E PATRIMÔNIO: O SENTIDO NA ESCOLHA PELA DOCÊNCIA EM HISTÓRIA

Max Lanio Martins Pina
Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG).
Docente adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG).
Membro e pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH/UFPR), Grupo de Pesquisa e Estudos em Aprendizagem Histórica (APRENDHIS/UFG), do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEHIS/UEG) e Grupo de Trabalho em Ensino de História & Educação (GTEHE/ANPUH-GO).
E-mail: max.pina@ueg.br.

Resumo:
O estudo analisa os sentidos atribuídos à escolha pela docência em História por estudantes da Licenciatura em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Norte, Unidade Universitária de Porangatu. A investigação fundamenta-se na abordagem da ego-história e na Didática da História, especialmente nas contribuições de Jörn Rüsen. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de orientação hermenêutica, que utiliza a Grounded Theory para analisar seis narrativas autobiográficas. Os resultados permitiram identificar quatro categorias de sentido: atuação de professores de História, condições econômicas e histórias familiares, patrimônio histórico e monumental e patrimônio histórico e cultural. Evidenciou-se que a escolha profissional resulta da articulação entre experiências escolares, vínculos afetivos, condições materiais, memórias familiares e relações com o patrimônio local. Conclui-se que as narrativas autobiográficas constituem um recurso didático-pedagógico relevante para a formação inicial docente, favorecendo a

reflexão sobre trajetórias pessoais, identidade profissional e construção de sentidos para o ensino de História.

Palavras-chave: Didática da História; narrativas autobiográficas; formação docente; memória; patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

O texto resulta de experiência docente na disciplina "Didática e Metodologia do Ensino de História III", na Licenciatura em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Norte (Porangatu), no segundo semestre de 2023. A atividade central consistiu na leitura, análise e exposição oral de duas obras organizadas por Brito, Aguiar e Serpa (Editora Cabana, 2023), que exploram narrativas autobiográficas associadas a histórias, memórias e espaços formativos docentes nas Humanidades. Nessas obras, o tratamento da trajetória docente pressupõe o enfrentamento ativo de lembranças e a construção subjetiva e intencional de uma narrativa que confira sentido ao percurso formativo.

A partir dessa experiência, o estudo analisa seis narrativas autobiográficas produzidas por estudantes do oitavo período do curso, que articulam experiências pessoais à opção pela Licenciatura em História, problematizando as relações entre identidades discentes e formação docente.

OBJETIVO

O objetivo geral da investigação é analisar os sentidos atribuídos por estudantes universitários do curso de Licenciatura em História da UEG Porangatu à escolha por essa formação acadêmica e profissional, a partir da produção

de narrativas autobiográficas orientadas pela abordagem da ego-história. De modo específico, busca-se: (a) identificar as categorias de sentido que emergem dos relatos autobiográficos dos/as discentes; (b) compreender as conexões entre trajetórias pessoais, escolares e familiares e a opção pela docência em História; (c) e refletir sobre o potencial didático-pedagógico das escritas de si como instrumento de formação inicial de professores/as de História.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa e hermenêutica, fundamentada na teoria fundamentada em dados (*Grounded Theory*) como base analítica para o tratamento do corpus empírico. Essa opção metodológica justifica-se pela necessidade de construir categorias interpretativas a partir do próprio material, sem imposição prévia de classificações externas ao texto dos sujeitos investigados.

A análise das narrativas foi conduzida por categorias emergentes do material empírico, com vistas a revelar a densidade dos sentidos e a complexidade das relações entre biografia, formação e escolha profissional. O procedimento analítico não se confunde com classificação estanque, configurando prática hermenêutica que busca inteligibilidade nas conexões entre trajetórias pregressas, experiências acadêmicas e projeções de futuro.

REFERENCIAL TEÓRICO

A categoria sentido, central na Didática da História de inspiração alemã, fundamenta-se em Rüsen (2001, 2015), para quem o sentido orienta a relação do sujeito consigo e com o mundo. Na dimensão da formação (*Bildung*), Rüsen

(2012) propõe quatro formas de sentido histórico, tradicional, exemplar, crítica e genética, sendo a forma genética a mais adequada à modernidade por propiciar abordagem reflexiva e dialógica fundada na dignidade humana. A narrativa ocupa lugar central na teoria rüseniana: conecta fatos do passado em trama significativa que orienta identidade e ação no presente e projeta perspectivas para o futuro.

Para Cunha (2018, 2019), a narrativa autobiográfica permite ao sujeito construir e reconstruir o sentido de sua existência a partir das experiências, estimulando reflexão sobre trajetórias pessoais e sociais e competências de escrita, análise e argumentação. A ego-história, proposta por Nora (1989), explora a relação entre História e memória pessoal de historiadores/as, situando-se na fronteira entre História e Literatura e impondo postura crítica diante da própria subjetividade. A memória, em Le Goff (2013), é compreendida como construção social que envolve seleção, interpretação e esquecimento; a História configura, nessa perspectiva, uma memória crítica que reconstrói o passado a partir de fontes e problematiza suas formas de transmissão.

RESULTADOS

A análise das seis narrativas autobiográficas permitiu identificar quatro categorias de sentido que fundamentam a escolha pela Licenciatura em História, apresentadas a seguir.

A primeira categoria, denominada *"Na atuação do/a professor/a de História"*, é a mais recorrente, presente nas narrativas dos Estudantes 1, 3 e 5. Os relatos autobiográficos evidenciam que professores/as do Ensino Fundamental e Médio exerceram papel decisivo na construção do olhar crítico e afetivo dos/as discentes. O Estudante 1 destaca que a ausência de atenção individualizada por parte de um docente excêntrico

funcionou paradoxalmente como modelo negativo, revelando que o reconhecimento do sujeito é condição estruturante do processo de ensino-aprendizagem. A Estudante 3 enfatiza o afeto pedagógico e a criação de um ambiente emocionalmente seguro, associados ao encantamento com a docência. A Estudante 5, por sua vez, explicita a dissociação entre paixão inicial e decisão profissional, evidenciando que o engajamento com o curso resultou do cruzamento entre inspiração docente e trabalho sistemático ao longo da formação.

A segunda categoria, "*Na condição econômica e nas histórias de família*", emerge da narrativa da Estudante 2. A escolha pela Licenciatura em História articula condicionantes econômicos com disposições afetivas e culturais: a viabilidade financeira do curso concorreu com a familiaridade com narrativas orais familiares, associadas a memórias locais sobre gado nativo, cerâmica e contos indígenas da região de Amaro Leite. A História surge, nessa narrativa, como horizonte de inteligibilidade da experiência vivida, transformando memórias familiares e locais em objeto de reflexão acadêmica e projeto profissional.

A terceira categoria, "*No patrimônio histórico/monumental*", fundamenta a escolha da Estudante 4. As visitações ao sítio histórico de Porangatu, marcadas pelo contato com o estado de conservação precária e as intervenções urbanas depredatórias sobre o patrimônio edificado, acionaram memórias ancestrais e sensibilizaram para a necessidade de preservação. A licenciatura é concebida como meio de intervenção educativa voltada à transmissão de valores ligados ao passado e à mediação entre o patrimônio e as novas gerações, promovendo consciência histórica orientada ao cuidado com os suportes da memória social.

A quarta categoria, "*No patrimônio histórico/cultural*", é expressa na narrativa da Estudante 6, que articula experiências em projetos sociais durante a infância à formação de

identidade marcada pela valorização da memória coletiva. A integração com tradições e culturas locais fundamenta uma escolha orientada não somente ao ensino, mas à preservação de um patrimônio imaterial compartilhado pela comunidade. Evidencia-se a perspectiva comunitária da prática histórica, na qual o/a futuro/a docente projeta-se como mediador/a de heranças culturais.

As quatro categorias convergem para a compreensão de que a escolha pela Licenciatura em História emerge da interseção entre mediações escolares, condições materiais e vínculos com patrimônios monumentais e culturais. Os relatos autobiográficos revelam ainda a presença de utopias e aspirações que transcendem a escolha imediata: um anseio pela preservação patrimonial como compromisso ético e político, e a autodescoberta vinculada à futura identidade profissional de professor/a-historiador/a. Tais dimensões apontam para um horizonte formativo onde o ensino de História se consolida como espaço de transformação, diálogo e construção de sentidos partilhados.

CONCLUSÃO

A análise das seis narrativas autobiográficas evidencia a multiplicidade de fatores que motivam a escolha pela Licenciatura em História, revelando como esses fatores se articulam em processos formativos singulares. Fatores afetivos, como a admiração por professores/as inspiradores/as, somam-se a condicionantes pragmáticos, como limitações econômicas, e a elementos identitários profundamente enraizados, como a memória familiar, a valorização do patrimônio e a vivência comunitária. A decisão pela docência não se limita, portanto, a uma escolha racional isolada, configurando-se como resultado

de um entrelaçamento complexo entre experiências vividas, oportunidades formativas e construções de sentido subjetivo.

No âmbito da formação inicial de professores/as, incorporar práticas de ego-história e autobiografia amplia o repertório de estratégias reflexivas, contribuindo para formar profissionais capazes de conectar suas histórias pessoais às demandas e responsabilidades sociais do ensino de História. Essa abordagem fortalece a percepção de que a docência não é somente transmissão de conteúdos, mas também um ato de construção de significados e de mediação cultural.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a diversidade de contextos e experiências analisadas, a fim de aprofundar a compreensão das relações entre memória, identidade e escolha profissional. Tais investigações poderão subsidiar políticas e práticas formativas mais sensíveis às trajetórias dos/as futuros/as docentes, considerando as dimensões simbólicas, afetivas e materiais que permeiam o processo de tornar-se professor/a de História.

REFERÊNCIAS

BRITO, Anderson Dantas da Silva; AGUIAR, Jucileia Lopes da Silva; SERPA, Maria Augusta da Silva. **Memórias de Ensino**: identificação com o lugar de fala docente. Ananindeua: Cabana, 2023a.

BRITO, Anderson Dantas da Silva; AGUIAR, Jucileia Lopes da Silva; SERPA, Maria Augusta da Silva. **Memórias de Ensino**: experiências com o lugar de fala docente. Ananindeua: Cabana, 2023b.

CUNHA, Jorge Luiz. Educação histórica e narrativas autobiográficas. **Educar em Revista**, v. 35, n. 74, p. 93-108, 2019.

CUNHA, Jorge Luiz. **Pensar, conhecer e realizar**: estratégias de significação de si. [*S.l: s.n.*], 2018.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In:* _____. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.**7. ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

NORA, Pierre. Apresentação. *In:* **_____. Ensaios de Ego-História**. Lisboa: Edições 70, 1989.

NOVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. *In:* _____. (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 15-34.

RUSEN, Jorn. **Aprendizagem histórica**: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

RUSEN, Jorn. **Razão histórica** - teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

RUSEN, Jorn. **Reconstrução do passado** - teoria da história II. Brasília: UnB, 2007.

RUSEN, Jorn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: UFPR, 2015.

O CERRADO BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DOS POVOS INDÍGENAS: TERRITÓRIO, VIDA E SUSTENTABILIDADES OUTRAS

Yara Goncalves Santos Pereira
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
E-mail: yara.pereira@ueg.br

Resumo:
A presente pesquisa compõe uma dissertação em andamento e discute a importância do bioma Cerrado para os povos indígena, destacando sua rica biodiversidade e sociobiodiversidade. O objetivo é levantar, registrar e analisar como os povos indígenas compreendem a situação sociocultural, ambiental e territorial do Cerrado e quais são as proposições para políticas públicas específicas. O Cerrado é fundamental para os povos indígenas, fornecendo alimentos, medicina tradicional, lugar da cultura e identidade. No entanto, esses povos enfrentam desafios significativos, incluindo falta de demarcação de TI, pressão e perda de território, desmatamento e violência. A pesquisa destaca a importância de proteger os direitos dos povos indígenas que vivem no Cerrado. A metodologia é a Investigação Ação Participativa (IAP) e busca destacar a valorização dos saberes locais e comunitários e a descolonização do conhecimento como fatores fundamentais para o fortalecimento das epistemologias indígenas e da autonomia dos povos. Fals Borda, Orlando. (1981; 1987); Brandão, C. R. (1981); Ailton Krenak (2019), entre outros são essenciais para a discussão teórica.

Palavras-chave: cerrado; povos indígenas; território; sustentabilidade; decolonialidade.

INTRODUÇÃO

O Cerrado se estende por mais de 2 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro, correspondendo a aproximadamente 24% do país, sendo reconhecido como o segundo maior bioma da América do Sul. No Brasil, abrange nove estados sendo eles, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e o Distrito Federal, além de áreas em outros estados e países vizinhos.

A escolha do Cerrado como recorte espacial da pesquisa justifica-se pelos dados recentes de desmatamento no bioma, que, em 2023, superou a Amazônia em área desmatada. Além do avanço do agronegócio, outras pressões incidem sobre o território, como mineração, pecuária, empreendimentos energéticos e infraestrutura.

Diante desse cenário, a pesquisa parte da seguinte questão norteadora: como os povos indígenas que habitam o Cerrado compreendem as transformações socioculturais, ambientais e territoriais, e de que forma suas percepções podem contribuir para políticas públicas voltadas à proteção do bioma e ao bem viver?

O objetivo geral consiste em analisar como os povos indígenas compreendem a situação sociocultural, ambiental e territorial do Cerrado. Como objetivos específicos, destacam-se: compreender suas percepções sobre as transformações no território; analisar os desafios enfrentados; e apontar caminhos para a formulação de políticas públicas.

A fundamentação teórica apoia-se em Ab'Sáber (2003), Ribeiro e Walter (2008), Durigan e Ratter (2016), Silva (2011; 2016), além das contribuições de Kopenawa e Albert (2013) e Krenak (2019), que permitem compreender o território como dimensão material, espiritual e política.

A metodologia adotada é a Investigação Ação Participativa (IAP), com base em autores como Fals Borda (1981), Paulo Freire (1987), Brandão (2006) e Thiollent (2011), priorizando a construção coletiva do conhecimento e o protagonismo dos sujeitos da pesquisa.

RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados parciais indicam que, apesar dos avanços do Censo Demográfico IBGE (2022), ainda há significativa ausência de dados sistematizados sobre os povos indígenas no Cerrado. Segundo o Instituto Socioambiental ISA (2022), estima-se a existência de aproximadamente 86 povos distribuídos em cerca de 216 Terras Indígenas, nos estados onde a pesquisa será realizada: Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e o Distrito Federal são diversos povos com contextos geográficos, históricos e territoriais distintos.

Até o momento, foram realizados contatos com 68 lideranças indígenas, dos quais resultaram 16 entrevistas remotas, além de entrevistas presenciais. Destaca-se que um primeiro momento de coleta de dados ocorreu durante o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), na Tenda Multiétnica (2025), possibilitando a realização de entrevistas presenciais com representantes de diferentes povos. As narrativas evidenciam que o território não é compreendido apenas como espaço físico, mas como dimensão de vida, espiritualidade e memória, reforçando a centralidade das territorialidades indígenas.

Em consonância com os princípios da Investigação Ação Participativa, a pesquisa segue em andamento, prevendo a continuidade do trabalho de campo no FICA (2026) e a ampliação gradual do número de entrevistas ao longo do

desenvolvimento da dissertação, estimando-se a realização de 45 a 60 entrevistas, entre modalidades presenciais e remotas.

Nesse contexto, as concepções indígenas apontam para formas outras de sustentabilidade, fundamentadas na coletividade, no respeito à natureza e na continuidade da vida. Essas perspectivas tensionam os modelos hegemônicos de desenvolvimento, baseados na exploração intensiva dos recursos naturais.

CONCLUSÃO

A análise do Cerrado a partir da perspectiva dos povos indígenas evidencia a necessidade de reconhecer e valorizar seus saberes, modos de vida e direitos territoriais. Os resultados parciais da pesquisa demonstram que, além da ausência de dados sistematizados sobre esses povos, há uma persistente invisibilização que compromete a garantia de seus direitos e a proteção de seus territórios.

As narrativas coletadas reforçam que o território não se limita à dimensão física, constituindo-se como espaço de vida, memória, espiritualidade e continuidade coletiva. Nesse sentido, os povos indígenas não apenas resistem às pressões externas, mas constroem, cotidianamente, formas outras de existir e de se relacionar com a natureza, fundamentadas na ancestralidade e no bem viver.

A adoção da Investigação Ação Participativa possibilita reconhecer esses sujeitos como protagonistas na produção do conhecimento, contribuindo para o fortalecimento de suas epistemologias e para a construção de caminhos mais plurais no campo científico.

Assim, o Cerrado configura-se como território de sociobiodiversidade e de múltiplas territorialidades, cuja preservação está diretamente vinculada ao fortalecimento

das comunidades que historicamente o habitam. Torna-se, portanto, fundamental avançar na formulação de políticas públicas que incorporem efetivamente as vozes indígenas, promovendo justiça territorial, reconhecimento e a continuidade da vida em suas diversas formas.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DURIGAN, Giselda; RATTER, James. The need for a consistent fire policy for Cerrado conservation. **Journal of Applied Ecology**, Londres, v. 53, n. 1, p. 11-15, 2016.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In:* BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprim**ido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**: população indígena. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terras indígenas no Cerrado**. São Paulo: ISA, 2022. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br. Acesso em: 14 jul. 2025.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 147-155, jul. 2005.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. Companhia das Letras, 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MICHEL, Thiollent. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. *In:* SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semiramis Pedrosa de; RIBEIRO, José Felipe. (ed.). **Cerrado**: ecologia e flora. Brasília, DF: Embrapa Cerrados: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. v. 1, cap. 6, p. 151-212.

SILVA, Lorranne Gomes da. Avá-Canoeiro: guardiões do Cerrado do Norte Goiano. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 116-138, 2011. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/16685. Acesso em: 14 jul. 2025.
SILVA, Lorranne Gomes da. **Singrar rios, morar em cavernas e furar** jatoká: ressignificações culturais, socioespaciais e espaços de aprendizagens da família Avá-Canoeiro do Rio Tocantins. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/13470. Acesso em: 14 jul. 2025.

WEIR, José Ángel Quinteiro. La investigación acción participativa (IAP) como herramienta de trabajo en contextos interculturales: una experiencia con pueblos indígenas. **Alteridades**, Ciudad de México, v. 20, n. 39, p. 65-77, 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74716195006. Acesso em: 14 jul. 2025.

ANÁLISE AMBIENTAL INTEGRADA DA BACIA DO RIBEIRÃO FUNIL (PORANGATU–GO): AVALIAÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS COM BASE EM DADOS DE MONITORAMENTO DA SANEAGO 2021 - 2025

Breno Henrique da Silva Barbosa
Prof. Seletivado da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Mestrando em Análise Ambiental do Cerrado (PPGEO)
E-mail: brenohenriquedsbpessoal@gmail.com

Amom Chrystian de Oliveira Teixeira
Prof. Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: amom.teixeira@ueg.br

Resumo:
A bacia do Ribeirão Funil, localizada em Porangatu (GO), constitui uma unidade estratégica para a análise das transformações ambientais associadas ao uso e ocupação do solo. Este estudo tem como objetivo analisar, de forma integrada, a dinâmica da paisagem, com ênfase no avanço da pecuária e da urbanização como vetores de pressão antrópica. A pesquisa fundamenta-se na abordagem sistêmica da paisagem, conforme Bertrand (1968), e na análise de sistemas aplicada à Geografia proposta por Christofoletti (1981), adotando a bacia hidrográfica como unidade de análise. A metodologia baseia-se em abordagem quantitativa, com uso de dados de uso e cobertura da terra e informações de qualidade da água obtidas junto à Saneago. A análise dos parâmetros físico-químicos e biológicos segue os procedimentos da APHA (2017) (Não consta na lista de referências,) com interpretação fundamentada em Von Sperling (2005). Os resultados indicam a expansão das áreas de pastagem e da mancha urbana, associada à redução

da vegetação nativa, além de variações na turbidez, presença de coliformes e ocorrência de cianobactérias. Conclui-se que a bacia apresenta um quadro de pressão antrópica crescente, evidenciando a necessidade de planejamento ambiental e gestão integrada, voltados à conservação dos recursos hídricos e à sustentabilidade do sistema.

Palavras-chave: bacia hidrográfica; qualidade da água; pressão antrópica.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, em andamento, integra uma análise ambiental da bacia do Ribeirão Funil, localizada no município de Porangatu, no norte do estado de Goiás. O estudo tem como objeto a bacia hidrográfica enquanto unidade de análise, com ênfase nas transformações ambientais associadas à dinâmica do uso e cobertura da terra, especialmente frente ao avanço da urbanização e da pecuária. O Ribeirão Funil e seus afluentes configuram um sistema ambiental dinâmico, cuja relevância está diretamente associada ao abastecimento hídrico urbano. De acordo com dados do município de Porangatu (2022), aproximadamente 77% do abastecimento da cidade é proveniente desse corpo hídrico, cuja nascente se localiza no próprio município, nas encostas da Serra de Santa Luzia (13° 25’ 45.85” S / 49° 15’ 58.41” W).

O curso d’água apresenta cerca de 47,8 km de extensão, desaguando no rio Cana-Brava, e integra a bacia hidrográfica do rio Tocantins, a montante da confluência com o rio Araguaia. Nesse contexto, a bacia do Ribeirão Funil constitui uma área estratégica para a análise das pressões antrópicas e das transformações recentes na paisagem.

Considerando a paisagem como um sistema ambiental dinâmico, conforme afirma Bertrand (1968), no qual os elementos físicos, biológicos e antrópicos interagem de forma integrada, e à luz da abordagem da análise de sistemas em Geografia proposta por Christofoletti (1979), surge o seguinte questionamento: de que forma as transformações da paisagem, associadas ao avanço da urbanização e da pecuária, interferem no funcionamento do sistema ambiental da bacia do Ribeirão Funil, localizada no município de Porangatu, estado de Goiás, resultando em processos de degradação ambiental e comprometimento da qualidade da água?

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar, de forma integrada, os processos de transformação da paisagem na bacia do Ribeirão Funil Porangatu (GO), com ênfase na dinâmica do sistema fluvial e nas pressões antrópicas associadas ao uso e ocupação do solo. Especificamente, busca-se identificar os elementos naturais que condicionam a dinâmica da paisagem, analisar a integração entre os componentes ambientais, avaliar os impactos das atividades antrópicas com destaque para a pecuária e a urbanização e discutir o uso e ocupação das margens e do leito do ribeirão, considerando suas implicações para o planejamento ambiental e a sustentabilidade.

A presente pesquisa propõe-se a refletir sobre a relação entre sistema ambiental e sistema fluvial, tendo como base as contribuições de Christofoletti (1981) e de Luna Leopold, Wolman e Miller (1964), cujas abordagens permitem compreender a dinâmica resultante das interações entre os elementos naturais. Nesse contexto, busca-se analisar a articulação entre a abordagem sistêmica e o funcionamento do sistema fluvial, com ênfase nos mecanismos que envolvem energia, resposta e processos, fundamentais para a compreensão de sua dinâmica no ambiente.

Em termos conceituais, o sistema fluvial, segundo Christofoletti (1981), pode ser entendido como um conjunto integrado de elementos e processos associados ao escoamento das águas, cujo funcionamento ocorre de maneira dinâmica no interior da bacia hidrográfica e em permanente interação com os demais componentes do sistema ambiental. Dessa forma, variações na energia do escoamento implicam mudanças diretas na intensidade e no tipo de processos atuantes no canal fluvial. Para Christofoletti (1981), a energia constitui um componente fundamental no funcionamento dos sistemas ambientais, sendo responsável pela ativação e manutenção dos processos naturais.

Dessa maneira, ao compreender a relação entre sistema ambiental e sistema fluvial, torna-se possível analisar os processos associados à energia, à resposta e à dinâmica fluvial, os quais explicam o funcionamento do sistema em diferentes condições ambientais. Essa abordagem permite entender o sistema fluvial como uma estrutura dinâmica, resultante da interação contínua entre seus componentes e dos ajustes decorrentes das variações ambientais.

Na Geografia, essa categoria é entendida de forma plural e integradora, sendo definida como a expressão espacial resultante da interação entre elementos naturais e ações humanas ao longo do tempo. Nesse campo, diferentes abordagens se destacam, sendo que, na Geografia Física, Bertrand (2004) constitui uma referência clássica. Para Bertrand (2004), a paisagem deve ser compreendida como um sistema dinâmico, cuja organização resulta da interação contínua entre elementos físicos, biológicos e antrópicos, articulados em uma determinada porção do espaço. Em contraposição a abordagens meramente descritivas, o autor rompe com a concepção de paisagem como simples soma de formas visíveis, defendendo que ela expressa um conjunto

integrado de relações, marcado pela instabilidade e pela transformação permanente.

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (Bertrand, 2004, p. 141).

Nesse sentido, a paisagem não deve ser entendida como um estado fixo, mas como uma estrutura em constante evolução, moldada por processos naturais como clima, relevo, hidrologia e dinâmica biológica e pelas intervenções humanas, que atuam como agentes transformadores do sistema. A ação antrópica, conforme Bertrand (2004), não se sobrepõe aos elementos naturais de forma externa, mas integra-se à dinâmica do sistema paisagístico, alterando seus fluxos, ritmos e equilíbrios.

Para seguir do ponto de vista sistêmico, a pesquisa adota como referência metodológica os princípios de Gil (2002), sendo caracterizada como de abordagem quantitativa e natureza aplicada, ao buscar a mensuração e análise de parâmetros ambientais na bacia hidrográfica do Ribeirão Funil, em Porangatu (GO). Quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva, conforme Lakatos e Marconi (2003) e Gil (2002), ao investigar as interações entre fatores ambientais e antrópicos e caracterizar parâmetros físicos, químicos e biológicos da água. Os procedimentos metodológicos incluem pesquisa bibliográfica e documental, estudo de caso e pesquisa de campo.

O método de abordagem fundamenta-se na perspectiva sistêmica e integrada, conforme Christofoletti (1981), considerando a bacia hidrográfica como unidade de análise. Nessa abordagem, a água é utilizada como indicador

ambiental, com base em Von Sperling (2005) e Esteves (2011), permitindo integrar parâmetros físicos, químicos e biológicos à análise da dinâmica ambiental. A avaliação da qualidade da água foi realizada a partir de dados secundários disponibilizados pela Saneago (significado sigla), referentes ao monitoramento da água bruta no sistema de captação do Ribeirão Funil, possibilitando a identificação de tendências e variações nos parâmetros analisados.

A interpretação dos dados seguiu os procedimentos padronizados da APHA (2017), assegurando rigor metodológico, e foi fundamentada em Von Sperling (2005), com apoio do Índice de Qualidade da Água (IQA) conforme São Paulo (2024). No que se refere aos parâmetros legais, adotou-se a Resolução CONAMA nº 357/2005, complementada por dados da ANA (2023) e da SEMAD-GO (Goiás, 2023), garantindo suporte técnico e consistência à análise ambiental da bacia.

RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA

A análise dos dados de qualidade da água do Ribeirão Funil, obtidos junto à Saneago no período de 2021 a 2025, evidencia a ocorrência de alterações relevantes em parâmetros físico-químicos e biológicos. Observam-se variações expressivas na turbidez, com episódios de valores elevados, indicando aumento da carga de sedimentos no sistema fluvial. No que se refere aos parâmetros biológicos, destacam-se valores elevados de coliformes totais e presença de *Escherichia coli* em diferentes momentos da série analisada, evidenciando contaminação de origem fecal. Esses resultados sugerem a influência de fontes difusas associadas tanto à atividade pecuária, especialmente pelo acesso direto do gado aos cursos d'água quanto à ocupação urbana nas proximidades da bacia.

Adicionalmente, foram registrados episódios com concentrações elevadas de cianobactérias, indicando possíveis

condições de eutrofização e enriquecimento por nutrientes no sistema aquático. A ocorrência desses eventos, associada às variações nos parâmetros físico-químicos, reforça a interpretação de que a dinâmica da qualidade da água está diretamente relacionada às mudanças no uso e ocupação do solo na bacia. Dessa forma, mesmo que a análise completa ainda esteja em desenvolvimento, os dados já indicam um quadro de pressão antrópica significativa sobre o sistema fluvial, evidenciando a relação entre a expansão da pecuária, o crescimento urbano e a degradação da qualidade da água no Ribeirão Funil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam a expansão das áreas de pastagem e da mancha urbana na bacia do Ribeirão Funil, associada à redução da vegetação nativa e à intensificação da pressão antrópica. Essa dinâmica se reflete em alterações nos processos hidrológicos, com aumento da carga de sedimentos e maior vulnerabilidade ambiental. Dados de qualidade da água obtidos junto à Saneago reforçam essa interpretação, ao indicarem episódios de turbidez elevada, presença significativa de coliformes e registros recorrentes de cianobactérias, evidenciando processos de contaminação e possível enriquecimento por nutrientes no sistema fluvial.

Dessa forma, conclui-se que a expansão da urbanização e da pecuária tem promovido uma reconfiguração ambiental na bacia, afetando diretamente o funcionamento do sistema fluvial e a qualidade da água. A convergência entre mudanças no uso da terra e evidências empíricas de degradação hídrica reforça a necessidade de estratégias de planejamento e gestão ambiental que considerem a proteção das áreas sensíveis, o controle do uso do solo e a conservação dos recursos hídricos.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra**, São Paulo, n. 13, p. 1–27, 1968.

BERTRAND, Georges. **Paisagem e geografia física global**: esboço metodológico. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 357, de 17 de março de 2005**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1981.

ESTEVES, Francisco de Assis. **Fundamentos de limnologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEOPOLD, Luna B.; WOLMAN, M. Gordon; MILLER, John P. **Fluvial processes in geomorphology**. San Francisco: W. H. Freeman, 1964.

PORANGATU (GO). **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Porangatu: Prefeitura Municipal, 2022.

SANEAMENTO DE GOIÁS S/A. **Relatórios de qualidade da água bruta do sistema Ribeirão Funil (2021–2026)**. Porangatu: SANEAGO, 2026.

SÃO PAULO (Estado). Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Relatório de qualidade das águas interiores no estado de São Paulo 2024.** São Paulo: CETESB, 2024.

VON SPERLING, Marcos. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

“O NOSSO RECEIO DO CHOLERA-MORBUS”: DISCUTINDO AS RELAÇÕES ENTRE O CÓLERA E O MEDO DESTA NA PROVÍNCIA DE GOIÁS NO FINAL DO PERÍODO OITOCENTISTA

Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Prof. Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Doutor em História do Brasil (UFPI)
E-mail: marcus_pierre@ueg.br

Resumo:
O ano era 1887 e o ocidente vivenciava uma nova onda pandêmica do cólera que tornava a ameaçar populações em países e localidades diversas (Fonseca; Silveira, 2019), sendo o Brasil um dos espaços que, novamente, se via na rota desta enfermidade. Assim, a doença, na perspectiva de alguns, chegava quase como uma penumbra inevitável da trajetória humana, estabelecendo um novo capítulo de receios e medos no cotidiano dos indivíduos que se viam atemorizados por ela. Em Goiás, neste ano, é possível encontrar diversas menções e registros dos temores que existiam sobre a possibilidade deste hóspede indesejado grassar no território provincial, haja visto os efeitos que teria provocado em outras províncias brasileiras desde o início da segunda metade do século XIX. Jornais como o “O Publicador Goiano”, “Goyaz” e “Correio Official”, passam a trazer em suas páginas menções entre janeiro e setembro deste ano acerca da enfermidade. Estas, por sua vez, se tratavam de publicações com críticas, preocupações e sugestões de tratamento no caso de um surto epidêmico na província, bem como do próprio governo provincial quanto às medidas que estavam sendo tomadas para frustrar a entrada da doença em Goiás. Assim, o objetivo deste artigo foi compreender os distintos modos como a possibilidade da chegada do cólera no ano de 1887 na província de Goiás afetou

o cotidiano local. Utilizou-se enquanto metodologia a pesquisa bibliográfica, abordando o conceito de medo (Delumeau, 2009), e documental, analisando-se edições dos periódicos "O Publicador Goiano", "Goyaz" e "Correio Official" publicadas entre janeiro e março de 1887. Por fim, foi possível perceber modificações na vida e imaginário social da província como o medo da doença, bem como ações do governo provincial como cordões sanitários, além da circulação de conhecimentos sobre o tratamento da enfermidade.

Palavras-chave: Província de Goiás; cólera; medo.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo foi o de compreender as implicações e representações socialmente construídas que circularam na imprensa goiana quanto à possibilidade de uma incursão do cólera tomar forma na província no final do período oitocentista oriunda da província vizinha de Mato Grosso.

Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica, modalidade de pesquisa que possibilita a identificação, leitura e apropriação de discussões que serão pertinentes para a compreensão do contexto e dos conceitos necessários para a realização do estudo. A partir dela dialogamos com autores que possibilitaram o entendimento pertinente quanto à conjuntura de época a nível de Brasil no tocante aos efeitos e às relações estabelecidas entre as populações à medida que surtos epidêmicos afetavam as regiões em que viviam, como David (1993), Challhoub (1996) e Fonseca e Silveira (2019). Empregamos ainda as perspectivas de Tuan (2005) e Delumeau (2009) quanto às formas em que a sociedade vivencia e se relaciona com o medo, particularmente em momentos

de surtos epidêmicos, para a operacionalização das fontes selecionadas na fabricação desta narrativa.

Neste sentido, para esta narrativa foi estabelecido uma abordagem que levou em consideração a relevância de se entender estes vestígios que, tendo resistido às intempéries do tempo, configuram-se enquanto monumentos, dotado de intencionalidades e pertencentes a um contexto sociocultural, ao tempo em que à medida que os historicizamos, promovemos uma modificação em sua forma, isto é, transformando-os em documentos. Os registros aqui abordados, então, à medida que não são analisados de modo separado da conjuntura de sua produção são pensados enquanto documento/monumento.

Trabalhamos também com a pesquisa documental, notadamente a hemerográfica, tendo sido selecionados três jornais publicados no ano de 1887 na província de Goiás que traziam registros sobre o cólera perante a população provincial, bem como documentos do poder executivo, especificamente os relatórios de presidência da província. Para a análise destes periódicos as considerações teórico-metodológicas de Luca (2008) e Meirelles (2017) se fizeram pertinentes no tocante aos cuidados necessários para se utilizar o jornal enquanto fonte histórica, principalmente no que se refere às questões políticas e intencionalidades presentes nos aspectos publicados em suas páginas.

Desta forma, a narrativa que ora desenvolvemos articula historicamente esta documentação, indica as diferentes maneiras que a possibilidade do cólera se configurar enquanto um novo surto epidêmico na província de Goiás gerou temores e receios reproduzidos na imprensa local, bem como ações do governo da província para evitar que esta situação se descortinasse, além da divulgação e recomendação de tratamentos no caso das medidas tomadas serem insuficientes para frustrar a chegada do hóspede indesejado.

“O CHOLERA E OS DISCRENTES”: MEDO, CONTENDAS, PROFILAXIAS E TRATAMENTOS DO CÓLERA NO FINAL DO PERÍODO OITOCENTISTA EM GOIÁS

No dia 22 de janeiro de 1887 os periódicos goianos “Goyaz” e “O Publicador Goiano” publicavam em suas páginas sobre um tema que iria compor muitos de seus números nas edições dos meses seguintes. Comentavam, então, sobre um novo surto epidêmico do cólera que, àquele momento, grassava na província vizinha, no Mato Grosso, e ameaçava ultrapassar os limites das duas províncias, podendo chegar, então, em território goiano.

A doença que já houvera ampliado os ânimos da província quando de sua primeira incursão pelo território brasileiro[1] nos anos 1850, então, voltava a se tornar motivo de preocupação por parte da população que vivia em Goiás, bem como da administração provincial que, novamente, via necessária a tomada de medidas para mitigar os efeitos da enfermidade, caso ela se desenvolvesse enquanto um novo surto epidêmico entre os goianos.

A partir do registro presente no periódico em questão delineiam-se diversos aspectos que ensejam a produção de reflexões múltiplas acerca do modo como o cólera era percebido, bem como as representações socialmente produzidas sobre este, já naquele final de século XIX na província de Goiás.

Um primeiro elemento que merece destaque, notoriamente, se refere a preocupação com a doença e, além disso, a adjetivação imposta sobre esta, muito próxima das formas como a enfermidade também era representada

1 Entre as décadas de 1850 e 1860 o cólera esteve presente enquanto um surto epidêmico em diversas províncias do Brasil, tendo ocasionado milhares de mortes e alterando sensivelmente o cotidiano das populações que viviam em cidades ou localidades próximas às áreas afetadas (Baptista, 2022).

em outras localidades. Assim, adjetivos como "terrível" ou mesmo "hóspede homicida" dialogavam diretamente com as informações que circularam na segunda metade do século XIX em relação às consequências provocadas pelos espaços que eram acometidos pela doença.

Isto é, uma perspectiva em torno da interferência de entes sobrenaturais, neste caso específico de Deus, quanto a existência do micro-organismo que provocava a enfermidade, bem como na possibilidade de acometimento da província de um surto epidêmico. Neste sentido, a doença é identificada enquanto algo maléfica, como um castigo ou flagelo que seria enviada para a punição da população.

Um segundo elemento que merece evidência na edição de 22 de janeiro de 1887 do jornal "Goyaz", mas que, assim como o aspecto da religiosidade, também é mencionado em outros documentos, refere-se a compreensão da relação entre o cólera e um "micróbio", isto é, um micro-organismo. Cabe o destaque, haja visto que denota a circularidade de um conhecimento médico e como este estava sendo consumido na província goiana, tendo em vista que alguns anos antes, entre 1883 e 1884, o bacilo, *Vibrio Cholerae,* que provoca a doença, havia sido descoberto pelo alemão Robert Koch (David, 1993; Cardoso, 2019).

Pouco tempo depois de sua descoberta, então, é notório que já circulava entre as elites letradas de Goiás a perspectiva em torno do micro-organismo e o cólera, não sendo à toa as menções realizadas pelo jornal liberal, muito menos as do jornal conservador, "O Publicador Goiano" em edição também do dia 22 de janeiro de 1887. No entanto, se já era conhecido a vinculação entre a doença e o bacilo as medidas para sua prevenção ainda permaneciam aquelas praticadas em anos anteriores, durante o surgimento de surtos epidêmicos de outras doenças, mas também utilizadas contra o cólera em outros espaços.

Assim, os jornais cobravam do governo provincial a "[...] urgente rigorosa medida do cordão sanitário na Macedina, Coxim e Rio Grande [...]" (O Publicador Goiano, 22 jan. 1887, p. 1), ou seja, que o presidente tomasse ações de caráter profilático que poderiam evitar a chegada da doença no território goiano, sendo algumas destas já conhecidas, a exemplo de cordões sanitários e quarentenas em torno das localidades que estivessem mais próximas dos espaços já afetados pelo cólera na província vizinha de Mato Grosso.

Tratava-se de um momento em que não apenas a doença provocava medo, mas também o ser humano se tornava algo a se temer. Os documentos ao registrarem a preocupação em se evitar a chegada de indivíduos, supostamente acometidos pela doença, indicam também este receio que surge a partir do contato com o outro e, assim, o enfermo ou a possibilidade de estar acometido pelo cólera era motivo de medo por parte da sociedade.

Boatos ou rumores se tornavam também tão problemáticos quanto a instalação do surto epidêmico, tendo em vista que, "[...] bastava [...] boatos sobre a existência de casos

para que a população temesse a chegada da doença [...]" (Lemos, 2016, p. 243), o que por vezes, poderia gerar pânico nas localidades[2], gerar o aumento de preços no comércio, bem como a fuga de pessoas que buscavam evitar a contaminação, especialmente dos mais abastados, dos quais encontra-se registros de conseguirem burlar os cordões sanitários (Lemos, 2016).

Em Goiás, por sua vez, no contexto em discussão, a ocorrência de rumores também se fez presente, haja visto as publicações recorrentes nos periódicos que fazem menção

2 Nos anos 1830 também foi comum a fuga de nova-iorquinos quando dos rumores de que o cólera havia ultrapassado o Oceano Atlântico e que estaria presente em Montreal, Canadá (Tuan, 2005).

a boatos da situação posta. No caso em questão, buscava-se negar que havia "[...] chegado de Cuyabá um individuo, dizendo ter se manifestado allí o *cholera-morbus*" (Goyaz, 11 fev. 1887, p. 3).

Preocupava-se também com os supostos rumores referentes a situação de Mato Grosso, divulgados em edições anteriores dos periódicos goianos, considerando que o agravamento da conjuntura ou mesmo a ideia de que esta situação estava se descortinando na província vizinha poderia afetar diretamente os goianos, especialmente os que viviam em localidades mais próximas.

Não obstante, se o medo se configura enquanto experiência comum no discurso que passa a ser veiculado entre as páginas do "Publicador Goyano", há de se destacar também que este não vem sozinho, mas acompanhado das medidas que, até então, acreditava-se que deveriam ser tomadas para frustrar a enfermidade de ingressar na província de Goiás ou contê-la, caso não fosse possível evitar que o território goiano fosse contaminado pelo cólera, a exemplo do cordão sanitário, mas que estas ações viessem acompanhadas da presença de sujeitos que tivessem, na perspectiva do jornal, que coadunava com um imaginário social de parte das elites da época, o mínimo de conhecimento para lidar com a situação posta.

Por fim, é possível indicar também que neste contexto, em fins do século XIX, ainda que já houvesse se descoberto sobre o micro-organismo que provocava a doença, evidenciado inclusive pelos jornais aqui mencionados ao se referirem ao "germe" da enfermidade e a preocupação deste contaminar pessoas, espaços, alimentos etc. é interessante como conhecimentos relacionados a terapêuticas do cólera circulavam pelo país, semelhantes aqueles que circularam na primeira incursão da doença nos anos 1850 e 1860 no Brasil, e, portanto, balizaram as ações e profilaxias para prevenir a propagação da doença, inclusive em Goiás.

CONCLUSÃO

Estas ações e medidas, então, bem como os debates, questionamentos e preocupações que circularam nos jornais de época remeteram a uma conjuntura na qual temia-se que o cólera invadisse a província de Goiás a partir do território vizinho do Mato Grosso. Neste sentido, os documentos aqui analisados ainda que tenham evidenciado que, aparentemente, a epidemia não grassou em Goiás, indicaram os reflexos deste surto na província goiana, especialmente em função do medo provocado.

Nos meses que seguem, a documentação sugere que o cólera, possivelmente, não chegou a grassar em território goiano, haja visto a redução de comentários na imprensa local sobre a questão e a indicação de que mesmo em Cuiabá não se sucedeu à época semelhante ao que ocorrera em Corumbá e nos países sul-americanos vizinhos, como o Paraguai.

No entanto, conforme indicado, é notório como a possibilidade da chegada deste "hóspede" insuflou os ânimos da província goiana, ocasionando indagações por parte da imprensa, ações de caráter profilático pelo governo provincial, bem como o temor de que Goiás viesse a se tornar também palco de uma tragédia tal qual Corumbá naquele contexto, haja visto que, talvez, as medidas tomadas não fossem suficientes para evitar a chegada do "flagelo".

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Uma província enferma**: medo e cólera no Piauí na segunda metade do século XIX. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CARDOSO, Amâncio. Sob o signo do cólera: médicos acadêmicos contra a epidemia em Sergipe. *In*: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). **No rastro das províncias:** as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 450-476.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAVID, Onildo Reis. **O Inimigo Invisível**: A epidemia do cólera na Bahia em 1855-56. 1993. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FONSECA, Ana Carolina Rezende; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Uma breve história da epidemia de cólera na província de Minas Gerais. *In*: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). **No rastro das províncias**: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019. p. 214-249.

LEMOS, Mayara de Almeida. **Terror no sertão do Ceará**: o cólera e seus flagelos. Fortaleza: EDUECE, 2016.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Política e cultura no governo de Dom João VI**: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821). São Bernado do Campo: UFABC, 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

FONTES

CHOLERA-MORBUS. **Goyaz: órgão democrata**, Goiás, ano 2, n. 78, p. 3, 11 fev. 1887.

CHOLERA-MORBUS. **O publicador goiano**, Goiás, ano 2, n. 100, p. 1, 22 jan. 1887.

www.editoradebulhar.com.br
debulhar@editoradebulhar.com.br
@editoradebulhar
(86) 9 8147-8117

LIVRO DE RESUMOS EXPANDIDOS

A VII Semana de História e I Encontro de Discentes e Egressos da UEG Porangatu nasceu enquanto um convite à promoção e à construção de um espaço de debate, reflexão e diálogos. Mais do que um evento acadêmico, trata-se de uma proposta de crescimento pessoal e profissional, constituição de sociabilidades e troca de experiências nas distintas possibilidades descortinadas através do campo da História. Esta obra, portanto, reúne pesquisas múltiplas que reforçam aspectos contemporâneos que assinalam nosso ofício ao evidenciar as novas discussões possíveis no metiê historiográfico.

DEBULHAR